



Mestrado em Gestão de Informação e Bibliotecas Escolares

A Biblioteca Escolar como espaço de Cidadania

Gabriela de Fátima Estêvão de Jesus

2023



A Biblioteca Escolar como espaço de Cidadania

Gabriela de Fátima Estêvão de Jesus

Mestrado em Gestão de Informação e Bibliotecas Escolares

Dissertação Orientada pela
Professora Doutora Glória Maria Lourenço Bastos

2023

Resumo

A Educação para a Cidadania pode ser encarada como um dos grandes desafios da escola sociedade atual e entendida como uma competência transversal. A escola é um meio importante para assegurar o desenvolvimento de um trabalho sistemático, organizado e contínuo de promoção junto dos alunos de valores e princípios de Cidadania como: a democracia, a igualdade, a justiça social e a solidariedade. Educar para a Cidadania na Escola e, mais concretamente, na Biblioteca Escolar, constituiu-se como um meio para formar cidadãos mais justos, mais equilibrados e atentos a questões relevantes como a exclusão social e a sua consciencialização de ser um cidadão.

O presente trabalho parte da relevância da Biblioteca Escolar como espaço central da organização escola, onde através da realização de várias atividades, em especial em colaboração com os professores, se podem debater princípios e valores de Cidadania e de Cosmopolitismo para consciencialização do aluno como cidadão que se vai integrando numa Sociedade/Estado/Mundo.

Na primeira parte do estudo reflete-se sobre um conjunto de temáticas que enquadram a problemática analisada, com especial foco nos conceitos e papel da Biblioteca Escolar e da Educação para a Cidadania. Na parte empírica do trabalho, baseado num estudo de caso, pretendeu-se aferir sobre a relevância da abordagem de conteúdos relacionados com a área de Cidadania e Desenvolvimento, para professores de diferentes áreas curriculares com dados recolhidos mediante inquéritos por questionário. Foram ainda realizadas entrevistas ao professor-bibliotecário e ao docente responsável pela área de Educação para a Cidadania para posterior confronto com os dados recolhidos do questionário.

Palavras-chave: Biblioteca Escolar; Educação para a Cidadania; áreas curriculares

Abstract

Education for Citizenship can be seen as one of the greatest challenges of today's society and understood as a transversal competence. School is an important way to ensure the development of a systematic, organized and continuous work to promote among students the values and principles of citizenship such as democracy, equality, social justice and solidarity. The school should be seen as a space of reference, knowledge and dissemination of Education for Citizenship. It prepares students for their integration in society with the recognition and raise awareness of the full-fledged citizens of the World. The subject Education for Citizenship at School and, more specifically, at the School Library contributes to form fairer, more balanced and attentive citizens to relevant issues like social exclusion and their recognition of being a citizen.

This dissertation is based on the relevance of the School Library as a central space of the school organization, where through the carrying out of various activities, especially in collaboration with the teachers, principles and values of Citizenship and Cosmopolitanism can be debated to raise awareness of the student as a citizen who integrates into a Society/a State/the World.

The first part of the study reflects on a set of themes that frame the problem analyzed with special focus on the concepts and role of the School Library and Citizenship education. In the empirical part of this study, it was intended to assess the relevance of approaching content related to the area of Citizenship and Development, for teachers of different curriculum areas with data collected through questionnaire surveys. Interviews were also carried out with the teacher librarian and the teacher responsible for the area of Education for Citizenship for later confrontation with the data collected through questionnaire surveys.

Keywords: School Library; Reading; principles and values of Citizenships; Cosmopolitanism

Agradecimentos

“A vida é uma jornada.
Para os crentes pode ser até uma peregrinação.
Um Caminho.
Nesta caminhada há momentos em que é preciso parar.
Parar para pensar.”

P. Paulo Duarte, s.j.

E para agradecer:

Um especial agradecimento à Professora Doutora Glória Bastos, orientadora deste estudo, que admiro pelo seu profissionalismo, saber, acolhimento, presença constante e atenta. Agradeço os ensinamentos e as correções, o acompanhamento sempre da melhor maneira possível em todos os momentos e etapas deste percurso académico.

À minha Mãe que sempre sonhou os meus sonhos...Obrigada, Mãe! Não fui a tempo de lhe mostrar que conseguia! Seja, como for, agradeço-lhe por todo o amor e dedicação que sempre me deu, pela nossa imensa cumplicidade, por me ensinar a não desistir nunca, optando por ser resiliente, determinada e ter Fé! Porque

“A coisa mais parecida com os olhos de Deus,
são os olhos de uma Mãe.
São olhos que sabem a ternura e a afeição.”

Cardeal D. Tolentino de Mendonça

Às minhas filhas, Maria Leonor, Matilde e Maria José pelo apoio, paciência, atenção, ternura e amor. Sempre ao meu lado porque “Só pelo amor vamos!”

A todos os que sempre estiveram comigo em cada etapa da concretização deste sonho: Obrigada!

Índice

Resumo	3
Abstract.....	4
Agradecimentos	5
Índice de gráficos e tabelas.....	7
Lista de Abreviaturas e Siglas	8
INTRODUÇÃO.....	9
Parte I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	13
1. Conceito e objetivos da Biblioteca Escolar.....	14
1.1. Breve referência à constituição da Rede de Bibliotecas Escolares	17
1.2. A missão da Biblioteca Escolar e a sua relevância na Escola.....	18
1.3. A Biblioteca Escolar e a literacia da informação	20
1.4. A importância da gestão da coleção da Biblioteca Escolar na adequação aos utilizadores e à vivência da Cidadania	23
1.5. O papel do Professor-Bibliotecário	27
2. A Cidadania na Escola	29
2.1. Conceito de Cidadania: breves apontamentos.....	29
2.2. A importância dos direitos e deveres de Cidadania	31
2.3. Breve nota histórica sobre o lugar da Cidadania na escola portuguesa	33
2.4. Educar para os valores e atitudes de Cidadania.....	36
2.5. Da Educação para a Cidadania à Cidadania Cosmopolita.....	38
2.6. A Biblioteca Escolar como espaço de Cidadania.....	42
Parte II – ESTUDO EMPÍRICO.....	45
1. Introdução ao estudo empírico	46
1.1. Contexto do Estudo Empírico	46
2. Aspetos metodológicos	48
2.1. Caracterização do tipo de estudo	48
2.2. Instrumentos de recolha de dados e métodos para a análise	51
2.3. Participantes no estudo.....	52
3. Apresentação e análise dos resultados	55
3.1. Questionário aos professores.....	55
3.2. Análise das entrevistas.....	95
CONCLUSÕES.....	104
BIBLIOGRAFIA.....	110
Quadro Legal.....	117
APÊNDICES	119

Índice de gráficos e tabelas

Gráfico 1 – Idade dos respondentes	55
Gráfico 2 – Género dos respondentes	56
Gráfico 3 – Habilitações Académicas	57
Gráfico 4 – Nível de docência	57
Gráfico 5 – Situação profissional	58
Gráfico 6 – Anos de serviço docente	59
Gráfico 7 – Formação relacionada com a área de EC	62
Gráfico 8 – Conhecimento e domínio do RED	63
Gráfico 9 – Tema 1: Desenvolvimento.....	64
Gráfico 10 – Tema 2: Interdependências e Globalização.....	67
Gráfico 11 – Tema 3: Pobreza e Desigualdades.....	70
Gráfico 12 – Tema 4: Justiça Social	73
Gráfico 13 – Tema 5: Cidadania Global.....	76
Gráfico 14 – Tema 6: Paz	79
Gráfico 15 – Participação em atividades de Cidadania promovidas pela BE.....	84
Gráfico 16 – Articulação com a BE na realização de atividades de EC.....	84
Gráfico 17 – Importância da promoção de aprendizagens de Cidadania em contexto de sala de aula e/ou em articulação com a BE.....	88
Gráfico 18 – Relevância do grau de dificuldade do docente em concretizar atividades de Cidadania em contexto de sala de aula e/ou em articulação com a BE	91
Gráfico 19 – Importância atribuída pelos alunos a aprendizagens de Cidadania	92
Gráfico 20 – Avaliação das atividades de EC em contexto de sala de aula, em articulação com a BE e na Escola.....	93
Tabela 1 – Temas do RED para abordar na disciplina que leciona.....	81
Tabela 2 – Papel da BE no âmbito de EC e a sua importância.....	87
Tabela 3 – Atividades para promoção de aprendizagens de Cidadania em contexto de sala de aula e/ou em articulação com a BE	89
Tabela 4 – Opção de escolha de 2.ª atividade para promoção de aprendizagens de Cidadania em contexto de sala de aula e/ou em articulação com a BE	90

Lista de Abreviaturas e Siglas

APA - American Psychological Association
BE – Biblioteca Escolar;
CDU - Classificação Decimal Universal;
CeD – Cidadania e Desenvolvimento;
COE – Concelho da Europa;
CNE – Concelho Nacional de Educação;
DGE – Direção Geral de Ensino;
EC – Educação para a Cidadania;
ECD – Estatuto da Carreira Docente;
ENEC – Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania;
EV – Educação Visual;
FQ – Física e Química;
GTEC - Grupo de Trabalho de Educação para a Cidadania;
IFLA – Federação Internacional de Associações de Bibliotecas Escolares;
MACS – Matemática Aplicada às Ciências Sociais;
ONU – Organização Mundial das Nações Unidas;
PAA – Plano Anual de Atividades;
PAFC - Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular;
PASEO – Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória;
PB – Professor-Bibliotecário;
PE – Projeto Educativo;
PNL – Plano Nacional de Leitura;
PRBE – Programa Rede de Bibliotecas Escolares;
P1 – Professor-Bibliotecário;
P2 – Professor de Cidadania e Desenvolvimento;
QE – Quadro de Escola;
QZP – Quadro de Zona Pedagógica;
RBE – Rede de Bibliotecas Escolares;
REA – Recursos Educacionais Abertos;
SI – Sociedade de Informação;
TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação;
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura;
UNIMARC - Universal Machine Readable Cataloging

INTRODUÇÃO

A escola deve proporcionar à criança, mais tarde, ao jovem adolescente e, até mesmo, ao adulto, conhecimentos que correspondam aos interesses manifestados e vivamente sentidos pelo aluno. São cruciais para o seu desenvolvimento, a fim, de entre outros aspetos, o capacitar, integrar e envolver na vida em sociedade e no mundo em que vive.

Criar uma criança é, pois, educá-la. A educação surge como um trunfo fundamental à humanidade, contribuindo para a construção de uma sociedade melhor à escala mundial, orientada por valores como a paz, a liberdade, a equidade, a justiça social, entre outros. Ao tomar consciência destes valores e princípios, bem como de direitos e deveres enquanto cidadão de um país e do mundo, favorece-se um maior envolvimento das pessoas nos valores humanistas e, porque não, nos valores da Democracia.

Nesta perspetiva, apostar na Educação para e pela Cidadania torna-se um tema pertinente e de permanente atualidade, devendo ser situado no âmbito da ação educativa, ao longo do percurso escolar do aluno.

Em todo este processo está incluída, naturalmente, a Biblioteca Escolar (BE). Mais do que nunca, ocupa posição central e de relevância na escola/agrupamento, dado que ao mesmo tempo, é promotora de conhecimento e faculta acesso à informação aos seus utilizadores, a comunidade educativa. A BE com o desempenho do Professor-Bibliotecário (PB) liderando a sua equipa, devem desenvolver tarefas e oferecer serviços diversos, a fim de cumprir a missão e os objetivos a que a mesma se propõe, contribuindo, desta forma, para que o sucesso escolar do aluno possa e deva acontecer.

Uma escola bem-sucedida é toda aquela em que a prática do professor está aliada a um interesse sincero por parte dele em ajudar cada aluno a desenvolver a capacidade de aprender. Este é o exemplo do professor atuante e comprometido que não desiste enquanto o aluno não aprende ou não se interessa em aprender, independentemente da área curricular que estiver a orientar, encarando-o como ser individual que é, com características e interesses próprios que o diferenciam dos demais, mas que precisa de viver integrado numa comunidade.

Compete também à BE, como espaço privilegiado de conhecimento, de cultura, de informação, promover uma articulação permanente entre o ensino e a aprendizagem, acompanhando o currículo dos alunos, fomentando a leitura e a literacia de informação e assumindo-se como um espaço de Educação para a Cidadania (EC) e, de forma ainda mais abrangente, como um espaço de vivência do cosmopolitismo.

Nem sempre os alunos, utilizadores da BE, têm consciência de princípios e valores de Cidadania. Por vezes, ainda manifestam desconhecimento quase total ou parcial de direitos e deveres de Cidadania. Esta transmissão e preservação de valores e de princípios de Cidadania deve ser assegurada pela escola, nomeadamente através do trabalho colaborativo, preferencialmente com a área curricular de Cidadania e Desenvolvimento (CeD).

Neste sentido, o presente trabalho tem, como motivação pessoal, as dificuldades sentidas enquanto docente que integra a equipa da BE ao verificar que em atividades diversas e em diálogos individuais e/ou em grupo com os alunos no âmbito de EC, estes não conseguiam dar respostas consentâneas e adequadas sobre o tema em questão. Daí os indivíduos mostrarem pouca capacitação e consciência clara do seu papel enquanto seres integrantes de uma comunidade, de uma sociedade, do mundo. Dado este facto, procurou-se aferir igualmente que visão e transmissão de aprendizagens sobre EC promovem os professores das diferentes disciplinas curriculares. Em suma, pretende-se contribuir para o conhecimento do modo como o tema da Cidadania e da vivência do Cosmopolitismo são sustentados e trabalhados pela escola e em articulação com a BE.

Desta forma, foi elaborado um estudo, em torno desta problemática, que nos motivou e que orientou a pergunta de partida que serve de referência ao mesmo:

“De que modo a Biblioteca Escolar, em articulação com as diferentes áreas curriculares, poderá contribuir para o desenvolvimento de princípios e de valores de Cidadania?”

A partir da pergunta inicial formularam-se outras questões no âmbito da mesma temática relacionada com o estudo:

- De que modo os professores de diferentes áreas curriculares relacionam temas de EC com o trabalho que desenvolvem?
- Como podem os valores de Cidadania serem trabalhados a partir de atividades na BE, em articulação com as diferentes disciplinas curriculares?
- De que modo podem o PB e o professor da disciplina de CeD concretizar trabalho colaborativo neste âmbito na BE?

Constatado o problema que motivou o estudo, foram delineados os seguintes objetivos, pretendendo-se:

- Explicitar o papel que a BE pode desempenhar no campo da Educação para a Cidadania e para uma vivência cosmopolita;
- Identificar e analisar os modos como os professores de diferentes áreas curriculares integram temas de EC no seu trabalho;
- Aferir o nível de motivação dos professores, projetando o seu trabalho pedagógico em torno de temas relacionados com a Cidadania e a vivência do cosmopolitismo;
- Perceber de que modo os professores podem dinamizar temas de EC no âmbito das suas disciplinas;
- Analisar de que modo as atividades desenvolvidas no âmbito da Cidadania na escola em articulação com a BE podem facultar e promover o trabalho colaborativo entre o PB e o professor da disciplina de CeD.

Pelo exposto, dada a atualidade do tema, considerou-se importante elaborar o presente estudo, motivado em conseguir aferir a relevância da “BE como espaço de Cidadania”. Feita uma pesquisa inicial com o recurso à *internet* com consulta a plataformas de Recursos Educacionais Abertos (REA) e repositórios de diversas Universidades, aferiu-se que não existem trabalhos académicos feitos neste âmbito.

Por este motivo, a concretização do presente estudo surgiu pela idealização, a motivação e a estruturação para o realizar, numa tentativa de melhorar uma área disciplinar, EC, que a todos implica e a todos deve importar, ligando-a a um espaço, a Biblioteca Escolar, que se pretende dinâmico e atuante na escola e na educação dos alunos. Segundo Coutinho (2018), a dissertação, enquanto relatório final de um dado processo de investigação procedido no domínio académico, tem como objetivo dar a conhecer, tornando públicos, os resultados de uma pesquisa científica. Deste modo, procura contribuir para acrescentar ou aprofundar conhecimento numa determinada área, aferindo hipóteses e procurando dar resposta a uma questão de investigação ainda não encontrada pela comunidade científica.

Neste caso, o relatório final enquadra-se no conceito atrás mencionado. Irá descrever e apresentar resultados de uma intervenção na realidade, desenvolvida num processo de estudo de caso. Identificou-se e caracterizou-se ainda as principais estratégias e instrumentos utilizados para a recolha de dados com descrição dos processos de validação e de recolha.

Com o estudo pretendeu-se conhecer a perspetiva sobre o lugar da Cidadania e cosmopolitismo na escola. Para o efeito, este objetivo foi conseguido, a partir da análise das respostas dadas por professores de diferentes áreas curriculares de uma escola da região centro-litoral de Portugal, bem como através de entrevistas ao PB também coordenador na referida escola de CeD e, ainda, ao professor coordenador responsável pela mesma disciplina curricular relativamente ao 3.º Ciclo do Ensino Básico (CEB).

No desenvolvimento do tema, na parte I, referente ao enquadramento, apresentamos dois capítulos, que abordam os conceitos de BE e de Cidadania, bem com a relevância do cosmopolitismo.

Na parte II apresentamos o estudo empírico realizado, começando por explicitar a metodologia usada e a descrição do contexto onde o estudo foi efetuado. Em seguida apresentam-se e analisam-se os resultados obtidos com a aplicação dos instrumentos de recolha de dados.

No final deste trabalho apresentamos as principais conclusões, procurando-se responder aos objetivos visados.

Parte I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A pergunta de partida pressupõe, como suporte do desenvolvimento teórico deste estudo, uma reflexão, abrangendo a definição dos conceitos de Biblioteca Escolar (BE) e de Cidadania e de vivência do Cosmopolitismo. Estes estão em consonância com a importância da divulgação dos princípios e valores de Cidadania no referido espaço e na relação estabelecida entre Alunos – Escola – Biblioteca Escolar.

A BE pretende ser mais do que um espaço de Cidadania, um local de vivência de cosmopolitismo, ajudando e incentivando o aluno a adaptar-se com facilidade a diferentes culturas, bem como a um *modus vivendi* com um conceito mais abrangente e alargado. Presentemente a Escola integra alunos provenientes de outros países e culturas. Todos têm de conseguir interagir da melhor maneira possível, capacitados para uma educação para a interculturalidade, sendo inclusive a Cidadania uma área agregadora.

1. Conceito e objetivos da Biblioteca Escolar

O conceito de Biblioteca Escolar (BE) envolve um conjunto de elementos e fundamentos que visam ser facilitadores de inclusão, de articulação a vários níveis (com o currículo, com os professores, com o meio...), de inovação e de mudança.

A educação apresenta-se como um bem precioso ao indivíduo na transmissão do conhecimento dado pela escola, segundo diferentes métodos de ensino, seja no seu aspeto formal, não formal ou informal. Na escola, a BE é um espaço, onde se fomenta e promove o contacto com a cultura e com o conhecimento. Assim, todos os recursos existentes na BE devem ser disponibilizados como forma de permitir aprendizagens diversas que serão o garante do acesso à educação.

A BE promove a inserção social e a realização humana, quer de crianças, jovens e, até mesmo, adultos numa perspetiva pessoal e profissional de enriquecimento e capacitação ao longo da vida. A aprendizagem ao longo da vida é uma realidade fundamental na sociedade contemporânea.

A educação é uma componente essencial para o desenvolvimento das sociedades com base no conhecimento, em que o ensino superior, mas também o ensino e a formação técnica e profissional assumem relevância (UNESCO, 2020).

Para que essa aprendizagem se efetive, é fundamental adquirir competências a nível das diferentes literacias, nomeadamente da informação e dos média. A BE pode potenciar o desenvolvimento dessas áreas.

Pelo exposto, o acesso à educação contribui para a consciencialização do indivíduo como cidadão, tendo a escola em articulação com a BE um papel determinante neste âmbito. A BE é, pois, um espaço de conhecimento e de aprendizagem com o objetivo primordial de fomentar a leitura, a literacia e possibilitar o acesso à informação a partir dos diferentes recursos existentes para o efeito.

Presentemente, a BE não visa somente ser um arquivo de recursos, mas, acima de tudo, tem a função formadora de propiciar o desenvolvimento da leitura e das literacias aos seus utilizadores, nomeadamente os alunos, mas também a toda a comunidade educativa: “No que respeita à dimensão de dinamização, as bibliotecas escolares deverão integrar-se nas linhas de desenvolvimento da escola, sob a orientação do professor bibliotecário, de outros professores, funcionários e colaboradores” (Rodrigues, 2010, p.18). Neste sentido, torna-se relevante aferir o desempenho do papel desenvolvido pela BE na área da Educação para e pela Cidadania.

A Escola, ao ter como espaço integrante e central a BE, visa, acima de tudo, a obtenção de uma educação de qualidade por parte do indivíduo, levando-o numa perspetiva de humanismo universalista, à interiorização sistemática de valores morais e éticos para com as pessoas e os grupos que o rodeiam, independentemente das diferenças étnicas, sociais ou religiosas que possam apresentar.

Para além de todos estes aspetos, mais do que nunca a própria BE tem vindo a assumir uma posição cosmopolita, colaborando com o indivíduo a ter capacidade de assimilar uma cultura que não a sua de origem, bem como formas de ser e de estar perante a vida, em que a saúde e a educação devem ser acedidas por todos, levando-os a uma globalização democrática.

Assim, podemos também fazer referência a uma cidadania cosmopolita que tem auxiliado na caracterização da sociedade, da escola e, naturalmente, da BE no início deste século XXI. A propósito da ideia de cosmopolitismo, Wolkmer (2003, pp.31-32) afirma que

“A (...) concepção [de cidadania cosmopolita] tem como pressuposto uma nova maneira de ver e edificar o mundo, ou seja, também envolve a construção de uma nova subjetividade (...) que implica a abertura à alteridade do outro ou de si mesmo, a abertura para a virtual diferenciação engendrada no encontro com o outro, tornando-se um veículo de atualização desta diferença, um veículo de criação de novos modos de subjetivação, novos modos de existência, novos tipos de sociedade”.

O aparecimento, incremento e desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Ciência (TIC), influenciando a Sociedade de Informação (SI), vieram trazer ao Mundo inúmeras mudanças assinaláveis a todos os níveis: “Quando todos podem desfrutar da informação, ela é um motor do desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões” (Leitner *et al.*, 2019, p.2). Desta forma, se por um lado, as TIC e a SI têm gerado assinaláveis progressos, a nível económico, tecnológico, científico, proporcionando regalias sociais, bem-estar, desenvolvimento e a aproximação entre indivíduos de diferentes proveniências, por outro lado, têm também originado situações de violência, de agitação, de tensão, de desequilíbrio social, de racismo, de xenofobia e, em casos extremos, de guerras entre nações e dentro das próprias nações.

A escola, bem como a BE, têm tido e deverão continuar a ter um papel fundamental para combater estes fenómenos e evitar assimetrias, tornando-se primordial que transmita princípios e valores, deveres e direitos de Cidadania, atendendo ao percurso escolar do aluno, concretizados por todos os que intervêm e que são responsáveis pelo referido processo educativo: professores/educadores, pais/encarregados de educação, alunos, funcionários, órgão de gestão da escola, comunidade envolvente à escola, entre outros.

Daí a relevância da concretização do presente estudo, tendo em conta o papel da BE para a melhoria de práticas de leitura e de desenvolvimento das literacias, nomeadamente na interiorização e consciencialização por parte do aluno de princípios e valores, direitos e deveres de Cidadania.

Na verdade, importa levar o aluno a compreender e a assumir-se como cidadão na sociedade em que progressivamente se vai inserindo, em que gradualmente se vai socializando.

Para além do exposto, não se pode deixar de referir o contributo da Família, como o primeiro e principal educador do indivíduo. No entanto, o processo de integração plena deste na sociedade e no mundo em que vive, dá-se pela intervenção da escola com o suporte do órgão de gestão e administração da mesma, da BE e através do desempenho de funções do PB e dos professores, contando ainda com a envolvimento da comunidade educativa.

1.1. Breve referência à constituição da Rede de Bibliotecas Escolares

A constatação de que a população portuguesa não manifestava grande interesse pela leitura, em parte motivada pela ausência de hábitos neste âmbito, bem como pela falta de desenvolvimento de competências nessa área, gerou a promulgação de legislação para inverter a situação (Despacho Conjunto n.º 43/ME/MC/95, de 29 de dezembro).

Numa parceria de um grupo de trabalho coordenado por Isabel Veiga, tendo como Ministro da Educação, o Professor Doutor Marçal Grilo, foi elaborado o relatório *Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares* (Veiga et al., 1996) através do qual se defendia a constituição de bibliotecas escolares em espaço reservado para o efeito na escola. Inicialmente o projeto contou apenas com um número diminuto de Bibliotecas dispersas por alguns municípios aderentes ao projeto, sendo hoje uma realidade bem visível em todo país.

O programa inicial da Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) visava, acima de tudo, definir diferentes aspetos como: a promoção da leitura; a introdução de mobiliário adequado para o bom funcionamento da BE; a promulgação de enquadramento legal para a criação e definição das funções do PB; orientação para o exercício de funções da equipa que integra a BE; a disponibilização de recursos financeiros por várias entidades e organismos para assegurarem a gestão e a organização da BE, entre outros aspetos.

Um dos objetivos da RBE é possibilitar à BE o enriquecimento da mesma, quer em termos de qualidade quer em termos de quantidade dos recursos existentes e de todos os que possam vir a ser adquiridos. Esta preocupação é também extensível à adequação do mobiliário e à atualização do equipamento multimédia (informático e audiovisual) (Veiga *et al.*, 1996, p.56).

Posteriormente, o Gabinete de apoio à RBE tem procurado dar assistência às Bibliotecas Escolares, bem como aos professores-bibliotecários que contam também com o apoio de uma equipa da qual fazem parte funcionários e professores de diferentes disciplinas curriculares, destacados para o efeito pelo órgão de gestão da escola. O Gabinete disponibiliza para o efeito várias suportes e páginas *online* como: Literacia da Informação; Apoio técnico; Documentos de Apoio; Bibliografia Geral e Temática; Recursos da Internet sobre BE, entre outros. Atualmente, um dos instrumentos fundamentais de recurso para trabalho é o referencial: *Aprender com a Biblioteca Escolar* (2017).

Refira-se, em articulação com o tema do nosso trabalho, que a palavra cidadania aparece nesse documento treze vezes, quer no âmbito de uma reflexão mais geral sobre a o papel da BE para a inclusão e o desenvolvimento de uma cidadania efetiva e ativa dos alunos quer na parte exemplificativa de atividades na BE, mencionando-se ações no âmbito da EC em vários níveis de escolaridade, no âmbito da literacia da leitura (por exemplo, p.80, p.89), literacia dos média (p.95, p.98).

1.2. A missão da Biblioteca Escolar e a sua relevância na Escola

Desde sempre, a missão de uma biblioteca foi propiciar, aos seus utilizadores, o acesso à cultura, à informação, ao conhecimento, contando para o efeito com diferentes recursos, nomeadamente material impresso e, mais recentemente, multimédia e digital/virtual.

No artigo *Quality in School Library Media Programs: focus on Learning Perspectives on Quality in Libraries* (Stripling, 1996), é referido que o foco da biblioteca atualmente é a aprendizagem.

Com o aparecimento das TIC, com foco no acesso à *internet* como forma aglutinadora de um mundo global, estas passaram a ser utilizadas nas áreas do conhecimento, das atividades laborais e até para atividades de lazer. As TIC foram introduzidas, nomeadamente, nas bibliotecas, facilitando o acesso à informação e ao conhecimento por parte dos seus utilizadores.

Diferentes autores afirmam que perante um novo cenário de mudanças e um novo paradigma, se tem vindo a alterar a visão tradicional que existia dos arquivos e das bibliotecas como “repositórios da cultura erudita” (Freitas *et al.*, 2015, p.1). Com a abrangência da ciência da informação e a utilização das TIC, estas tornaram-se um meio privilegiado e uma área interdisciplinar para a análise, a recolha, a classificação, o armazenamento, a recuperação e a transmissão da informação e do conhecimento.

Assim, “[a] Ciência da Informação tem longa tradição e experiência na descrição de conteúdos; e a crescente heterogeneidade de dispositivos e equipamentos pode ser auxiliada por esta descrição desenvolvida em diferentes padrões de metadados e linguagens de marcação, colaborando com a interoperabilidade nestes ambientes” (Mucheroni & Modesto, 2011, p.16).

Deste modo, para além dos recursos impressos (livros, publicações periódicas, cartografia, iconografia...), fazem agora parte da biblioteca, os recursos multimédia, digitais e virtuais (áudio, *cd-rom*, DVD, pc, *pen*, *tablet*,...).

Estes três últimos tipos de recursos acessíveis por *hardware* de acordo com o *software* escolhido em que a *internet* possibilita o acesso pelo usuário a diferentes plataformas digitais e páginas *web* 2.0 e, mais recentemente, *web* 3.0, propiciando um acesso exponencial a múltiplos documentos, privilegiando a informação e a comunicação permanente e atualizada ao minuto. Pelo exposto, segundo a *School Libraries Work* (2008, p.1), “we live in the information age, and because we do, Information Literacy has become universal currency”. Carrión afirma mesmo que “a história do século XXI será a de um constante avanço e recuo na relação com a transição digital e com o que nos é próximo.” (Carrión, cit. por Duarte, 2023, p.12).

Em Portugal, desde 1996, aquando da constituição da RBE, como já referido, dotou-se a escola de um espaço, a BE, em que se tem procurado desenvolver um conjunto de atividades para fomentar a leitura e o

desenvolvimento da literacia a par das aprendizagens curriculares dos alunos, dadas em contexto de sala de aula. Deste modo, as necessidades e os interesses manifestados pelos mesmos foram tidos em conta. Mais recentemente, tendo como foco precisamente a melhoria das aprendizagens dos alunos em muito tem contribuído para as mesmas, o suporte e o apoio dado pelas TIC, uma vez que qualquer documento pode ser apresentado com diferentes formas de linguagem, dada a conjugação entre texto, imagem e som. Desta forma, a BE é entendida como um espaço de aprendizagem, de “desenvolvimento de hábitos de leitura, um objetivo que podemos entender de forma bastante ampla, já que a leitura é a base que sustenta a capacidade de aprendizagem pessoal nas diferentes áreas disciplinares” (Bastos, 2017, s.p.).

Para que a BE cumpra a sua missão de promoção da leitura, foi também articulado o seu trabalho com o *Plano Nacional de Leitura* (PNL) com diretrizes concretas e elucidativas nesse sentido: “A BE propicia informação e ideias fundamentais para o funcionamento bem-sucedido na atual sociedade, baseada na informação e no conhecimento. A BE habilita os estudantes para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve a imaginação, preparando-os para viver como cidadãos responsáveis” (IFLA/UNESCO, 2000, p.1). Por isso, a BE pode ser considerada também como um espaço de vivência de Cidadania Cosmopolita.

A BE, para além de fomentar a leitura em diferentes géneros literários e nomeadamente, incentivar à leitura por lazer, é hoje vista, como um espaço impulsionador para apropriação de informação. No Relatório de Lançamento da RBE (1996), foi salientada a importância atribuída à literacia da informação porque esta leva os utilizadores a aceder, a pesquisar, a selecionar, a gerir e a avaliar o que pretendem saber e, inclusive, voltar a reutilizar a informação conseguida.

1.3. A Biblioteca Escolar e a literacia da informação

Uma das áreas de trabalho da BE foca a Literacia da Informação, importante para a realização bem-sucedida de cada cidadão, quer em termos pessoais quer em termos profissionais, promovendo a sua plena integração na vida em sociedade e no mundo.

Por este facto, a BE deve potenciar equipamentos e recursos que possibilitem o acesso à informação por parte dos utilizadores/alunos como forma de equidade e de igualdade social para todos.

A BE passou assim a ter redobrada relevância, pois facilita o acesso à informação digital e virtual importante para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Este espaço acompanha e promove também o trabalho colaborativo com os professores das diferentes disciplinas curriculares com o objetivo de promover o sucesso escolar dos alunos.

Para que o sucesso escolar possa e deva acontecer, o professor do século XXI não se deve limitar somente à transmissão de conteúdos curriculares com o suporte do manual e circunscrito ao espaço da sala de aula. O docente deve antes assumir um papel perante os alunos de interlocutor e de mediador de aprendizagens em sala de aula ou mesmo fora dela (Coutinho & Lisboa, 2011). O professor deve desenvolver a sua prática pedagógica, tendo em conta o trabalho colaborativo em articulação com os outros docentes do mesmo grupo de recrutamento, com colegas de outros grupos de docência, com a BE e até mesmo com a comunidade escolar, atendendo ainda à coordenação e supervisão feita pela direção da escola.

Esta perspetiva de um novo desempenho de funções do docente é decorrente das atuais mudanças na sociedade e no mundo, devendo a escola evoluir e acompanhar as mesmas. Na atualidade, não basta ao docente propiciar a transmissão de conhecimentos: “É consensual que há muito que a educação deixou de ser apenas ler, escrever e contar e que deu lugar aos quatro “C” da aprendizagem – Comunicação, Colaboração, Criatividade e pensamento Crítico” (Jorge, 2020, p.10).

Perante esta nova estruturação do desempenho de funções do professor, dinâmico e atuante, a Educação para e pela Cidadania assume grande importância na escola e na BE porque consciencializa todos os intervenientes no processo educativo no sentido de potenciar precisamente o desenvolvimento da criatividade e do pensamento crítico. Ambos são importantes, quer para os docentes quer para os alunos, dotando estes últimos de competências sociais e outras para se assumirem como cidadãos de pleno direito.

Para além da transmissão de conhecimentos, aos professores compete-lhes procurar um real acompanhamento das inovações das TIC, levando-as para o contexto de sala de aula, para a prática pedagógica com o acesso à *internet* e consequente navegação de plataformas, blogues, sítios e/ou repositórios em tudo facilitadores no acesso ao conhecimento e à informação.

As TIC têm que cada vez mais fazer parte integrante da prática pedagógica para o enriquecimento de crianças e jovens. Na atualidade, de uma maneira geral, todos dominam com facilidade o acesso às TIC, nomeadamente utilizando *tablets*, *smartphones*, *smartwatches*, *chromebooks*, *e-books*, entre outros. Os jovens alunos da atualidade nasceram num mundo dominado pelas TIC e suas constantes evoluções, conseguindo acompanhar as mesmas de forma exponencial.

Os professores devem ser permeáveis a uma atualização constante perante a constatação desta realidade evolutiva das TIC para que não se tornem infoexcluídos. Os docentes devem partilhar a sua prática pedagógica com outros docentes do mesmo grupo de recrutamento ou mesmo de outros grupos de docência, a fim de que conjuntamente possam trocar informações e saberes relevantes para o bom desempenho das suas funções e contribuir para o sucesso escolar dos alunos. Esta partilha e articulação de saberes deve ser feita igualmente com o PB e com a BE, nomeadamente no que se refere à EC. De uma maneira geral e de forma mais frequente, os docentes dos grupos de recrutamento de Línguas, de História e de Geografia tendem a abordar temas e assuntos relacionados com EC e com a vivência do cosmopolitismo, nomeadamente por constar até no programa curricular. Pelo exposto é de todo benéfico que seja abrangente aos outros grupos de recrutamento e em articulação com a BE. Por esta razão deve EC ser focada em todos os grupos de recrutamento, nas outras áreas curriculares, perspetivando articulação com a BE e de forma transversal na escola.

Desta forma, o trabalho colaborativo tem se revelado favorável para todos os que intervêm no âmbito da educação, possibilitando-lhes a capacitação de enfrentar novos e constantes desafios de docência gerados pelas sucessivas mudanças ocorridas na sociedade e, consequentemente, na escola.

Assim sendo, a BE deverá ter um programa com objetivos bem delineados de acordo com o Projeto Educativo da escola/agrupamento, implicando numa gestão de muitas variáveis e, em sentido mais amplo, numa gestão participativa e participada por todos (Novo, 2020, s.p.).

A escola e a BE têm que ser encaradas como uma organização com uma cultura e uma especificidade própria que a diferencia das demais. Ambas têm que ser encaradas como um espaço de Cidadania, já que “a Escola é um poderoso meio de prevenção social, sobretudo se os valores de democracia, igualdade e justiça [...] forem incutidos igualmente no meio escolar” (Lopes & Vicente, 2014, p.9).

Por isso, a BE deve ter em conta, para melhor servir os seus utilizadores, a organização e gestão da coleção, uma adequada e atualizada zona multimédia (audiovisual e informática), atividades de animação diversas, nomeadamente no âmbito da Cidadania, entre outras. Todos estes serviços disponibilizados pela BE procuram fomentar a frequência por parte dos alunos do referido espaço e, ao mesmo tempo, tendem a estabelecer parcerias envolvendo toda a comunidade educativa.

O sucesso da BE está intrinsecamente dependente da frequência dos utilizadores, mas também do apoio e da utilização dada pela direção da escola, pelo perfil do PB, pelas estruturas intermédias (coordenadores de departamento) e pelos professores das diferentes disciplinas curriculares, nomeadamente os que integram a equipa da BE. Assim sendo, a comunidade educativa deve compreender que “the effective library programs are critical to boosting student learning and achievement” (Eisenberg, 2002, p.47).

1.4. A importância da gestão da coleção da Biblioteca Escolar na adequação aos utilizadores e à vivência da Cidadania

O conceito de “coleção” corresponde ao “fundo documental” de uma biblioteca (Nunes, 2018, p.11). “Biblioteca” vem do grego βιβλιοθήκη, palavra composta de βιβλίον, biblion - livro eθήκη, theca – depósito, caixa.

A biblioteca é o espaço, onde são guardados livros, documentos tridimensionais e, ainda, outras publicações para os utilizadores poderem estudar, ler e/ou consultar os referidos recursos que integram e compõem a coleção. A guarda da coleção na biblioteca permite proteger os recursos de qualquer perigo (incêndio, inundação...); de os conservar para que não se percam ou degradem pela utilização; de organizá-los com base em regras de arquivo de obras impressas, digitais e multimédia, segundo o formato informático nacional e internacional para troca de dados bibliográficos *Universal Machine Readable Cataloging* (UNIMARC) (Galvão, s./d., pp.1-11) e a catalogação de acordo com a Classificação Decimal Universal (CDU) (Santos & Almeida, 2005).

A catalogação, a indexação, o arquivo, permitem aos utilizadores facilidade de acesso aos recursos de acordo com o autor, o assunto ou a sua relevância. Desta forma, o desenvolvimento e a gestão da coleção assumem especial relevância na BE. Clayton e Gorman (2001, p.19) citados por Vasconcelos (s./d., 2, p.1) afirmam que na gestão da coleção da BE importa “saber: 1. Em que base são tomadas as decisões relativas à seleção [dos recursos]; 2. O que adquirir; 3. O que preservar; 4. O que deve ser retirado ou abatido.”

Todos estes procedimentos são importantes para que a coleção seja o mais adequada possível aos seus utilizadores e tenha a maior atualidade para benefício dos mesmos. Por isso mesmo, o *Manifesto da IFLA/UNESCO* (1994, p.3) explicita: “As colecções devem refletir as tendências actuais e a evolução da sociedade”. O mesmo documento refere ainda que “é essencial que [as colecções] sejam de elevada qualidade e adequadas às necessidades e condições locais” (*ibidem*).

Com a implementação das TIC e a sua introdução na BE, a coleção deixou de estar apenas circunscrita ao espaço físico destinado para esse fim. A coleção passou a contar de forma exponencial com recursos tangíveis e intangíveis, recursos impressos e digitais, recursos multimédia e virtuais. A BE passou a ser híbrida, uma vez que já não possui apenas e somente recursos no espaço físico que lhe é destinada.

A digitalização de recursos levou à criação da biblioteca digital, passando o espaço físico confinado à BE a abranger agora um sítio bem mais alargado.

Desta forma, “parece óbvio que no futuro, não muito longínquo, [as coleções] serão predominantemente digitais, ainda que o lugar e a relevância que a documentação impressa terá nas coleções do futuro seja objeto de debate” (Rodrigues & Carvalho, 2013, p.5). Tal facto irá contribuir para que a BE tenha capacidade para proceder à organização e gestão dos referidos “recursos impressos e digitais, locais e remotos”, a fim de os mesmos poderem ser acedidos de forma ainda mais funcional para maior benefício dos utilizadores (*ibidem*).

A biblioteca digital na BE tem vindo a adquirir uma dimensão, complexidade, relevância e amplitude cada vez mais exponencial, dada a quantidade alargada de recursos disponíveis. Desta biblioteca digital fazem parte recursos de “produção própria ou externa, digitais desde a sua origem” ou “digitalizados” a partir do acervo existente na BE (*idem*). A digitalização de recursos existentes na BE permite a preservação e integridade dos mesmos.

A biblioteca digital, também denominada biblioteca *online*, é constituída por recursos digitalizados sob a forma material (*pen*, *cd-rom*, *DVD*,...), mas também em linha através da *internet*, permitindo o acesso à distância. Estes recursos podem servir para empréstimo a outras bibliotecas, “empréstimo interbibliotecas” (Johnson, Evensen & Gelfand *et al.*, 2012, p.14). A biblioteca digital permite a organização, a seleção e a distribuição da informação a partir dos recursos digitalizados. Estes recursos digitais que integram a coleção da biblioteca digital, podem ter carácter fugaz, dada a celeridade das mudanças sentidas no mundo a todos os níveis, nomeadamente no que concerne às constantes evoluções tecnológicas.

Da biblioteca digital também fazem parte os Recursos Educacionais Abertos (REA), nomeadamente materiais em suporte digital ou impresso para utilização por parte dos alunos ou mesmo dos docentes, no ensino, na aprendizagem, ou para pesquisa/investigação. Os REA são materiais educacionais muito abrangentes e diversificados quanto aos temas e géneros, podendo abarcar desde os livros didáticos, artigos de pesquisa, vídeos, instrumentos de avaliação, recursos interativos como simulações e jogos de interpretação, bancos de dados, *software*, aplicativos (incluindo versões para

dispositivos móveis) e qualquer outro recurso educacional de utilidade (UNESCO, 2012).

Em sùmula, presentemente, como aferimos, os utilizadores/alunos da BE têm a possibilidade de aceder a um conjunto muito diversificado de recursos que em tudo podem fazer a diferença no seu percurso escolar e, mais tarde, no campo profissional, enquanto cidadãos integrados na sociedade e no mundo. Qualquer aluno, ao frequentar a BE, pode ter acesso a todo este acervo diferenciado que o auxiliará a adquirir e a consolidar aprendizagens, torná-lo-á mais capacitado em termos de literacia, mas também mais consciente da importância de “ser cidadão”.

A BE é um espaço que requer, por parte dos seus utilizadores, o respeito e o cumprimento de deveres e regras que assegurem o seu bom funcionamento. Os direitos e deveres direcionados aos utilizadores da BE são, desde logo, exemplificativos do modo como, nomeadamente os alunos se devem comportar num espaço com características muito específicas extensíveis à forma de atuação em contexto de sala de aula, dentro da escola, mas também na vida em comunidade/sociedade/mundo.

A exemplo sumário, o aluno utilizador da BE tem o direito de circular livremente por este espaço, mas tem também o dever de falar baixo, não perturbando o trabalho em concretização pelos outros utilizadores. Toda esta postura implica conhecimento de deveres e direitos por parte do utilizador da BE que são em suma o reflexo de um comportamento pelo qual deve pautar a sua conduta perante ele próprio e os outros que o rodeiam, no exercício claro de um ato de cidadania.

A aprendizagem de utilização específica de um espaço como a BE, irá permitir ao aluno dominar competências que o levarão futuramente como cidadão a saber estar de forma adequada em locais e espaços que lhe exijam uma postura idêntica e assertiva para o efeito, capacitando-o, desde logo, a viver em sociedade. Esta postura do utilizador da BE poderá também auxiliá-lo a saber diferenciar formas de conduta e postura de acordo com os locais, espaços e situações com que se irá deparar enquanto cidadão.

1.5. O papel do Professor-Bibliotecário

Na atualidade, a BE e o PB têm o papel de promover o desenvolvimento de competências no domínio da leitura e da literacia da informação junto dos principais utilizadores: os alunos.

Assim, “success starts with attitude” (Eisenberg, 2002, p.48). Desta forma, no desempenho das suas funções e tarefas, o PB deve ser “estratégico”: assumir uma atitude firme e adequada; uma posição relevante, determinada, enérgica, visando solucionar problemas com que se depare. Esta postura tem como fator dominante promover “students achievement and well-being” (*idem*).

O PB tem a missão de procurar envolver os alunos, desenvolvendo estratégias para os levar à BE e ser simultaneamente flexível e gerador de mudança. O PB deve não só promover aprendizagens junto dos alunos, mas também ajudá-los a pensar, escrever, inovar, criar, pesquisar, ter domínio oral para que posteriormente consigam relacionar e aplicar as competências adquiridas, a situações de vida real com que se deparem.

Face ao exposto, o PB “assume uma a dupla função”: ao mesmo tempo são “educadores e facilitadores, guiando os utilizadores nas suas pesquisas, ou seja, praticando uma mediação assente na definição estandardizada das competências dos utilizadores.” (Carvalho, 2014, p.103).

O PB, quando organiza e representa o conhecimento, interage com os utilizadores, concretizando esse processo de mediação.

O PB tem ainda a função de trabalhar colaborativamente com os docentes da escola/agrupamento de forma que em conjunto consigam desempenhar assertivamente a sua tarefa de promoção da leitura e das literacias, em articulação com o currículo, nomeadamente com aulas de Cidadania.

Resumindo, o PB deve exercer as suas funções desempenhando cinco ações diferentes que estão interligadas e se complementam. Nomeadamente, o PB deve assumir liderança da BE e da equipa que coordena; deve estar associado ao ensino e à transmissão de aprendizagens dirigidas ao público-alvo, os alunos; deve ser um especialista em informação, disponibilizando e procurando atualizar a literacia de informação suportada pelas TIC; deve continuar a exercer o seu papel como professor, orientado o aluno no sentido do

conhecimento e da cultura, do domínio das aprendizagens e das competências; deve ainda ser o administrador da BE, pondo à disponibilidade de todos os recursos nela existentes (Santos, 2011, pp.50-58).

Deste modo, a BE pode ser considerada igualmente como um espaço de Cidadania promovido pelo PB. Cumprindo um dos objetivos da BE, esta pode propiciar o “encontro, reflexão e diálogo, a respeito de problemas” que afetem e preocupem a sociedade, cabendo, ao PB de preferência “em cooperação com os alunos”, a leitura, a disponibilização, a seleção e/ou “a exposição de álbuns gráficos”, bem como de outros recursos que vão ao encontro dos interesses e necessidades por eles manifestados (IFLA, 2015, p.40).

Assim, é de salientar a importância que assumem os recursos que integram a coleção da BE, onde será de todo assertivo encontrar informação que potencie o suporte de atividades, nomeadamente no âmbito da Educação para a Cidadania e na vivência do cosmopolitismo.

2. A Cidadania na Escola

A etimologia da palavra “Cidadania” deriva do latim *civitatem* que significa cidade. Esta palavra do latim constituiu-se como a tradução da palavra grega *polis*, numa referência às cidades-Estado antigas. Consideradas como um tipo de organização social e político na Grécia Antiga, a maioria dos historiadores atribuí-lhes o conceito tradicional de cidadania.

Na antiguidade clássica, a cidadania limitava-se à participação política de determinadas classes sociais em que o cidadão era o que morava na cidade e participava nos seus negócios.

2.1. Conceito de Cidadania: breves apontamentos

Na contemporaneidade, a conceção do conceito de cidadania remonta aos ideais de Liberdade, Fraternidade e Igualdade que originaram a Revolução Francesa. Também estão relacionados com a promulgação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), em que a vigência dos direitos naturais salvaguarda a soberania da nação. Neste âmbito, o indivíduo começa a afirmar a sua Cidadania pelo exercício dos seus direitos, sobretudo pelo cumprimento do ato eleitoral que assegura a soberania da nação (Santos & Gonçalves, 2005, p.1441).

Em Portugal, o conceito de Cidadania e dos Direitos do Homem estão ligados aos ideais da Revolução Liberal (1820). Entre outros aspetos, considerava-se importante levar a população a compreender as novas instituições, participando na vida política nacional. Desta forma, os cidadãos começaram a formar consciência política e a ter capacidade de intervenção social (*idem*).

O conceito de Cidadania tem constituído objeto de estudo de vários autores (Marshall, 1967; Rocher, 1989; Delors, 1996; Viegas de Abreu, 1998; Oliveira Martins, 1999; Praia, 1999; Nogueira & Silva, 2001; Santos, 2004; Osler & Sparkey, 2015). Para além de ser um tema extremamente vasto e de grande atualidade, envolve diferentes contextos: familiar, escolar, profissional, político, social, cultural, entre outros.

Como apontam Nogueira e Silva (2001, p. 90): “Cidadania é um estatuto que medeia a relação entre o indivíduo e a comunidade política, ao mesmo tempo que fornece as bases para as interações entre indivíduos e a sociedade”.

A Cidadania determina o vínculo jurídico-político que une o indivíduo ao Estado, através de direitos e deveres que visam protegê-lo, tanto no estrangeiro, como no interior do próprio país (Praia, 1999, pp.7-8). Também “é indiscutível a relação causal entre educação, pobreza e/ou exclusão social, direitos humanos e cidadania” (Lopes & Vicente, 2014, p.9).

A Cidadania tem sido conceptualizada de várias formas, estando bastante disseminada a perspetiva de Marshall que estabelece um esquema de classificação, envolvendo três estádios (Marshall, 1967 cit. por Nogueira & Silva, 2001, pp. 29-31).

O primeiro estágio corresponde à “cidadania civil”, determinando que os direitos individuais de cada pessoa são fundamentais à sua liberdade individual. Assim, o indivíduo pode existir perante a Lei e ao ser considerado como pessoa, tem direito à liberdade de pensamento e de expressão, à liberdade de escolher a religião que quer professar, entre outros.

O segundo estágio corresponde à “cidadania política”, tendo o indivíduo direito a participar no exercício do poder político por meio de sufrágio. “Este estágio representa o reconhecimento básico e formal, dado pelas instituições legais e políticas do indivíduo, como membro igual na sua comunidade, como alguém que tem direito (e as obrigações relacionadas) de tomar decisões em nome da comunidade” (*ibid*, p.29).

O terceiro estágio corresponde à “cidadania social”, contribuindo para o acesso individual por parte da pessoa aos bens sociais básicos, assegurados pela comunidade, como: cuidados médicos, educação, benefícios à habitação, bem-estar social, entre outros. Esta situação é assegurada a todos os membros que integram a comunidade, embora cada indivíduo o possa concretizar de forma individualizada (*idem*).

Pelo exposto, os conceitos de Cidadão, Cidadania e Educação têm mobilizado e centralizado a atenção e preocupação na sua transmissão e relevância, sobretudo por parte dos Estados Democráticos.

2.2. A importância dos direitos e deveres de Cidadania

Os direitos e deveres de Cidadania são fundamentais para a vivência do Homem em sociedade e no mundo.

Este princípio está bem explícito na Declaração Universal dos Direitos do Homem, promulgada pela Organização Mundial das Nações Unidas (ONU) a 10 de dezembro de 1948. No 1.º Artigo deste documento defende-se a Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade entre os Homens: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para os outros com espírito de fraternidade” (*idem*).

A Constituição da República Portuguesa (1976) tem igualmente este mesmo princípio regulamentado, sendo reforçado em revisões posteriores, onde se salientam os deveres fundamentais do Estado, bem como os direitos pessoais do indivíduo enquanto cidadão: “A todos são reconhecidos os direitos à identidade pessoal, ao desenvolvimento da personalidade, à capacidade civil, à cidadania, ao bom nome e reputação, à imagem, à palavra, à reserva da intimidade da vida privada e familiar e à proteção legal contra quaisquer formas de discriminação” (Ponto 1 do Artigo 26.º da Lei Constitucional n.º 1/97, 20 de setembro).

O conceito de Cidadania atualmente foca “três dimensões articuladas da existência social”. A saber: a dignidade humana, a autonomia da pessoa e o laço cívico em que a articulação de todos estes aspetos possibilita o desempenho adequado de Cidadania.

Na sequência desta constatação, cada vez mais se tem feito um apelo ao reassumir dos valores morais e éticos para garantir a coesão social, conseguida através da promoção de uma educação de qualidade, de uma educação cívica, de uma vivência cosmopolita, de uma EC orientada pela escola. Infelizmente, verificam-se algumas manifestações no mundo que apontam para uma certa crise de valores relacionada com o individualismo, a falta de solidariedade em determinadas situações e acontecimentos, a intolerância traduzida, nomeadamente em atos de violência verbal (cada vez com maior incidência nos contextos de comunicação *online*) e física, bem como quebra da coesão social.

Pelo exposto, apesar da crise afetar, de um modo geral, a cultura e, de um modo particular, a instituição educativa e o discurso pedagógico, a educação não deve prescindir dos valores e da formação ética dos alunos (Araújo, 2008, p.97). Falar de EC constitui uma redundância, pois uma das finalidades da escola consiste em orientar e integrar os alunos na vida em sociedade, levando-os a respeitar e a salvaguardar os direitos e a dignidade humana. A escola contribui na sua dinâmica para levar os alunos a conhecer e a respeitar valores e princípios morais que orientam a sociedade e o mundo, numa vivência clara de cosmopolitismo. Desde a educação pré-escolar, nas Áreas de Conteúdo, Pessoal e Social, bem como Conhecimento do Mundo, aponta-se, desde logo, para uma Educação para e pela Cidadania, mantendo-se este foco ao longo de todo o ensino básico (1.º, 2.º e 3.º CEB) e no ensino secundário/ensino profissional.

Como já anteriormente foi mencionado, a Cidadania está relacionada com os direitos e deveres do indivíduo enquanto cidadão de um Estado, devendo ser exercida com dignidade. Os direitos humanos estão relacionados com os princípios de liberdade de pensamento, de expressão, de igualdade perante a Lei e de respeito em relação aos outros indivíduos.

Neste sentido, todo o indivíduo tem o mesmo direito a exigir e a reclamar que seja respeitado, surgindo os ditos direitos pelo simples facto de serem seres humanos e, por isso mesmo, não podem ser inalienáveis: “Desta forma, os direitos humanos baseiam-se nos pilares essenciais da humanidade como a liberdade e a plena igualdade entre todos os seres” (Lopes & Vicente, 2014, p.14). Em concreto, o indivíduo/cidadão tem direitos civis, políticos e sociais como:

- Direito de liberdade de expressão;
- Direito de escolher livremente a profissão;
- Direito ao trabalho e à segurança no mesmo;
- Direito de se candidatar a um cargo público, em regra, por via de concurso;
- Direito a ter acesso ao ensino;
- Direito de proteção na saúde;
- Direito de sufrágio para a escolha de representantes para órgãos de soberania do Estado, entre outros (Nogueira & Silva, 2001, pp.95-99).

Para além de direitos, o indivíduo/cidadão tem também deveres a cumprir e a respeitar que lhe são determinados pelo próprio Estado como:

- Dever de respeitar as Leis vigentes;
- Dever de pagar os impostos que garantem o suporte económico do Estado;
- Dever de respeitar os direitos sociais dos outros indivíduos;
- Dever de proteger o património público e social do país;
- Dever de colaborar com as autoridades, entre outros (*ibid*, pp.6-7).

Em conclusão: quando nasce, o indivíduo herda uma nacionalidade dada pelo Estado. A nacionalidade evita desigualdades entre os indivíduos que integram o Estado, assegurando-lhes uma cidadania composta de liberdades e garantias; direitos e deveres que devem ser cumpridos e respeitados enquanto cidadãos.

2.3. Breve nota histórica sobre o lugar da Cidadania na escola portuguesa

Na vigência da 1.^a República, a implementação da disciplina de educação cívica torna-se primordial no âmbito da educação republicana. Surgiram várias obras no panorama editorial português sobre Educação Cívica.

Neste contexto, destaca-se António Sérgio, que escreveu: “na escola, os educandos vão aprendendo a desempenhar os papéis sociais da cidadania, a conhecer, pela sua própria experiência, como funciona a sociedade, e a assumir cada vez mais a responsabilidade dos seus actos e decisões” (Sérgio, 1984 [1915], p.6).

Com a restauração da Democracia em Portugal, em abril de 1974, a preocupação pela atualização do conceito de Cidadania passou a estar presente através da promulgação de Leis que têm proporcionado orientação nesse sentido.

A publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro) veio a determinar a constituição da área curricular de Formação Cívica na escola.

Posteriormente, veio a ser denominada de Educação para a Cidadania (EC), tendo como objetivo a formação dos jovens e a sua inserção na vida em sociedade. Desde os primeiros anos de vida e ao longo do percurso escolar do aluno, as escolas passaram a ter um papel importante para fazer despertar nele uma consciência cívica, bem como o levar a criar atitudes e hábitos de colaboração na família e na comunidade.

Em 2012, com a promulgação de nova legislação, a Educação para a Cidadania pôde passar a integrar as áreas curriculares, mas a decisão de fazer parte do currículo pertencia a cada escola/agrupamento. No referido diploma, a Educação para a Cidadania passa a ser considerada uma área transversal nos 2.º e 3.º ciclos (Alínea m) do Artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho).

Em 2013, a Direção Geral da Educação (DGE) criou o documento: *Educação para a Cidadania – linhas orientadoras*, em que foca os domínios a serem concretizados transversalmente e/ou como disciplina autónoma, no agrupamento de escolas ou em escolas não agrupadas. O documento contempla vários domínios da Educação para a Cidadania, nomeadamente: educação para os Direitos Humanos; educação ambiental/desenvolvimento sustentável; educação rodoviária; educação financeira; educação do consumidor; educação para o empreendedorismo; educação para a igualdade de género; educação intercultural; educação para o desenvolvimento; educação para a defesa e a segurança/educação para a paz; educação para os media; educação para a saúde e a sexualidade; voluntariado; dimensão europeia da educação. Com este último domínio pretendia-se que as crianças e jovens comesçassem, desde logo, a criar uma consciência de pertença à comunidade europeia.

Em 2013, são adaptados os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos. Relativamente ao 1.º CEB reforça-se a importância para a aquisição de competências dadas por duas áreas curriculares não disciplinares: as TIC e a Educação para a Cidadania (Decreto-Lei n.º 91/2013, de 10 de julho).

Na vigência do XXI Governo, coube ao mesmo promover a área da Cidadania para ser trabalhada em meio escolar, integrando as diferentes áreas curriculares.

Foi constituído para o efeito o Grupo de Trabalho de Educação para a Cidadania (GTEC) que desenvolveu o projeto, *Estratégia Nacional para a Educação para a Cidadania* (ENEC) (Despacho n.º 6173/2016, de 10 de maio).

No decurso do ano letivo 2017/2018, no âmbito do ENEC, foi desenvolvido um projeto de experiência pedagógica, intitulado *Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular* (PAFC), abrangendo todos os estabelecimentos de ensino públicos e privados que aderissem ao mesmo. Foram dadas também diretrizes sobre o *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* (PASEO) (Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho).

Em Portugal continuou-se a promulgar legislação no sentido de fazer com que a EC integre o currículo desde a Educação Pré-Escolar, ao Ensino Básico, ao Secundário e ao longo do percurso escolar dos alunos.

Em 2018 procedeu-se à publicação de nova legislação em que consta a “oferta a todos os alunos da componente de Cidadania e Desenvolvimento” (Alínea i) do Ponto 2 do Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho). Foram igualmente definidas estratégias distintas de operacionalização da área curricular de Cidadania e Desenvolvimento (CeD), tendo em conta o nível de escolaridade dos alunos. Assim, as matrizes curriculares-base do Ensino Básico assumem CeD para o 1.º CEB como componente “de integração curricular transversal potenciada pela dimensão globalizante do ensino” (Ponto 3 do Artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho).

Para os 2.º e 3.º ciclos, a matriz curricular integra a Cidadania e Desenvolvimento como disciplina autónoma (Ponto 4 do Artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho). De acordo com o mesmo diploma, a área curricular de CeD fica prevista como fazendo parte das Aprendizagens Essenciais (Ponto 5 do Artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho).

Neste diploma é também considerada a operacionalização da componente de CeD (Ponto 2 do Artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho). Refere-se que “cabe a cada escola aprovar a sua estratégia de educação para a cidadania”, definindo: “a) os domínios, os temas e as aprendizagens a desenvolver em cada ciclo e ano de escolaridade; b) o modo de organização do trabalho; c) os projetos a desenvolver pelos alunos que concretizem na comunidade as aprendizagens a desenvolver; d) as parcerias a estabelecer com

entidades da comunidade numa perspetiva de trabalho em rede, com vista à concretização dos projetos; e) a avaliação das aprendizagens dos alunos; f) a avaliação da estratégia de educação para a cidadania da escola” (*idem*).

No que concerne às “Aprendizagens Essenciais”, relativamente ao ensino secundário, o mesmo documento faz referência a que cada escola pode decidir como implementar a componente de CeD de acordo com as seguintes opções: “a) a oferta como disciplina autónoma; b) a prática de coadjuvação, no âmbito de uma disciplina; c) o funcionamento em justaposição com outra disciplina; d) a abordagem, no âmbito das diferentes disciplinas da matriz, dos temas e projetos, sob coordenação de um dos professores da turma ou grupo de alunos.” (Ponto 4 do Artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho).

Para os 2.º e 3.º ciclos será igualmente de ressaltar que o trabalho curricular desenvolvido pelos alunos em CeD pressupõe uma classificação (Ponto 4 do Artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho). Quanto ao ensino secundário, o documento destaca que “independentemente das opções adotadas pela escola, a componente de Cidadania e Desenvolvimento” não é objeto de avaliação sumativa, “sendo a participação nos projetos desenvolvidos neste âmbito registada no certificado do aluno.” (Ponto 4 do Artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho).

Em suma e pelo exposto, constata-se que foi sempre havendo preocupação no sentido de evolução na legislação produzida em Portugal em torno da Educação para e pela Cidadania, tendo presente o percurso escolar do aluno como forma de o capacitar e consciencializar para a sua assunção de cidadão de pleno direito na escola, na comunidade, no mundo em que vive.

2.4. Educar para os valores e atitudes de Cidadania

A educação para e pela Cidadania é uma missão de toda a escola, implicando a concretização de um projeto em parceria estabelecido com a família e a comunidade. Assim sendo, “[a] Cidadania e Desenvolvimento constitui um espaço potenciador da valorização de uma abordagem interdisciplinar, no âmbito do Conselho de Turma, sempre que se verifique a interligação curricular com outra disciplina ou disciplinas, a nível das aprendizagens” (Romão, 2020, p.40).

Através das aulas de EC, mas também de toda a prática pedagógica concretizada nas diferentes disciplinas curriculares, a escola leva os alunos a compreender os desafios e a importância de valores, de temas como a liberdade, a justiça, o desenvolvimento, a qualidade de vida, a proteção do meio ambiente, a sustentabilidade do planeta, entre outros.

A escola e a educação auxiliam o indivíduo/aluno a uma integração gradativa na vida em sociedade, capacitando-o como cidadão do mundo. Para tal, constitui-se como tarefa fundamental a transmissão de valores e princípios de Cidadania na escola como forma de assegurar a construção de uma sociedade melhor para todos os cidadãos, “onde os indivíduos pensem e se comportem de forma autónoma, racional e criativa” (Terrén, 2001, p.10).

A partilha de valores pelos indivíduos permite-lhes integrar e participar na vida em sociedade e intervir em assuntos relevantes à escala mundial. Os valores apresentam-se aos indivíduos como uma dupla realidade: por um lado constituem-se como um ideal que ao ser percecionado e assumido pelo indivíduo, lhe suscita respeito e admiração; por outro lado, a partir do momento em que é assimilado e assumido pelo indivíduo, passa a estar presente nas atitudes e nas posições que o mesmo assumir na sociedade em que estiver integrado (Rocher, 1989, pp.68-75). Desta forma, na partilha de valores temos a considerar que esta se pode processar de forma relativa, uma vez que existem indivíduos que defendem valores opostos ou realidades diferentes numa mesma comunidade/sociedade.

À vista disto, a EC reveste-se de grande importância para a sociedade atual, para a sociedade contemporânea, uma vez que entre outros aspetos, permite ao indivíduo “aprender” a ser cidadão de um determinado Estado com integração no Mundo, levando-o a respeitar os valores de Cidadania neles existentes. Os indivíduos vão integrando a sociedade, consciencializando-se do seu direito à Cidadania: o cidadão aprende “a conhecer, a compreender e a ser, partindo da diferença para a igualdade e da pluralidade para a identidade” (Martins, 1999, p.78).

O direito à Cidadania implica a associação por parte de todos os indivíduos dos princípios de aceitação, de diversidade, de pluralismo e de igualdade, mas também de criatividade e de responsabilidade; autonomia e ajuda mútua; de

respeito e de consideração; de compreensão pelas diferenças e pelas singularidades de todos (Oliveira Martins, 1993, pp.104-105). Mas para além de ter direito a ser livre, o indivíduo é também responsável pelas suas opiniões, atos, atitudes, posições que assume perante os outros, a sociedade e o mundo. No fundo, o indivíduo tem de adquirir uma cultura ou uma ética política que fundamente a consciência e o equilíbrio entre direitos e deveres como cidadão para preservar a dignidade humana na sociedade e no mundo.

Ante o exposto, será relevante o papel das novas gerações na construção e continuidade da sociedade, na envolvimento do Mundo, fomentando para o efeito a sua participação cívica, nomeadamente através de debates e tomadas de posição na assunção plena do seu direito de Cidadania. Assim sendo, pretendemos sublinhar que a BE é um espaço adequado para promover e fomentar o diálogo, debates e a pesquisa sobre temas relacionados com a Cidadania, sobretudo os que estão implicitamente relacionados com a construção e fundamentação do indivíduo enquanto cidadão.

2.5. Da Educação para a Cidadania à Cidadania Cosmopolita

No limiar do século XXI, o conceito de Cidadania deve ser contextualizado de forma bem mais abrangente, implicando um outro conceito: Cidadania Cosmopolita. Para o efeito será de referir as grandes transformações mundiais que têm ocorrido desde o final do século XX, projetando-se no atual século XXI. Em parte, as mesmas foram ocasionadas pela permanente evolução tecnológica, originando o fenómeno da globalização do mundo com implicação a nível económico, social, político e cultural.

A globalização veio dar ênfase ao estado-nação em que os cidadãos têm conhecimento de direitos e deveres, princípios e valores de Cidadania, mas de forma transnacional, sendo abrangente a nível mundial.

Também a Educação em tudo tem contribuído para a constatação deste novo conceito de Cidadania. Osler e Starkey (2015, p.30) referem que “Education for citizenship and the promotion of language learning for intercultural communication are both responses to globalisation”.

A nível económico, a globalização acentuou a vigência do sistema capitalista em que a preocupação pelo lucro e acumulação de riqueza se constituem como fatores primordiais. Tal fenómeno tem gerado assimetrias no mundo com oscilações de riqueza e de pobreza social, originando alterações na sociedade a nível mundial e, até, conflitos armados.

Os motivos citados têm originado a deslocação de indivíduos do seu Estado para outro(s) País(es) à procura de melhores condições de vida, nomeadamente para fuga a situações de extrema de pobreza ou de exclusão social ou ainda de conflitos armados. A Europa é exemplificativa desta movimentação que tem ocorrido à escala mundial (Osler, 2020, p.562). Estes movimentos de migração têm contribuído para a supressão “fictícia” de fronteiras entre países, gerando modificações com implicações assinaláveis ao nível social, educativo e cultural, originando o conceito de interculturalidade.

Por isso, Banks (2011, p.243), há mais de duas décadas, afirmava que “Migration within and across nation-states is a worldwide phenomenon”.

Este fenómeno a par da evolução da humanidade, veio propiciar a que gradualmente houvesse alteração do conceito de Cidadania, “passando a abarcar o conjunto dos direitos humanos.” Assim a Cidadania deixou apenas de estar vinculada ao estado e “restrita à nacionalidade” (Lunardi & Del’Olmo, 2012, p.199). Por isso mesmo, surgiu o conceito de Cidadania Cosmopolita por implicar a “solidariedade entre os povos, para ser realizad[a] de forma mundial, pela mobilização da sociedade civil, em conjunto com os demais atores internacionais, como as organizações internacionais e as organizações não governamentais, na realização dos direitos humanos” (*ibidem*).

Os mesmos autores reforçam que fazem parte dos direitos do Homem: a solidariedade e a dignidade da pessoa humana, bem como o acesso e melhores condições de trabalho com salário adequado, liberdade de expressão, entre outros (*idem*, p.202)

A globalização que corrobora com este novo conceito de Cidadania Cosmopolita, para além de repercussões em termos sociais, tem também tido implicações ao nível da educação, levando a que “Nations in various parts of the world have responded to the citizenship and cultural rights of immigrant and minority groups in different ways (*id.*, p. 244).

Nomeadamente, o indivíduo migrante mantém a sua cultura, mas gradualmente vai assimilando também a nova cultura do Estado em que se encontra, ajudando na sua integração como cidadão. Desta forma consegue o Estado assegurar a unidade entre todos os cidadãos, “responding to diversity within their populations” (*id.*, p.245).

Para o efeito, a educação e a escola com o trabalho pedagógico desenvolvido pelos professores em muito tem contribuído não só para a integração de alunos migrantes e emigrantes, como também tem levado os colegas a interagir e a aceitar a presença destes na turma, havendo, assim, uma reciprocidade na divulgação e aceitação de culturas diferentes, tornando-se complementares.

Ao nível da Escola tem-se pretendido desenvolver um conjunto de princípios cosmopolitas como a justiça, os valores e os direitos humanos acessíveis a todos, sendo que o ponto de partida das políticas educativas relativamente aos alunos migrantes consiste em proporcionar-lhes uma integração efetiva (Osler, 2020, p.563).

Por isso, Banks (2011) refere que “Extensive reform is needed in nations around the world to help teachers actualize democracy and social justice in their curricula, attitudes, expectations, and behaviors”. Só desta forma, alunos migrantes conseguiram contribuir para “to make their local communities, nation, region, and the world more just and humane” (*idem*, p.250).

Perante a evidência dos fluxos migratórios, os responsáveis mundiais e nacionais pela educação tiveram tendência a se preocupar mais com a literacia “rather than civic education”. Esta tendência verificou-se sobretudo em relação aos adultos (Rodríguez-Izquierdo & Darmody, 2019 cit. por Osler, 2020, p.563).

O processo de acolhimento dos indivíduos mais jovens ou das crianças, também passou pela aprendizagem e domínio de competências ao nível da literacia. Contudo as entidades competentes para o efeito deram igualmente relevância ao conhecimento e assunção dos valores nacionais (*idem*). Os citados autores referem que “The proposal is that language teachers would explicitly draw on citizenship education “enriching it with attention to intercultural communicative competence” (Byram, 2010, p.320 cit. por Osler & Starkey, 2015, p.31).

Porém este processo de integração não tem sido linear, pois foram colocados em causa princípios de Cidadania Cosmopolita com situações evidentes de racismo e de intolerância para com os migrantes, nomeadamente na Europa (Osler & Starkey, 2018 cit. por Osler, 2020, p.564).

Sousa Santos (2004) alertou até para a importância da “solidariedade transnacional entre grupos explorados, oprimidos ou excluídos pela globalização hegemônica”. Os média têm divulgado com frequência notícias sobre condições degradantes de vida de migrantes com utilização de mão de obra barata em diferentes países europeus: “o acolhimento de refugiados como sendo potencialmente útil do ponto de vista económico, isto, é, instrumentalizando-os como sendo bem-vindos, porque poderão ser um recurso económico, como mão de obra” abundante (Himmel & Baptista, 2020, p.17).

O conceito de Cidadania Cosmopolita tem-se revestido de maior amplitude, se atendermos a que a população mundial se tem dado conta de outros problemas que a todos afetam, nomeadamente relacionados, por exemplo, com o meio ambiente e a sustentabilidade do Planeta. Cada vez mais, a população mundial se dá conta da seca extrema, dos elevados índices de poluição, da desflorestação florestal pelo abate massivo de árvores ou incêndios causados por mão criminosa, entre outros.

Assim, a Cidadania Cosmopolita tem vindo a contribuir para que haja um ideal comum entre todos os indivíduos do Mundo.

Como acima foi referido, a criação de estratégias que possam solucionar problemas comuns a todos, nomeadamente em relação ao meio ambiente, tornaram-se uma realidade. (Lunardi & Del’Olmo, 2012, p.204).

O Concelho da Europa (COE) tem-se mantido atento a esta toda esta problemática, desde a sua constituição em 1949 até ao momento presente, desenvolvendo uma atividade concertada entre os estados membros. O COE (2002) tem procurado legislar com os seguintes objetivos: defender os direitos humanos, promover o desenvolvimento democrático e assegurar a estabilidade político-social na Europa. Contudo com um conflito armado entre dois países do Mundo, tem-se assistido a um novo fluxo de migrações sobretudo na Europa e a consequente preocupação pela integração dos migrantes nos países de acolhimento.

Desde sempre o COE procurou salvaguardar que “All citizens of member states are automatically EU citizens” (Osler, 2020, p.567). Desta forma, todos os cidadãos têm direitos e responsabilidades, “including the right to live and work within the EU without discrimination on grounds of nationality” (idem).

Em suma, a Cidadania Cosmopolita reconhece que todos os indivíduos são cidadãos com direitos humanos em qualquer parte do mundo, independentemente do Estado em que se encontrem.

2.6. A Biblioteca Escolar como espaço de Cidadania

A Cidadania está presente na educação e, na atualidade, nenhuma política educativa lhe pode ficar indiferente, seja no contexto educativo português, seja no âmbito de outros países da Europa e do Mundo que manifestam igual preocupação. A aprendizagem da Cidadania, bem como a vivência da Educação para e pela Cidadania, apresenta-se na atualidade de forma privilegiada no ambiente escolar.

Pelo exposto, interessa à BE ter presente ao nível dos seus utilizadores esta aprendizagem de educar para e pela Cidadania. A BE deve formar pensadores críticos e utilizadores de informação em qualquer suporte, disponibilizando serviços a toda a comunidade escolar, independentemente da idade, da raça, da religião, da nacionalidade, da língua, entre outros (IFLA/UNESCO, 2000). De acordo com RBE (2017), a BE deve promover “a transformação da sociedade por via da educação de cada cidadão”.

Além das ligações à área da Educação para a Cidadania, no referencial *Aprender com a Biblioteca Escolar* (2017), que já mencionámos anteriormente, fazendo o bom uso das TIC, a própria RBE criou um sítio em linha, denominado “Cidadania e Biblioteca Escolar – Pensar e Intervir”. Este *site* visa incrementar uma cultura de cidadania democrática, reforçando o papel da BE relativamente aos “conteúdos do currículo e à formação integral das crianças e jovens da atualidade” de acordo com a ENEC e o PASEO (*id.*).

Segundo a RBE, o aprofundamento dos conteúdos do currículo relativamente à Cidadania pode ser estruturado em três áreas de ação.

A saber: “Dinâmicas educativas”, “Clips ou ações do quotidiano” e “Notas das escolas”. Relativamente a esta última ação interessa ser “um espaço de partilha, pelas escolas, de ações que realizaram na área da cidadania” (*id.*).

Para o efeito, a BE pode promover atividades de leitura e de debate em torno de temas no âmbito de CeD que suscitem o interesse e a preocupação dos alunos. A planificação e a programação destas atividades a cargo do PB podem e devem refletir um trabalho colaborativo com os professores das disciplinas de EC e CeD, mas também de todas as outras disciplinas curriculares. Para o efeito devem os docentes ter em conta o programa para cada área curricular e as diferentes temáticas em torno de EC e CeD.

O PB, bem como os professores das diversas disciplinas curriculares, em trabalho colaborativo, podem intervir e aferir do real impacto dos diferentes temas abordados no âmbito de atividades desenvolvidas em EC e/ou CeD, através da observação, da participação e da motivação dos alunos nas mesmas. Por exemplo, poderão ser selecionados textos, artigos de opinião, notícias para leitura e, posterior, debate referentes à construção e estruturação do indivíduo enquanto cidadão consciente dos seus direitos e deveres de Cidadania.

Desta forma, também o PB poderá aferir se os temas em debate são pertinentes, atuais, informativos, fazendo a avaliação destes momentos para poder prosseguir, melhorar ou requalificar a planificação realizada para o efeito. Esta permanência de atualização dos temas em debate será benéfica para que toda e qualquer informação que seja disponibilizada, possa ser devidamente trabalhada e abordada com vista ao enriquecimento das aprendizagens dos alunos.

Sistematizando, a educação constitui-se como o melhor meio para proporcionar ao indivíduo um desenvolvimento mais profundo e harmonioso de si próprio, tornando-o num ser equilibrado e, tanto quanto possível, realizado, quer a nível pessoal quer a nível profissional. A educação permite ao indivíduo a possibilidade de contribuir para a existência de uma sociedade que se pretende cada vez melhor: mais justa e mais equilibrada.

A escola deve ser um modelo de prática democrática, um espaço público de comunicação e de reciprocidade, onde se constroem as civilidades, tendo em conta a identidade interna e externa do estabelecimento de ensino; a gestão da

heterogeneidade dos alunos; a gestão das relações entre a escola e a comunidade em que se encontra integrada.

Sendo a BE um espaço central da escola, constitui-se também como local de privilégio para a promoção da leitura de temas no âmbito de EC. Ao PB caberá fomentar a BE como um espaço de debate e de fundamentação de valores e de princípios de Cidadania que visem auxiliar os utilizadores/alunos a formar a consciência de um cidadão integrado na sociedade e no mundo.

Contudo, só é possível à escola e à BE transmitir uma EC se estiverem integradas numa sociedade pautada por princípios democráticos.

O sistema democrático permite assegurar não só o respeito pela individualidade, liberdade e dignidade dos indivíduos, mas também possibilitar uma resposta adequada às necessidades e aos anseios por eles manifestados. Só através da garantia do bem-estar e da coesão social entre indivíduos, será possível manter a vitalidade e a dinâmica própria da sociedade democrática e de uma cidadania cosmopolita.

Parte II – ESTUDO EMPÍRICO

1. Introdução ao estudo empírico

O ponto de partida para este estudo foi suscitado pelo interesse em aferir se é relevante para professores das diferentes disciplinas curriculares, a divulgação, a transmissão e a valorização de princípios e valores de Cidadania, a alunos, a fim de os levar, desde cedo, a terem consciência do seu papel e desempenho como cidadãos na sociedade e no mundo em que progressivamente se irão integrando através de processos vários de socialização.

Assim, desde logo interessa aferir como pode a escola, em articulação com a BE, promover o debate de ideias com os professores, no âmbito desta temática da Cidadania, em consonância com os objetivos e a missão da mesma, no que concerne à promoção da leitura e ao desenvolvimento da literacia, a par das aprendizagens nas diferentes disciplinas curriculares dos alunos. Recordamos, assim, os objetivos que foram formulados e que se relacionam diretamente com o estudo empírico.

- Identificar e analisar os modos como os professores de diferentes áreas curriculares integram temas de EC no seu trabalho;
- Aferir o nível de motivação dos professores projetando o seu trabalho pedagógico em torno de temas relacionados com a Cidadania;
- Perceber de que modo os professores podem dinamizar temas de EC no âmbito das suas disciplinas;
- Analisar de que modo as atividades desenvolvidas no âmbito da cidadania na escola em articulação com a BE possam facultar e promover o trabalho colaborativo entre o PB e o professor da disciplina de CeD.

1.1. Contexto do Estudo Empírico

O projeto foi executado no ano letivo de 2022/2023, numa escola situada num concelho do litoral centro do país que leciona o 3.º CEB, Ensino Secundário/Ensino Profissional.

Relativamente a estes dois níveis de ensino, a oferta educativa abrange Línguas e Humanidades, Ciências e Tecnologias, Ciências Socioeconómicas, Informática-sistemas e Artes Visuais. O corpo docente da escola conta com 112 professores em diferentes áreas curriculares e com a frequência de 1150 alunos, no referido ano letivo.

A escola tem o nome de um patrono originário do concelho e que foi professor numa universidade de referência no distrito, no país e no mundo. A direção da escola faz questão de referenciar e mostrar aos alunos a importância deste pedagogo na área curricular da filosofia com ampla produção literária.

Em termos arquitetónicos, a escola foi recentemente requalificada, contribuindo para servir adequadamente os alunos, nomeadamente no que concerne ao ensino (salas, laboratórios, sala de artes, TIC...), serviços (auditório, cantina, bufete...) e espaço envolvente com jardins e campos para a prática de diferentes modalidades de desporto. A escola não tem barreiras arquitetónicas que possam dificultar o acesso a todos, mesmo por pessoas com mobilidade reduzida por estar preparada para esse efeito.

Nesta escola, a BE ocupa um espaço amplo com harmonização de estruturas para dispor a coleção e melhoria do acesso a meios informáticos e multimédia. A escola preocupa-se com a concretização e o desenvolvimento de atividades em articulação com a BE: procura promover a participação dos alunos em vários projetos e concursos de âmbito nacional e internacional; procura a dinamização de diferentes clubes e atividades extracurriculares.

A escola dispõe ainda de serviços especializados de apoio educativo, nomeadamente educação especial, bem como psicologia e orientação. O Ministério da Educação conferiu-lhe contrato de autonomia. Na sua página *online*, o órgão de gestão disponibiliza os documentos estruturantes de organização da escola, a toda a comunidade educativa, denotando preocupação na articulação e reciprocidade entre ambas. A escola preocupa-se com a aprendizagem e o bem-estar dos alunos, sendo recetiva ao diálogo com pais/encarregados de educação e envolvimento da comunidade educativa, procurando estabelecer parcerias com entidades e instituições do conselho e do país.

2. Aspetos metodológicos

Para se estruturar uma investigação, deve-se ter em conta cinco aspetos: “a) as questões de estudo; b) as proposições de estudo, caso exista alguma; c) a(s) unidade(s) de análise; d) a lógica ligando os dados às proposições; e) o critério para a interpretação dos resultados” (Yin, 2001).

2.1. Caracterização do tipo de estudo

A investigação pode ser considerada como um processo rigoroso de observação, análise e interpretação de dados. Ao investigador é-lhe exigido que conheça em profundidade os métodos e as técnicas para desenhar e desenvolver com sucesso a investigação.

Seguindo uma determinada perspetiva, a investigação leva o investigador a percorrer um caminho, usando métodos e técnicas diversas que o auxiliam a desenhar e a desenvolver com sucesso a investigação. Só desta forma o investigador consegue chegar a um dado resultado.

O presente trabalho integra-se no campo dos estudos de caso, enquadrando-se no paradigma de uma investigação mista (quantitativa e qualitativa) em que o investigador se preocupa “com a mediação objetiva e a quantificação dos resultados” (Godoy, 1995, p.58), complementada com dados que permitam obter um retrato mais completo do contexto estudado. No campo educativo, o estudo de caso, como modalidade de investigação aplicada (Bogdan & Biklen, 1994), apresenta potencialidades neste sentido, visto que na sua essência, uma “investigação educativa” (Elliott, 2005) pode estimular e sustentar o pensamento crítico para a melhoria da qualidade da sua ação.

Carmo e Ferreira (2008, p.228) afirmam que “a investigação é levada a cabo a partir da consideração da situação real [...]. A sua principal finalidade é a resolução de um dado problema para o qual não há soluções baseadas na teoria previamente estabelecida”. Com esta investigação pretende-se interpretar e compreender a realidade tal como é, experienciada e sentida por indivíduos ou grupos a partir do que pensam e como agem de acordo com os seus valores, representações, crenças, opiniões, atitudes, hábitos, entre outros.

Para a concretização deste estudo de caso foram utilizadas como técnicas: um inquérito por questionário “Ser Cidadão!”, para recolha de dados quantitativos e um inquérito por entrevista para recolha de dados qualitativos. Posteriormente foi feita a triangulação dos diferentes resultados conseguidos com a análise documental efetuada. Realizou-se uma análise estatística descritiva e uma análise de conteúdo dos dados obtidos.

Para dar início à investigação foram analisados os principais documentos estruturantes da escola relacionados com o tema do estudo: “A BE como espaço de Cidadania”. Os documentos estruturantes de gestão e organização da escola (Projeto Educativo, Plano Anual de Atividades, Planificações, entre outros), bem como da BE (Plano Anual de Atividades, Política de Desenvolvimento da Coleção, Plano de Ação, entre outros) refletem preocupação e empenho para as aprendizagens e aquisição de competências curriculares pelos alunos. Estes documentos mostram, ao mesmo tempo, ser promotores de formação pessoal e igualmente estruturação coletiva dos alunos com interesse na temática de EC.

A escola, onde o estudo se realizou, tem desenvolvido uma estratégia envolvendo valores e princípios de Cidadania de forma a preparar da melhor maneira possível os seus alunos para o futuro, valorizando, desde logo, uma conduta cívica com igualdade: relações interpessoais, globalização, paz, gestão de conflitos, entre outros.

Em relação ao Projeto Educativo, a escola tem consciência da transversalidade da Cidadania e para o efeito procura uma articulação de conteúdos e temas relacionados com a EC. O Plano Anual de Atividades (PAA) está em consonância com o Projeto Educativo de Escola, nomeadamente no que concerne à disciplina curricular de CeD. As linhas orientadoras do PAA estão relacionadas com a regulamentação da vida na escola, na educação para os Direitos Humanos e na educação para a saúde, mais concretamente, com a saúde mental, sexual e com a prevenção da violência.

O Plano Anual de Atividades da BE mostra igualmente evidências na articulação com a área disciplinar de EC. As atividades a desenvolver na escola apresentam a evidência de um indicador que se centra na colaboração em projetos e iniciativas de parceria interna e externa, projetos de intervenção social,

sendo que para o efeito se procura promover os valores sociais, culturais e educativos da BE, na escola e na comunidade envolvente.

Os destinatários das referidas atividades são a comunidade educativa, os intervenientes nas disciplinas curriculares de EC/CeD. De acordo com os referidos documentos orientadores da escola/BE, com o presente estudo procurou-se aferir as expetativas e o trabalho pedagógico desenvolvido no âmbito de EC pelos professores das diferentes disciplinas curriculares, bem como pelo PB e pelo professor coordenador de CeD para o 3.º CEB.

Para a concretização deste estudo foi feita a passagem de inquéritos por questionário aos docentes das diferentes áreas curriculares lecionadas na escola. Igualmente foram feitos inquéritos por entrevista ao PB, coordenador de CeD na escola, bem como ao professor de CeD para o 3.º CEB, igualmente coordenador desta área disciplinar, mas somente para este nível de ensino.

Para elaboração dos mencionados instrumentos para recolha de dados foi também tido em conta o *Referencial Educação para o Desenvolvimento - Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário* (Torres et al., 2016). A promulgação deste documento veio conferir orientação à escola e aos docentes para a planificação e concretização de atividades no âmbito de EC/CeD a todos os níveis de ensino público e privado em Portugal. O documento foca a relevância da “aquisição de conhecimentos, o desenvolvimento de capacidades e a promoção de valores, atitudes e comportamentos que permitam às crianças e aos jovens a compreensão crítica e a participação informada perante desafios locais e globais que se colocam à construção de um mundo mais justo, inclusivo e solidário” (*idem*, 2016, p.5).

Assim, tomando o RED como referência, o presente estudo visa a melhoria das práticas da aprendizagem dos alunos, relativamente à literacia, à Cidadania e à vivência do cosmopolitismo na escola. Para além de todos os aspetos mencionados, será ainda importante não deixar de lembrar que um dos objetivos da BE é formar pensadores críticos e utilizadores de informação em qualquer suporte. A BE disponibiliza serviços a toda a comunidade escolar, independentemente da idade, da raça, da religião, da nacionalidade, da língua, entre outros (IFLA/UNESCO, 2000).

2.2. Instrumentos de recolha de dados e métodos para a análise

Esta investigação de estudo de caso foi apoiada na aplicação de um inquérito por questionário e de inquéritos por entrevistas: “Num inquérito por questionário parte-se da construção teórica – sustentada em reflexões e pesquisas anteriores – de um conceito, que define um conjunto de dimensões analíticas que se materializam em indicadores e se deduzem em variáveis (respostas)” (Álvares, 2020, p.9).

Deste modo, com a elaboração de um inquérito por questionário procura-se formar um conjunto de perguntas (abertas ou de escolha múltipla) destinadas a um conjunto de indivíduos (inquiridos ou participantes), cujo o objetivo pretendido consiste em obter informações (dados). Estes são *a posteriori* analisados, interpretados e retiradas conclusões pelo investigador. Estes dados devem dar resposta aos objetivos delineados aquando do início da investigação (*id.*), sendo que “o investigador não pretende intervir sobre a situação, mas dá-lha a conhecer tal como ela lhe surge” (Ponte, 1994, p.4).

A aplicação de inquéritos por questionário assume vantagens: os inquiridos podem responder de forma anónima, assegurando a sua individualidade e maior facilidade na veracidade nas respostas dadas às perguntas formuladas. A aplicação de inquéritos por questionário tem igualmente desvantagens: precisamente por serem anónimos, podem não suscitar o interesse de inquiridos. O facto de não haver um número expressivo de participantes pode inviabilizar o inquérito por questionário, implicando a elaboração de um novo questionário ou proceder à retificação da amostra existente, a fim de se poder dar continuidade à investigação.

Relativamente ao inquérito por entrevista, Bogdan e Biklen (1994, p.134), afirmam que serve para “recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspetos do mundo”. Em investigação social, e na área da educação, a entrevista semidiretiva é frequentemente mais usada, sendo diferente das outras, uma vez que “não é inteiramente aberta nem encaminhada por um grande número de perguntas precisas.

Geralmente, o investigador dispõe de uma série de perguntas-guias, relativamente abertas, a propósito das quais é imperativo receber uma informação da parte do entrevistado” (Quivy & Campenhoudt, 1998, p.192).

Na sequência da apresentação das perguntas deve haver flexibilidade (Manzini, 2012), pois desta forma, dá também a possibilidade ao entrevistador/a para fazer perguntas complementares que levem a compreender melhor o fenómeno em causa (*idem*). Assim as entrevistas permitem fazer o “aprofundamento da percepção do sentido que as pessoas atribuem às suas ações” (Almeida, 1995, p.213) e flexibilidade “porque o contacto direto permite explicitação das perguntas e das respostas” (*idem*). A entrevista semiestruturada é indicada como o meio mais adequado para perceber um fenómeno dirigido a um grupo peculiar, nomeadamente: professores/as, alunos/as, médicos/as, entre outros. (Manzini, 2012). No nosso estudo de caso é direccionada a professores/as.

Neste campo procederemos à leitura e revisão da informação obtida para tratamento dos dados recolhidos no referido ano letivo, de acordo com as seguintes etapas:

- 1.^a etapa – Tratamento estatístico dos dados obtidos através do preenchimento dos inquéritos por questionário “Ser Cidadão!”, passados aos professores das diferentes disciplinas curriculares, a fim de aferir a pertinência do mesmo;
- 2.^a etapa – Análise comparativa dos dados obtidos nos inquéritos por questionário para posterior entrevista ao PB e ao professor de CeD do 3.^o CEB;
- 3.^a etapa – Análise dos dados obtidos nas entrevistas;
- 4.^a etapa – Análise e confronto dos dados obtidos para conclusão do estudo de caso.

2.3. Participantes no estudo

A participação de docentes na investigação foi solicitada por email ao Sr. Diretor de uma Escola do 3.^o C.E.B com Ensino Secundário (Apêndice 1).

O inquérito por questionário intitulado “Ser Cidadão!” foi passado junto dos docentes das diferentes disciplinas curriculares da mencionada escola, tendo como objetivo proporcionar um melhor conhecimento sobre a problemática analisada (Apêndice 2). Procurou-se identificar o grau de conhecimento e as práticas associadas à relevância da área curricular CeD em articulação com as atividades promovidas pela BE.

O inquérito por questionário que consubstancia o presente estudo foi delineado tendo em conta os vários domínios do RED (Apêndice 3). É composto por 25 perguntas estruturadas em três grupos de questões:

- Grupo 1 - permite-nos conhecer as informações sociodemográficas dos participantes no estudo;
- Grupo 2 - permite-nos aferir as práticas docentes em vários domínios na área de CeD, bem como de forma transversal na escola;
- Grupo 3 - dá-nos a conhecer os dados científicos relativamente à Cidadania desenvolvida nas diferentes áreas curriculares em articulação com as atividades da BE.

O inquérito por questionário foi respondido exclusivamente via *web* com recurso ao formulário *Google Forms*, entre 03 de março e 30 de abril de 2023. Foram recolhidas 35 respostas completas, o que equivale a uma taxa de resposta de cerca de 31,8% (descontando os dois professores entrevistados do número global de docentes da escola).

Quanto às entrevistas, foram elaboradas de acordo com as funções do PB, coordenador na escola da área curricular de CeD e do professor de CeD do 3.º CEB também coordenador desta área curricular para este nível de ensino (Apêndice 4). As entrevistas foram estruturadas de acordo com os três grupos de perguntas que integram o inquérito por questionário já acima mencionado (Apêndice 5). As entrevistas têm igualmente 3 grupos de perguntas:

- Grupo 1 – com 4 perguntas para apresentação dos docentes;
- Grupo 2 – com o mesmo número de perguntas relacionadas com as perspetivas da BE na área de CeD;

- Grupo 3 - com 4 perguntas, sendo que a primeira tem 3 alíneas para relacionar Cidadania na Escola em articulação com a BE, para o PB, não se reportando o mesmo na entrevista para o professor de CeD do 3.º CEB. Relativamente à entrevista do professor de CeD do 3.º CEB, o 3.º grupo só é composto mesmo por 4 perguntas.

As entrevistas foram agendadas para o dia 20 de abril de 2023 com hora marcada às 15h.00m para a professora de CeD do 3.º CEB e às 15h.30m para o PB. Os inquéritos por entrevista foram respondidos oralmente de livre e espontânea vontade na BE da escola. Foram gravadas com o recurso a *smartphone*, existindo em apêndice a transcrição das mesmas (Apêndices 6 e 7).

3. Apresentação e análise dos resultados

Neste capítulo iremos proceder à apresentação e análise dos resultados dos dados obtidos através dos inquéritos por questionário. Pretende-se com os mesmos proceder à recolha de informação para posterior análise e formulação de resultados que nos permitirão tirar algumas conclusões.

3.1. Questionário aos professores

O inquérito por questionário aplicado aos professores foi estruturado seguindo 3 grupos abaixo mencionados. Assim temos a considerar:

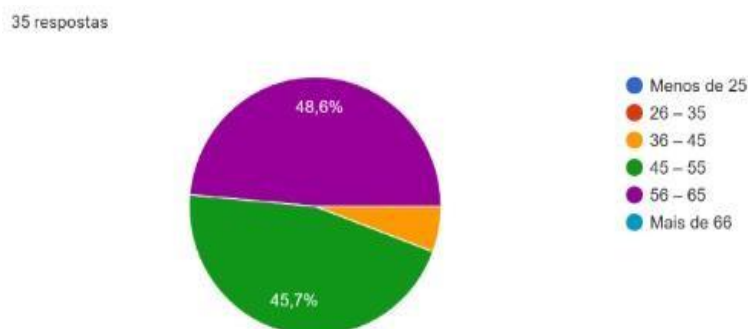
- Informações sociodemográficas;
- Práticas docentes na área de Cidadania;
- Cidadania na Escola em articulação com a BE.

- ***Informações sociodemográficas***

O primeiro grupo é composto por 9 perguntas e tinha como objetivo obter dados de caracterização dos participantes do estudo.

Na primeira pergunta (gráfico 1) procurou-se aferir a faixa etária dos participantes.

Gráfico 1 – Idade dos respondentes (em anos)



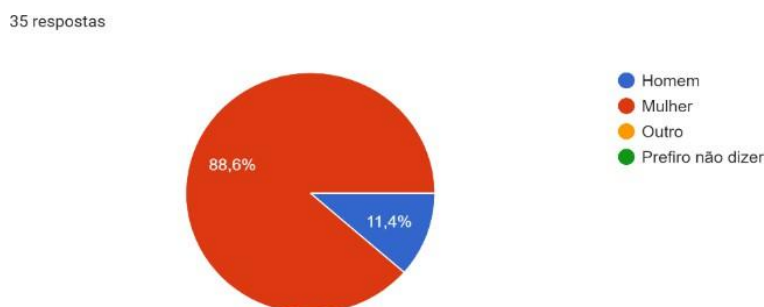
A maioria estão numa fase etária compreendida entre os 45 e os 65 anos: 17 docentes (48,6%) de 56 a 65 anos; 16 professores (45,7%) de 45 aos 55 anos. De notar que temos na amostra uma faixa etária entre os 36 e os 45 anos com percentagem de valor pouco significativa, 2 participantes (5,7%), não se registando respondentes com faixa etária entre: menos de 25 a 35 anos (0%). Desta forma pode-se aferir que nesta escola o corpo docente tem uma idade envelhecida, estando este facto em consonância com os dados obtidos pelo Conselho Nacional de Educação (CNE, 2022).

De acordo com este organismo, “cerca de 54% dos docentes da educação pré-escolar e ensinos básico e secundário das escolas portuguesas têm 50 ou mais anos de idade” (Torres, 2022, p.10). Isto porque “as características demográficas de Portugal em 2021 mostravam um país com uma população envelhecida”, com um índice baixo de renovação da população ativa (*idem*, p.6).

Quanto ao género (gráfico 2), verifica-se uma maioria de docentes do género feminino 31 participantes (88,6%), acompanhando também o que caracteriza a profissão docente em Portugal com predominância deste género.

Apenas responderam 4 participantes do género masculino (11,4%).

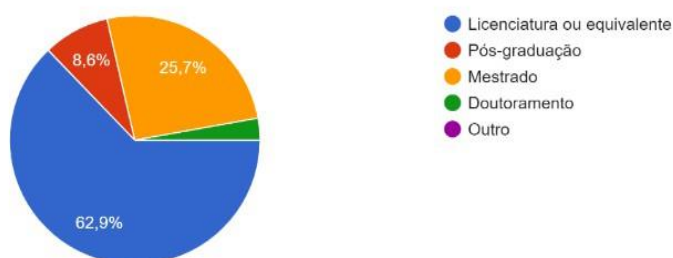
Gráfico 2 – Género dos respondentes



Relativamente às habilitações académicas, verifica-se alguma dispersão nos respondentes (gráfico 3), sendo que a maioria com 22 participantes (62,9%) têm licenciatura ou equivalente.

Gráfico 3 - Habilitações Académicas

35 respostas

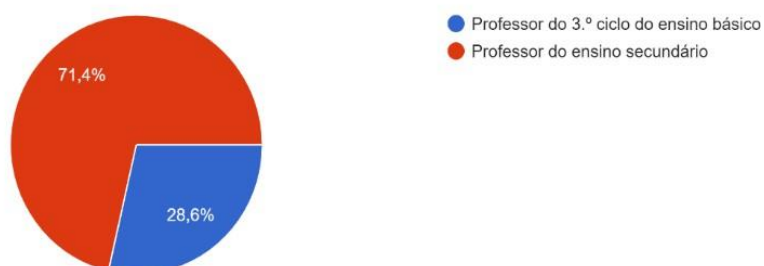


Também existem 9 participantes (25,7%) com mestrado e 3 respondentes (8,6%) com pós-graduação. Finalmente, 1 participante (2,9%) assinalou ter doutoramento. De acordo com o CNE (2022), a maioria dos docentes portugueses tem uma licenciatura ou um grau equiparado e, na última década, houve um aumento progressivo do número de doutorados ou mestres, estando assim em consonância com os números apresentados pelos participantes no estudo.

Analisando as respostas referentes à 4.^a pergunta (gráfico 4), registou-se uma maioria de 25 participantes em docência no Ensino Secundário (71,4%) relativamente a 10 respondentes do 3.^o CEB (28,6%).

Gráfico 4 - Nível de docência

35 respostas



De acordo com a Lei em vigência, a disciplina curricular de CeD é autónoma e obrigatória no 3.^o CEB, enquanto no Ensino Secundário, a escola decide a forma como implementar a referida componente (ME, s./d., p.3).

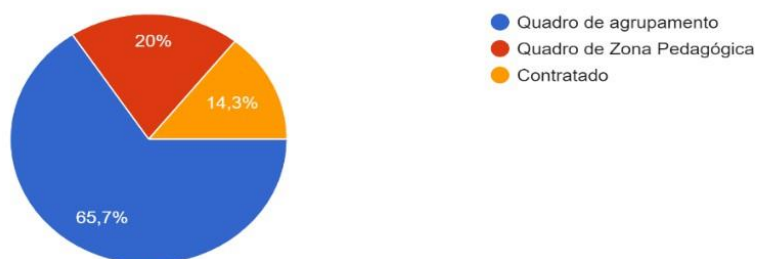
A área disciplinar de CeD é de carácter obrigatório para o Ensino Secundário nesta escola.

Na escola de referência para concretização do estudo, CeD é considerada uma área curricular com importância, referenciada nos documentos estruturantes e orientadores da mesma, sendo também de carácter obrigatório para o ensino secundário. Desta forma, a escola pretende envolver todos os docentes em torno da temática da Cidadania, dando importância às matérias e aprendizagens neste âmbito, bem como à prática pedagógica nas diferentes disciplinas curriculares. Contudo, como iremos ver mais adiante, existem temas mais abordados do que outros no âmbito de EC.

Relativamente à situação profissional (gráfico 5), a maioria dos professores respondentes pertence ao quadro de escola (QE): 65,7%, o que equivale a 23 docentes. A percentagem de valor a seguir regista 7 docentes (20%) na situação de vinculados a um quadro de zona pedagógica (QZP) e com menor valor de percentagem, os professores contratados (14,3%) com 5 docentes.

Gráfico 5 – Situação profissional

35 respostas



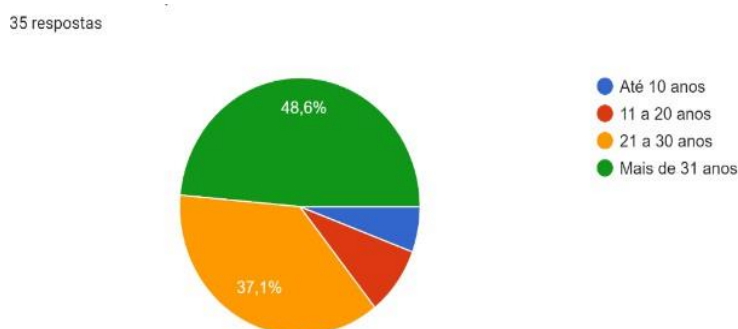
Relativamente aos professores de QZP, a análise destes resultados remete-nos para as medidas legislativas sucessivas de alteração do Estatuto da Carreira Docente (ECD) que têm comprometido a carreira. Tal facto tem acarretado “no presente (...) um grande «mal-estar» nos docentes das escolas em Portugal, devido essencialmente a uma carreira que não é devidamente valorizada pela sociedade e pela tutela, que tem imposto grandes barreiras aos professores/as no que se refere à progressão na carreira” (Sousa, 2022, pp.24-25).

Contudo, nesta escola, a idade avançada dos docentes e o facto de pertencerem ao QE e/ou QZP pode justificar o resultado apresentado no gráfico quanto à percentagem de docentes contratados.

A situação profissional dos professores nesta escola permite aferir que existe estabilidade na docência, mas que possivelmente pela faixa etária envelhecida, também se pode considerar a hipótese de que algumas disciplinas curriculares possam ser asseguradas por docentes contratados. Estes resultados só vêm confirmar que, em média, um professor passa os primeiros 16 anos de docência em Portugal a dar aulas como contratado. Durante este período de tempo, ano após ano letivo, o docente está sujeito à renovação sucessiva de contratos (CNE, 2022).

Os dados referentes aos anos de serviço docente são apresentados no gráfico 6.

Gráfico 6 – Anos de serviço docente



Na interpretação dos dados deste gráfico, é possível afirmar que os respondentes se podem dividir em dois grupos: a maioria dos participantes, 17 docentes, regista mais de 31 anos de funções de docência (48,6%), e em seguida, observamos um grupo de professores entre os 21 a 30 anos de serviço (37,1%), registando 13 docentes participantes. Portanto, embora estes números representem uma amostra de pouco mais de 30% do total de professores da escola, podemos supor que a escola apresenta um corpo docente com uma larga experiência na profissão, aspeto que reforça também o facto de a maioria ser QE.

Com menor percentagem de valor, surge o grupo de 3 docentes entre os 11 e os 20 anos de serviço (9,1%) e ainda 2 participantes com menos de 10 anos de serviço (6,1%), ou seja, mesmo no início da carreira docente.

Estes dados estão em consonância com os apresentados pelo CNE (2022), que mostram claramente que a profissão docente apresenta um grande número de professores com idade mais avançada, com muitos anos de serviço e pouca adesão na entrada de jovens na carreira.

Relativamente à pergunta 7, em que se pretendia identificar as áreas curriculares dos respondentes, note-se que considerámos importante questionar todos os professores, para depois se cruzar os dados obtidos com as questões mais relacionadas com a maior ou menor relevância em abordar temas e assuntos no âmbito de EC em contexto de sala de aula e/ou em articulação com a BE.

Com os dados obtidos com esta pergunta, verificou-se naturalmente uma grande dispersão disciplinar, com algumas áreas curriculares a surgirem com valores mais expressivos de participantes, nomeadamente 8 docentes de Português (22,9%), 5 docentes de Física e Química (14,5%), 5 docentes de Educação Especial (14,5%) e 3 docentes de Matemática (8,7%). Com a mesma percentagem de valor (5,7%), 2 docentes das áreas curriculares de Informática e de Inglês respetivamente, perfazendo um total de 4 participantes.

Com a mesma percentagem de valor (2,9%), registando apenas a resposta de 1 professor, foi a seguinte a distribuição dos docentes que responderam ao questionário por outras disciplinas/grupos disciplinares:

- 1 professor (2,9%) – Cidadania;
- 1 professor (2,9%) – Cidadania e Desenvolvimento;
- 1 professor (2,9%) – Ciências Naturais;
- 1 professor (2,9%) – Economia e Contabilidade;
- 1 professor (2,9%) – Educação Física;
- 1 professor (2,9%) – Filosofia;
- 1 professor (2,9%) – Geografia;
- 1 professor (2,9%) – Geometria Descritiva;
- 1 professor (2,9%) – História.

O maior número de participantes no inquérito são da área curricular de Português provavelmente por terem maior possibilidade para abordar temas e assuntos diversificados, em virtude de o “material” de ensino ser sobretudo

constituído por textos (literários, informativos e outros) que se presta a uma abordagem temática variada nomeadamente no âmbito de EC.

Pode ainda existir uma outra razão para justificar maior aderência de participantes desta área curricular como resultado de um maior envolvimento com a temática por esta escola denotar preocupação com CeD. Este aspeto está em foco nos documentos estruturantes e orientadores da escola. Concluindo, este grupo disciplinar de Português pode promover e contribuir para o desenvolvimento da literacia nos alunos, nomeadamente no âmbito de EC e para uma vivência de cosmopolitismo em articulação com a BE.

De notar também que sendo o inquérito por questionário destinado a participantes de todas as áreas disciplinares, não foram obtidos dados mais abrangentes por ausência de resposta de alguns departamentos curriculares.

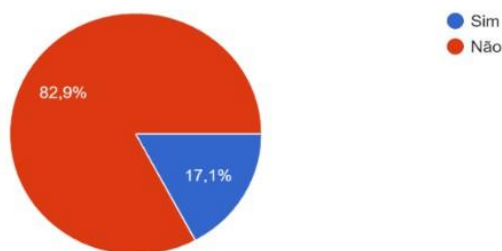
Assim, relativamente ao 3.º CEB, não se registaram respostas nas seguintes áreas curriculares: Língua Estrangeira (Francês, Alemão,...) e Educação Visual (EV). Em relação ao Ensino Secundário/Ensino Profissional também não se verificaram respostas nas áreas curriculares de: Biologia e Geologia; Psicologia; Matemática aplicada às Ciências Sociais (MACS); Desenho e História da Cultura e das Artes.

De ressaltar que não obstante a ausência de respostas nas áreas curriculares relacionadas, por exemplo, com as Artes Visuais/EV, a escola é dinâmica e dá valorização às mesmas pelo o impacto que podem causar junto da comunidade educativa, nomeadamente no que concerne à área de EC. No átrio, nos corredores de acesso a diferentes espaços e serviços, bem como nos muros circundantes que delimitam a escola, são visíveis murais e objetos de arte, nomeadamente alusivos à temática da Cidadania.

Por último, neste 1.º grupo de perguntas pretendeu-se aferir se os docentes fizeram ou não formação específica na área de EC (gráfico 7).

Gráfico 7 – Formação relacionada com a área de EC

35 respostas



A maioria, 29 participantes (82,9%), respondeu não ter feito formação neste âmbito. Nos respondentes, existe um pequeno grupo de 6 participantes (17,1%) que fizeram formação nesta área. Atendendo a este último grupo de participantes que afirmaram ter feito formação em EC, enquadraram as temáticas abordadas (pergunta 8.1) no *Referencial de Educação para o Desenvolvimento* (RED), com relevância para os seguintes temas: Tema 2 – Interdependências e Globalização; Tema 4 – Justiça Social e Tema 5 – Cidadania Global.

Em síntese: a partir dos dados obtidos neste primeiro grupo de perguntas, e apesar das limitações no número de respondentes (31,8%), é possível perceber que a escola tem uma equipa docente estável e com muitos anos de serviço, podendo envolver naturalmente algum desgaste o exercício de funções. Tal facto poderá ter gerado menos permeabilidade mostrada pelos participantes, face à solicitação do preenchimento de um inquérito por questionário com temática centrada em Cidadania. É um aspeto que importa aludir, dado que é uma escola preocupada e que procura desenvolver um trabalho pedagógico, focado na Cidadania e na vivência do Cosmopolitismo. Relativamente à problemática em estudo, poucos docentes mencionam que fizeram formação específica na área de EC, embora considerem relevante a mesma.

A área disciplinar de Português regista mais participantes no estudo, sendo que se poderá considerar a mais adequada para abordar e proporcionar aprendizagens no âmbito de EC e em articulação com a BE. Desta forma está a escola em consonância com os objetivos delineados aquando da constituição da

RBE (2017): a BE “favorece a educação inclusiva e enriquece os contextos e as estratégias de ensino e de aprendizagem, promovendo o desenvolvimento das literacias essenciais ao exercício de uma cidadania plena”.

- **Práticas docentes na área de Cidadania**

Em relação ao II grupo de perguntas do inquérito por questionário, em EC são identificados vários domínios que podem ser trabalhados na disciplina de CeD, mas também de forma transversal na escola.

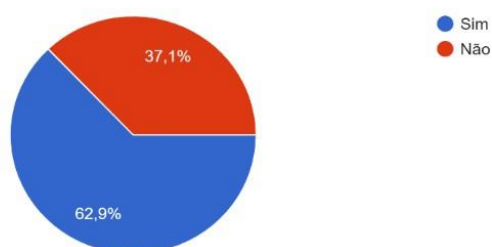
Tomando como suporte o RED, foram identificados 6 temas com vários subtemas. Só o 1.º tema apresenta 4 subtemas. Todos os outros têm 3 subtemas (Torres, 2016). Este II grupo é composto por 3 perguntas, sendo que:

- a 1.ª pergunta está relacionada com o domínio do conhecimento do referido documento por parte do docente;
- a 2.ª pergunta está associada às práticas pedagógicas dos docentes de CeD, tomando como referência o documento;
- a 3.ª pergunta procura aferir que temas consideram os docentes mais relevantes para serem tratados em contexto de sala de aula e em articulação com a BE, tendo presente o referido documento.

Relativamente ao conhecimento que os professores têm do RED, as respostas dadas na 1.ª pergunta (gráfico 8) revelaram o seguinte retrato:

Gráfico 8 – Conhecimento e domínio do RED

35 respostas

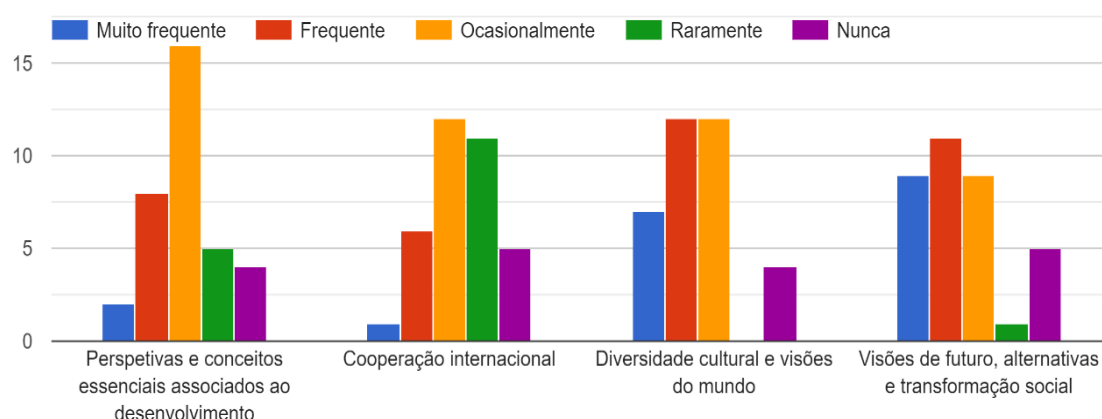


Os resultados são expressivos, sendo que a maioria – 22 participantes (62,9%) – conhece o documento, mas igualmente é relevante referir que existe um grupo de 13 docentes (37,1%) que mostra desconhecimento do mesmo.

As respostas à pergunta “Dos seguintes temas e subtemas do referencial de Educação para o Desenvolvimento, quais já abordou nas suas aulas e com que frequência?” estão sistematizadas nos gráficos seguintes. Nesta 2.^a pergunta do II grupo do inquérito por questionário, eram apresentados os seis temas com os respetivos subtemas que compõem o referencial. Pretendia-se perceber o lugar que esses tópicos ocupam nas diferentes disciplinas curriculares.

Embora os participantes no inquérito constituam apenas uma amostra exemplificativa, até pelo facto de em muitas disciplinas se ter apenas 1 respondente, considerou-se possível retirar algumas conclusões com significado para o estudo que passaremos a analisar:

Gráfico 9 – Tema 1: Desenvolvimento



Em relação ao Tema 1 – Desenvolvimento (gráfico 9), importa que os docentes consigam levar os alunos a perceber qual a relevância deste tema à escala local e mundial. Interessa que consigam conhecer igualmente o impacto que a projeção do Desenvolvimento tem no Mundo, nomeadamente com a caracterização “do papel dos principais atores de cooperação internacional” (Torres, 2016, pp.44-45:58-59). Este tema está subdividido em 4 subtemas como iremos verificar.

Relativamente ao 1.º subtema (gráfico 9), “Perspetivas e conceitos essenciais ao desenvolvimento”, pretende-se levar o aluno a conhecer a importância do desenvolvimento humano, sustentável, comunitário, associado

ao crescimento económico, ao bem-estar social, cultural e político, entre outros aspetos (Torres, 2016, p.44).

Os dados conseguidos através da amostra são ilustrativos que “ocasionalmente” 16 docentes abordam este subtema do RED em contexto de sala de aula, seguido de 8 docentes que o fazem de forma “frequente” e apenas 2 docentes de forma “muito frequente”.

O gráfico mostra ainda que nos parâmetros de “raramente” e de “nunca” registam-se 5 e 4 participantes respetivamente. Relativamente a “raramente” com 5 participantes que pouco focam este subtema, estão os docentes da área disciplinar de Matemática com a opção feita por 2 respondentes e a preferência de 1 resposta por docente respetivamente às disciplinas de Português, Física e Química e Educação Física. Na opção “nunca” com 4 participantes registam-se as respostas de 1 docente por cada uma das seguintes disciplinas: Física e Química, Geometria Descritiva, Informática e Educação Especial.

Com estes dados podemos concluir que é um parâmetro de Cidadania que suscita o foco de interesse de muitos docentes no trabalho com os alunos de diferentes áreas disciplinares. Contudo, podemos também perceber que alguns docentes da área de Ciências “raramente” ou “nunca” focam este subtema em de sala de aula.

Em relação ao 2.º subtema, “Cooperação Internacional” (gráfico 9), este visa o domínio do conceito associado ao conhecimento do trabalho desenvolvido pelos organismos internacionais, nomeadamente para o “desenvolvimento da ajuda humanitária” (*idem*).

De registar que neste subtema, a resposta mais frequente foi “ocasionalmente” (12 docentes), seguida de “raramente” (11 respondentes) e de forma “frequente” (6 professores). A opção de “raramente” conta com um total de 11 participantes, sendo um número muito expressivo: 3 docentes de Matemática; 3 participantes de Educação Especial/Inclusiva; 2 docentes de Português; 1 docente de Inglês com igual número de respondentes em Física e Química e Informática.

O parâmetro “nunca” regista a escolha de 5 participantes das áreas disciplinares de Física e Química (2 docentes), Geometria Descritiva, Informática e Educação Especial (cada uma destas disciplinas contando apenas a resposta

de 1 participante). O parâmetro “muito frequente” conta igualmente 1 respondente de Educação Especial.

Pelos dados expressos podemos dizer que este subtema não suscita grande interesse para abordagem em de sala de aula, uma vez que as situações de “frequente” (6 participantes) e “muito frequente” (1 respondente) mostram que os docentes das diferentes áreas curriculares lhe dão pouca relevância. De referir que neste subtema são de novo os docentes da área de Ciências que fazem menor abordagem do mesmo.

Sobre o 3.º subtema, “Diversidade cultural e visões do Mundo” (gráfico 9) pretendem os docentes fazer com que o aluno conheça o conceito de cultura, a importância da “multiculturalidade das sociedades”, as perspetivas culturais de cada indivíduo, a sua individualidade enquanto cidadão do mundo, numa vivência de Cidadania e de Cosmopolitismo (*id.*, p.45).

Em relação aos dados obtidos, 12 docentes dispersos em igual número focam o subtema “ocasionalmente” e/ou de forma “frequente” e, ainda, 7 participantes responderam de modo “muito frequente”.

Na posição de “nunca” registam-se ao todo 4 participantes com 1 resposta dada por cada uma das seguintes áreas curriculares: Física e Química, Geometria Descritiva, Informática e Educação Especial. O parâmetro “raramente” registou nulidade de respostas de participantes.

Perante os dados apresentados existe interesse/relevância na abordagem do subtema em contexto de sala de aula, mas os docentes que “nunca” o fazem, são novamente da área das Ciências e das mesmas disciplinas curriculares já atrás mencionadas.

Sobre o 4.º subtema, “Visões de futuro, alternativas e transformações sociais” (gráfico 9) valoriza-se o “bem-estar coletivo, a participação do indivíduo e das comunidades na promoção do bem-estar social, cultural, político” com vista à “construção de sociedades mais equitativas e sustentáveis”, entre outros aspetos (*id.*)

Analisando os resultados obtidos, existem 11 docentes que de forma “frequente” trabalham este tema na sala de aula.

Também 9 docentes respetivamente focam este subtema quer de modo “muito frequente” quer de forma “ocasionalmente”.

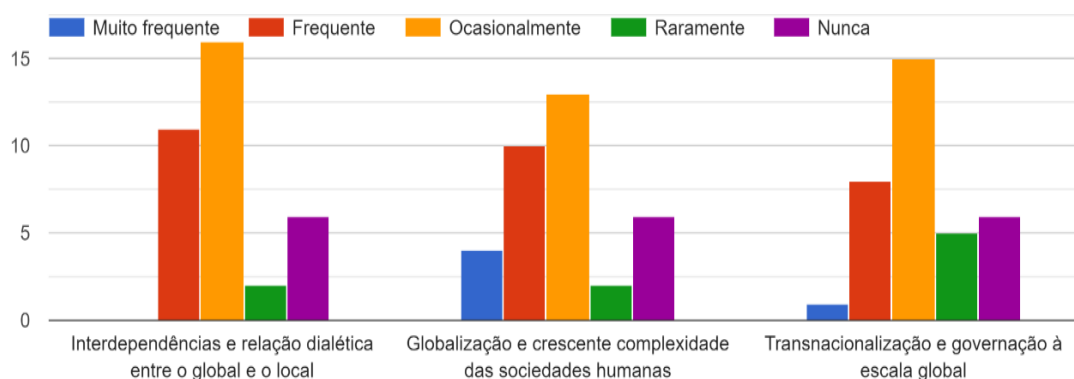
Nos parâmetros de “nunca” e “raramente” registamos 5 e 1 participantes, sendo que este último é da área disciplinar de Matemática. Na posição de “nunca” verifica-se a resposta de apenas 1 docente por cada uma das seguintes áreas curriculares, perfazendo o total de 5 respondentes: Matemática; Física e Química; Geometria Descritiva; Informática e Educação Especial. Desta forma, este subtema suscita o interesse de abordagem por parte dos docentes em contexto de sala de aula, sendo valorizado pelos mesmos.

No entanto, é novamente de frisar que alguns docentes das áreas curriculares de Ciências “nunca” abordam este subtema, à semelhança das opções registadas nos domínios anteriores.

Em conclusão, no Tema 1 (gráfico 9), em função das respostas obtidas, podemos dizer que os subtemas 3 e 4 são os que revelam uma maior abordagem em sala de aula, apresentando escolha de incidência de respostas nos eixos **muito frequente** e **frequente**.

Em relação ao Tema 2 - Interdependências e Globalização (gráfico 10), este está relacionado com o mundo global, bem como com a comunidade local e a “relação dialética” dos mesmos com o indivíduo (Torres, 2016, pp.46-47:60-61). São focados 3 subtemas, registando o gráfico a seguir as respostas dos participantes:

Gráfico 10 – Tema 2: Interdependências e Globalização



Sobre o 1.º subtema, “Interdependências e relação dialética entre o global e o local” (gráfico 10) pretende-se nas aulas de CeD levar o aluno a conseguir identificar “problemas que afetam a humanidade, comuns a diferentes lugares do planeta”. Importa, ainda, abordar o modo como: o indivíduo pode exercer a sua “ação pessoal e coletiva” no “âmbito local” e o conhecimento que pode ter de “acontecimentos e ações” da comunidade com impacto global (Torres, 2016, p.46).

A análise dos dados explicitados no gráfico permitiu-nos aferir que este subtema é sobretudo abordado “ocasionalmente” de forma destacada (16 docentes), complementando com o facto de 11 participantes que o fazem de forma “frequente”.

Existe um número de participantes (6 respostas) que “nunca” abordam temas neste âmbito e, ainda, 2 docentes que “raramente” o fazem, estes últimos são das áreas curriculares de Português e de Matemática (1 participante respetivamente por área). Em relação à opção “nunca” registam-se os docentes das seguintes disciplinas de Física e Química (2 docentes), bem como de Matemática, Geometria Descritiva, Informática e Educação Especial com a resposta dada por 1 professor de cada área respetivamente. De referir ainda que a opção “muito frequente” regista nulidade de participantes.

Desta forma, podemos afirmar que a maioria dos respondentes debatem o subtema em contexto de sala de aula, mas de forma “ocasionalmente”, “raramente” e/ou “nunca” o fazem, sendo que estes últimos são sobretudo docentes da área de Ciências. Assim pelas opções destes participantes, não é um subtema relevante. Possivelmente a abordagem do mesmo só se faz quando algum assunto seja mencionado em de sala de aula.

Com o 2.º subtema, “Globalização e crescente complexidade das sociedades humanas” (gráfico 10) visa-se tratar e dar a conhecer ao aluno a importância do fenómeno da globalização e o impacto da mesma nos “fatores tecnológicos, económicos, políticos e culturais”, bem como as consequências geradas pela própria globalização, nomeadamente provocando “migrações”, gerando “desigualdades de acesso e de utilização dos meios tecnológicos”, bem

como projetando “assimetrias de desenvolvimento do mundo atual” (Torres, 2016, p.46).

Pelas respostas dadas, percebe-se que a maioria de docentes (13 participantes) focam “ocasionalmente”, de forma “frequente” (10 participantes) e “muito frequente” (4 participantes) este subtema. Poucos respondentes afirmam que “nunca” (6 participantes) e/ou “raramente” (2 respondentes) abordam este subtema.

Relativamente aos participantes que “nunca” apresentam este subtema de CeD, regista-se 1 docente da disciplina de Educação Especial, bem como mais 5 participantes das áreas curriculares de ciências, nomeadamente de Física e Química (3 professores), Geometria Descritiva e de Informática (1 docente de cada uma destas disciplinas). Os 2 participantes que “raramente” citam este subtema são 1 professor de Educação Especial e outro de Português. Assim interpretando os dados conhecidos podemos concluir que é um subtema discutido em contexto de sala de aula. Os participantes que “nunca” o fazem estão essencialmente ligados às áreas disciplinares de Ciências. Contudo existe também das áreas de Línguas e Humanidades quem “raramente” fale deste subtema.

O 3.º subtema, “Transnacionalização e governação à escala mundial” (gráfico 10) está relacionado com a importância da “governação” para “solução de assuntos comuns”, à “escala mundial” com a implicação nomeadamente da ação de “organizações internacionais” de referência como a “UE, ONU, BM, FMI, OMC,...”, entre outras (*id.*, p.61).

As respostas dadas voltam a concentrar-se na opção “ocasionalmente”: 15 participantes. Seguidamente, 8 participantes fazem-no de modo “frequente” e 1 respondente de forma “muito frequente”.

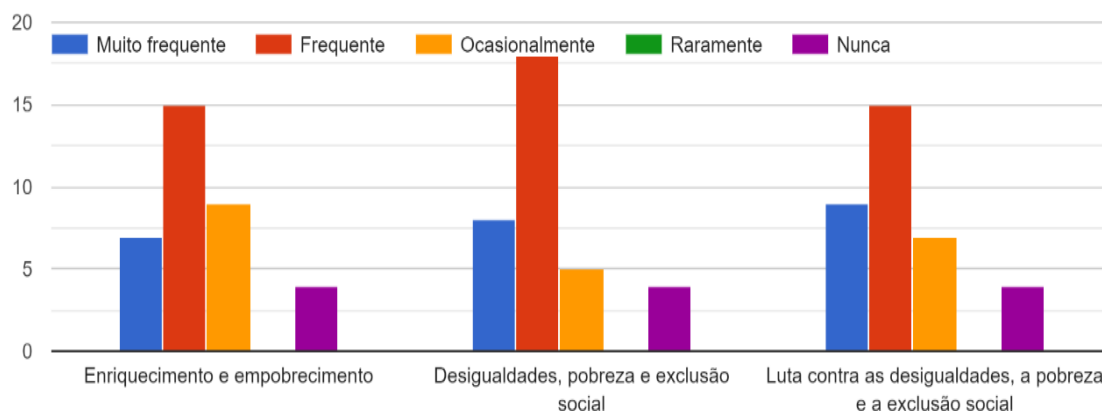
Na posição de “nunca” registamos 6 participantes das áreas de Física e Química (2 docentes), Matemática, Geometria Descritiva, Informática e Educação Especial (1 docente de cada uma das citadas disciplinas). Em “raramente” responderam 5 professores das áreas curriculares de Português (2 docentes), Inglês, Física e Química e Educação Especial (1 docente respetivamente por disciplina). Assim vê-se uma maioria de participantes que valorizam a relevância deste subtema.

Quem “nunca” debate este subtema, apresenta-se uma maioria de docentes de Ciências. Quem “raramente” toca este subtema, são essencialmente docentes de Línguas e Humanidades.

Para conclusão, sobre este Tema 2 (gráfico 10), regista-se uma maioria que discorrem assuntos neste âmbito em contexto de sala de aula, apresentando uma maior incidência de respostas no eixo **ocasionalmente**. De salientar também que a incidência de respostas no eixo **nunca** regista o mesmo número de respondentes nos 3 subtemas. O 2.º subtema é o mais valorizado pelos participantes comparativamente aos outros.

Sobre o Tema 3 – Pobreza e Desigualdades (gráfico 11), tal como o título indica, está o mesmo relacionado com as assimetrias sociais que se têm registado no mundo, nomeadamente por causas “socioeconómicas” que geraram pobreza, desigualdade e exclusão social “em diversos contextos”. Aos alunos importa perceber, desde logo, como as atividades curriculares de CeD podem abordar os conceitos de pobreza e riqueza “num mundo de recursos limitados” (Torres, 2016, pp.48-49:62-63). Os dados expressos nos gráficos a considerar são os seguintes:

Gráfico 11 – Tema 3: Pobreza e Desigualdades



Procedendo-se à análise dos dados obtidos, verificou-se que no 1.º subtema tratado, “Enriquecimento e empobrecimento” (gráfico 11), este está necessariamente associado aos conceitos implícitos no título que “geram desequilíbrios na sociedade”, sendo importante “refletir criticamente sobre causas da pobreza” (Torres, 2016, p.48).

A leitura dos dados obtidos com o gráfico permitiu-nos verificar que a maioria dos respondentes aborda este tópico de forma “frequente” (15 participantes) e “ocasionalmente” (9 participantes), havendo também alguns docentes que referem abordar de maneira “muito frequente” (7 participantes).

Por oposição, uma minoria de 4 participantes “nunca” o fazem, havendo nulidade de respondentes na opção “raramente”. Os 4 participantes que “nunca” desenvolvem este subtema, são das áreas disciplinares de Ciências com uma resposta dada por 1 docente distribuída pelas disciplinas de Física e Química; Geometria Descritiva; Informática; e Educação Especial.

Pelo exposto e em conclusão relativamente a este 1.º subtema percebe-se que suscita o interesse de tratamento por parte de uma maioria expressiva de docentes, embora residualmente hajam professores que não o façam.

Com o 2.º subtema, “Desigualdades, pobreza e exclusão social” (gráfico 11) pretende-se, entre outros aspetos, “conhecer causas e consequências de desigualdades sociais”, de “exclusão social” e de “indicadores de pobreza” (*id.*).

A análise de dados levou-nos a saber que este tópico é abordado sobretudo de maneira “frequente” (18 participantes), e “muito frequente” (8 participantes) e, ainda, “ocasionalmente” por 5 participantes. Somente 4 participantes “nunca” se ocupam deste subtema, registando-se igualmente nulidade em “raramente”. Em relação aos docentes que “nunca” apresentam este subtema temos a registar 1 resposta por docente nas seguintes disciplinas: Física e Química; Geometria Descritiva; Informática e Educação Especial.

Desta forma, concluindo, percebe-se que este 2.º subtema é importante e que a maioria dos docentes o trata com os alunos em contexto de sala de aula.

No 3.º subtema, “Luta contra as desigualdades, pobreza e exclusão social” (gráfico 11) faz-se referência à importância de conhecer e respeitar os Direitos Humanos para combater assimetrias e desigualdades sociais. Pretende-se combater a pobreza e a exclusão social. Importa também aferir o papel e a ação que o indivíduo enquanto cidadão pode exercer para o bem comum, quer a nível local, quer a nível mundial, nomeadamente tendo conhecimento da ação que vem desempenhando a ONU neste âmbito (*id.*, p. 49).

Na análise de dados deste subtema, percebeu-se novamente que é focado pelos docentes em contexto de sala de aula de maneira “frequente” (15 participantes), “muito frequente” (9 participantes) e “ocasionalmente” é apontado por 7 participantes. Este conjunto de respostas mostra um significativo interesse por este domínio.

Novamente, neste subtema a exemplo do anterior, 4 participantes “nunca” o debatem e ainda há registo de nulidade na hipótese “raramente”. Sobre os docentes que “nunca” tratam o referido subtema, são sobretudo da área disciplinar de Ciências, contando com 1 resposta por docente dispostos nas seguintes disciplinas de Física e Química; de Geometria Descritiva; de Informática; e de Educação Especial.

Pelos dados da amostra podemos aferir concluindo que este 3.º subtema é importante para a maioria dos docentes. Os dados também mostram dificuldade por parte de outros docentes, acima de tudo da área de Ciências em debater matérias de EC no âmbito deste subtema.

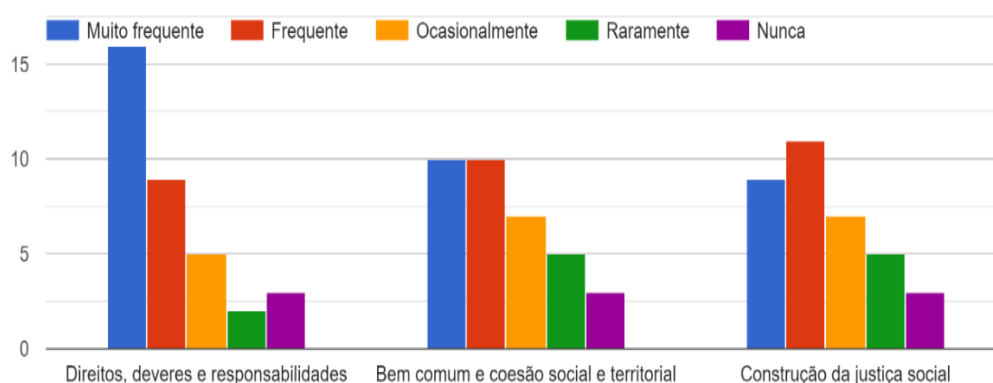
Concluindo: este Tema 3 (gráfico 11) suscita o interesse da maioria dos docentes, apresentando uma maior incidência de respostas nos eixos de **muito frequente, frequente** e/ou **ocasionalmente**. De referir também que existe a mesma incidência de respostas no eixo de **nunca**, bem como a mesma incidência de nulidade de respostas no eixo de **raramente**.

Pela análise de dados, podemos afirmar que os docentes consideram muito relevante este Tema 3 de CeD de acordo com o RED para tratar com alunos em formação na área da Cidadania. Permite-lhes contribuir para a consciencialização e assunção do papel dos indivíduos como cidadãos, tendo presente a faixa etária em que se encontram e o nível de ensino que frequentam: 12/13 até aos 15 anos – 3.º CEB; 15/16 até aos 18/19 anos – Ensino Secundário/ Ensino Profissional.

O Tema 4 – Justiça Social (gráfico 12) foca em concreto os “direitos, deveres e responsabilidades” de cada indivíduo para o exercício concertado de Cidadania, no respeito pela sua própria identidade, bem como das pessoas que possam pertencer não só à mesma comunidade, mas também ao mundo global (Torres, 2016, pp.50-51:64-65).

Neste tema é fundamental referir a importância da “coesão social e da coesão territorial” (*id.*, p.64), pois assegura o bem-estar geral. Também este tema tem agregado 3 subtemas a considerar a partir da análise do gráfico:

Gráfico 12 – Tema 4: Justiça Social



O 1º subtema, “Direitos, deveres e responsabilidades” (gráfico 12) está essencialmente associado à “consagração dos direitos humanos” enquadrados “historicamente” pela “Declaração Universal dos Direitos Humanos e de outros documentos fundamentais dela decorrentes”. Com este subtema importa que os alunos conheçam direitos e deveres, princípios e valores de cidadania e de vivência de cosmopolitismo (*id.*, p.50).

Relativamente a este 1.º subtema (gráfico 12) destaca-se significativamente com maioria expressiva de opção por parte dos participantes, o parâmetro “muito frequente” (16 participantes) relativamente aos demais. É mesmo o valor de percentagem mais expressivo de todas as opções deste gráfico quando se procede à comparação deste subtema em relação aos outros 2 subtemas constantes do Tema 4. Seguem-se as opções de “frequente” (9 participantes) e “ocasionalmente” (5 participantes).

Contudo também existe um pequeno grupo de docentes que “nunca” ou “raramente” falam deste subtema. A saber: em “nunca” registamos 3 participantes de Física e Química; Geometria Descritiva e Informática (todas as disciplinas citadas contendo apenas a resposta de 1 docente); em “raramente” verificamos 2 participantes (1 docente de Física e Química e 1 professor de Educação Especial).

Em conclusão, os dados analisados mostram que este 1.º subtema é debatido em contexto de sala de aula por parte de uma maioria expressiva de docentes. Poucos são os docentes que “nunca” e/ou “raramente” focam este subtema. Contudo são maioritariamente da área de Ciências.

No 2.º subtema, “Bem comum e coesão social e territorial” (gráfico 12) importa nomeadamente “reconhecer o papel da solidariedade” para assegurar o respeito pelos direitos humanos, a “coesão social e territorial” em oposição a factos passados que tenham levado à “rutura social ou de conflito territorial” (*id.*). Os dados da amostra neste subtema indicam que se regista de novo uma situação de igualdade de parâmetros com o mesmo número de respondentes (10 participantes respetivamente) que abordam assuntos na sala de aula de forma “muito frequente” ou “frequente”.

Será também de referir que o parâmetro que em seguida apresenta mais respondentes é “ocasionalmente” (7 participantes), sendo os seguintes de “raramente” (5 participantes) e “nunca” (3 participantes).

O tópico “raramente” regista 5 participantes (2 docentes de Matemática; 1 docente de Inglês; 1 docente de Física e Química; e 1 docente de Educação Especial). A opção “nunca” assinala a resposta de 1 docente por cada uma das seguintes disciplinas: Física e Química, Geometria Descritiva e Informática. Igualmente se percebe que nas situações de “raramente” e “nunca” são novamente os docentes da área de Ciências que não focam ou pouco tratam este subtema nas aulas.

Os dados apresentados apresentam um certo equilíbrio na distribuição dos respondentes pelas várias opções, podendo-se concluir que é novamente um subtema que suscita o interesse para abordagem por parte dos docentes em contexto de sala de aula.

O 3.º subtema, “Construção da Justiça Social” (gráfico 12) assinala a importância de reconhecer os “direitos humanos e a justiça social”, a fim de garantir “a igualdade, a dignidade e a integridade das pessoas”, bem como “conhecer mecanismos de defesa da justiça (...) quer a nível nacional, quer a nível internacional” (*id.*, p.51:65).

Neste subtema, percebemos que o maior número de participantes aborda este tópico em sala de aula de forma “frequente” (11 participantes) e/ou “muito frequente” (9 participantes). “Ocasionalmente” regista as respostas de 7 participantes.

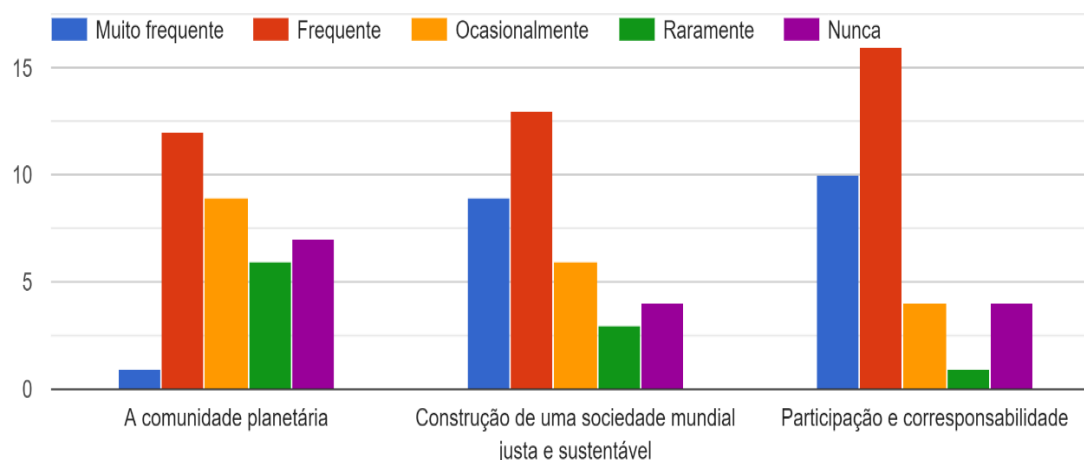
“Raramente” e “nunca” registam respostas de 4 e 3 participantes respetivamente à semelhança do que acontece no 2.º subtema precisamente nos mesmos parâmetros. Em “raramente” assinala-se as respostas de 1 docente pelas disciplinas de Matemática, de Física e Química, de Informática e de Educação Especial. Em “nunca” registam-se as repostas de 1 docente por cada uma das seguintes disciplinas: Geometria Descritiva, Física e Química e Informática. De assinalar que novamente nas situações de “raramente” e/ou “nunca” são os docentes da área de Ciências que mostram dificuldade em abordar este subtema no decurso das aulas.

De ressaltar igualmente a posição registada de 1 docente de CeD que “nunca” aborda este subtema relacionado com a Construção da Justiça Social, sendo que é deveras importante para a idealização e fundamentação do aluno enquanto cidadão.

Em conclusão, o Tema 4 (gráfico 12) mostra que em todos os subtemas existe uma preocupação por parte dos participantes/docentes em abordar assuntos relacionados com o mesmo em contexto de sala de aula. São bastante significativos o número de participantes que apresentam uma maior incidência de respostas nos eixos de **frequente**, **muito frequente** e/ou **ocasionalmente**. De notar a incidência de respostas no eixo de **muito frequente** no 1.º subtema, sendo o mais expressivo do gráfico. Igualmente de frisar que existe 1 docente de CeD que não aborda o 3.º subtema, relacionado com a Justiça Social, sendo que o mesmo é muito relevante.

O Tema 5 – Cidadania Global (gráfico 13), igualmente com incidência em 3 subtemas, aponta que deverá dar-se relevância à biodiversidade e ao “equilíbrio dinâmico dos ecossistemas”, à “preservação da natureza e do património material”, à vivência da cidadania cosmopolita e à participação cívica dos indivíduos à “escala [local e] mundial” (Torres, 2016, pp.52-53:66-67). Todos estes aspetos estão em evidência no gráfico:

Gráfico 13 – Tema 5: Cidadania Global



No que se refere ao 1.º subtema, “A comunidade planetária” (gráfico 13) salienta-se a importância de dar a conhecer o que está relacionado com a sustentabilidade do Planeta, reconhecendo “a Terra enquanto nossa casa comum” (*id.*, p.52:66).

Na análise dos dados expressos neste subtema, interessou salientar que é o parâmetro “frequente” que regista a maior participação de respondentes (12 participantes), seguido da opção “ocasionalmente” (9 participantes).

Nota-se em relação a este tópico, uma maior incidência na escolha das opções “nunca” (7 participantes) e “raramente” (6 participantes), sendo os números mais expressivos em todos os subtemas analisados na amostra desta II grupo do inquérito por questionário.

Na opção “nunca”, dos 7 participantes, 2 docentes são da área de Educação Especial; 4 professores são das áreas curriculares de Ciências (Matemática; Geometria Descritiva; Informática e Física e Química) e, ainda, 1 docente da área curricular de Línguas e Humanidades - Inglês. Esta opção “nunca” mostra uma dispersão de áreas curriculares escolhidas pelos participantes. No tópico “raramente” com o número significativo de 6 participantes, registam-se igualmente docentes das mesmas áreas curriculares atrás mencionadas. Assim: Português (2 docentes); Física e Química (2 docentes); Educação Especial (1 docente) e CeD (1 docente).

Estes dois últimos parâmetros são os que apresentam resultados negativos mais significativos e expressivos em termos comparativos entre as áreas do RED questionadas nesta 2.^a pergunta do inquérito por questionário. O parâmetro “muito frequente” foi igualmente preenchido com a resposta de 1 participante da área de Física e Química.

Ainda que seja um subtema abordado em contexto de sala de aula, a verdade é que um número expressivo de docentes só o faz de forma “ocasionalmente” e/ou “raramente” e outros docentes “nunca” o fazem.

O 2.^o subtema, “Construção de uma sociedade mundial justa e sustentável” (gráfico 13) centra-se sobre a importância da “sustentabilidade das sociedades” em termos ambientais, económicos, sociais e políticos. Importa também focar a “partilha equitativa dos bens da humanidade”, sendo fundamental o “papel da ONU no processo de construção de justiça mundial” (*id.*, p.52).

Sobre este tópico, os respondentes foram mais expressivos na escolha da opção “frequente” (13 participantes), “muito frequente” (9 participantes) e “ocasionalmente” (6 respondentes).

De referir que de novo se aferiu a existência de docentes que “nunca” e/ou “raramente” falam neste subtema. Na opção “nunca” registamos 4 participantes de várias áreas disciplinares com 1 resposta dada: Geometria Descritiva; Física e Química; Informática; e Educação Especial. No parâmetro “raramente” temos também os mesmo números de 4 participantes tal como na opção anterior, registando-se a resposta de apenas 1 docente por área disciplinar de CeD; de Matemática; de Física e Química; e de Educação Especial. Novamente, num subtema importante no âmbito da Cidadania relacionada com a estruturação da sociedade à escala mundial, regista-se um docente de CeD que “raramente” trata o mesmo na sala de aula.

Pelo exposto, este é um subtema que suscita o interesse da maioria dos docentes para tratar em contexto de sala de aula. No entanto é sempre de salientar uma minoria de docentes que pouco abordam este subtema ou não o fazem mesmo.

O 3.^o subtema, “Participação e corresponsabilidade” (gráfico 13) visa o papel desempenhado pelo indivíduo enquanto cidadão de uma comunidade/sociedade/mundo, procurando assegurar a “qualidade de vida das

atuais e futuras gerações”, nomeadamente analisando “desequilíbrios provocados pela atividade humana” (*id.*, p.53:66-67).

Os dados analisados mostram que este é o subtema mais presente nas aulas dos professores respondentes. Uma maioria de 16 participantes referem que abordam este subtema de forma “frequente”, 10 docentes de forma “muito frequente” e 4 docentes “ocasionalmente”.

É pouco expressivo o número de docentes que “nunca” e/ou “raramente” tratam este subtema. Assim assinalam-se em “nunca” 4 participantes, sendo 1 por cada disciplina de Física e Química, de Geometria Descritiva, de Informática e de Educação Especial. Na situação de “raramente” apenas se regista 1 participante de Física e Química.

Os docentes que “nunca” e/ou “raramente” fazem referência a este subtema, são praticamente todos da área de Ciências, tendo sido uma realidade visível nestes parâmetros ao longo desta 2.^a pergunta do II grupo do inquérito por questionário.

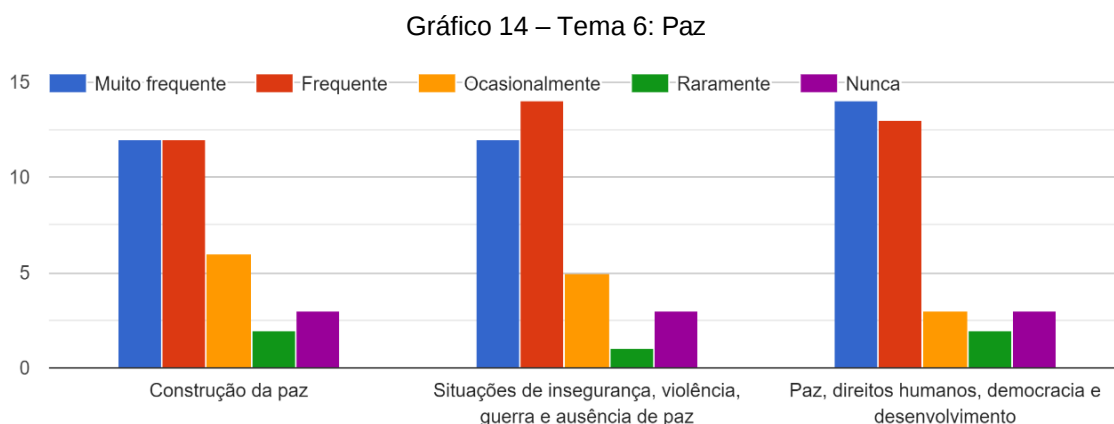
Para conclusão deste Tema 5 (gráfico 13), perante os dados analisados em todos os subtemas salienta-se que existe uma maior incidência de respostas no eixo de **frequente**. No 3.º subtema, a incidência de respostas neste eixo de **frequente** é muito expressiva comparativamente com todos os outros subtemas.

Por último, o Tema 6 – Paz (gráfico 14) com 3 subtemas, sendo que o 1.º corresponde à “Construção da Paz”; o 2.º aborda “Situações de insegurança, violência, guerra e ausência de Paz” e o 3.º aborda temas sobre a “Paz, Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento”. No que concerne ao Tema e aos subtemas, o conceito de Paz é comum a todos. Por este facto focaremos de forma breve cada subtema por existir entre todos um denominador comum baseado no conceito de Paz. Assim, importa perceber o modo para assegurar a Paz na sociedade/mundo, destacando-se neste âmbito o papel e o contributo da ONU. Esta organização mundial tem procurado evitar ou ultrapassar situações adversas como a “insegurança, violência, guerra” que se constituem como uma ameaça à Paz.

A vivência em Paz pelos indivíduos que vivem neste mundo global só é possível pela aceitação da “diversidade de pessoas e povos”.

Com este tema pretende-se que os alunos compreendam a importância

da vivência em Paz por oposição aos aspetos nefastos produzidos pela guerra ou situações de conflito entre povos de um mesmo país ou do mundo (Torres, 2016, pp.54-55:68-69).



Passando à análise dos 3 subtemas agregados verificou-se que os dados expressos são notórios quanto à importância dada pelos docentes no tratamento do Tema 6, fazendo uma abordagem de todos os subtemas de forma “frequente” e “muito frequente” em contexto de sala de aula. A opção pela hipótese “ocasionalmente” também está presente, sobretudo no 1.º subtema. Por último, será também importante dizer que existe um número pouco significativo de docentes que “nunca” e/ou “raramente” focam neste tema.

De registar que no 1.º subtema (gráfico 14) existe uma igualdade de número de respondentes nos parâmetros de “muito frequente” e “frequente” com 12 participantes respetivamente, mostrando a importância da “construção da Paz”, logo seguido de “ocasionalmente” com 6 participantes.

Seguidamente apresenta-se o registo de 3 participantes no parâmetro de “nunca”, todos com 1 resposta por docente nas disciplinas de Física e Química, de Geometria Descritiva e de Informática. No tópico “raramente” temos a considerar a resposta de 2 docentes respetivamente das disciplinas de Inglês e de Educação Especial.

Tal facto leva-nos a perceber que sendo este subtema muito importante pela maioria expressiva de respondentes, alguns docentes principalmente da área de Ciências mostram dificuldade em abordá-lo.

No 2.º subtema (gráfico 14), a maioria dos respondentes (14 participantes) centram-se nas opções de “frequente” e “muito frequente” (12 docentes). “Ocasionalmente” regista 5 participantes.

O tópico “nunca” mostra a resposta de uma minoria de 3 participantes com 1 resposta dada às disciplinas de Física e Química, Geometria Descritiva e Informática. A opção “raramente” apenas conta com a resposta de 1 professor de Educação Especial. Deste modo, pôde-se aferir que nas situações de “nunca” e/ou “raramente”, a maioria dos participantes são de novo da área de Ciências.

Por último, no 3.º subtema (gráfico 14), a maioria dos participantes registou respostas em “muito frequente” (14 participantes) e “frequente” (13 professores). De assinalar uma minoria de respostas em “ocasionalmente” e “nunca” com o mesmo número de participantes (3 docentes, respetivamente).

No que diz respeito à opção “nunca”, existem 3 participantes da área das Ciências (1 professor de Física e Química, 1 professor de Geometria Descritiva e 1 professor de Informática). Em “raramente” apenas se registam 2 participantes (1 docente de EC e 1 docente de Educação Especial). Ainda que na opção de “raramente” existam apenas o registo de 2 participantes de notar que são ambos da área de CeD, sendo que este subtema é muito relevante no âmbito da Cidadania e da vivência do cosmopolitismo e, como tal, fundamentais na estruturação do indivíduo/aluno como cidadão. Desta forma, devia ser um subtema abordado por todos os docentes da amostra, especialmente dos que lecionam a disciplina de CeD.

Em conclusão, com este Tema 6 (gráfico 14) pôde-se aferir que se registou maior incidência de respostas nos eixos de **muito frequente** e **frequente**. Contudo também se registou uma minoria de incidência de respostas nos eixos de **ocasionalmente**, **raramente** e **nunca**, demonstrando que existem participantes que apesar de tudo não abordam a temática em questão. Nesta situação é de salientar os 2 participantes da área de CeD que afirmaram **raramente** falar de Paz.

Contudo fazer referência a assuntos e temas relacionados com a Paz é importante, nomeadamente para assegurar não só uma boa vivência das relações interpessoais na escola entre todos os que fazem parte da comunidade educativa, mas também a nível local ou do país para uma equidade saudável e equilibrada de todos os cidadãos e, ainda, à escala mundial para evitar conflitos geradores de assimetrias entre povos.

Assim, damos por concluída a análise dos dados constantes nos gráficos da 2.^a pergunta do II grupo - Inquérito por questionário “Ser Cidadão!”. No âmbito de CeD relacionada com a abordagem de Temas e respetivos subtemas com o suporte do RED, em contexto de sala de aula, de forma resumida, podemos dizer que existe enfoque em todos os Temas de forma **muito frequente, frequente e/ou ocasionalmente**. Contudo os eixos de **raramente e nunca** também são preenchidos com números pouco expressivos de uma maneira geral por docentes participantes que lecionam sobretudo as áreas de Ciências. Pelo que poderão apresentar maior dificuldade em focar temas relacionados com Cidadania e Cosmopolitismo em sala de aula.

Estes docentes têm matérias específicas que tratam de acordo com o programa a cumprir para a disciplina que lecionam. Do Tema 3 existem dois subtemas em que existe uma outra situação a considerar: o registo feito nestes mesmos eixos, mas por docentes da área de Línguas e Humanidades.

Com a 3.^a pergunta do II grupo do inquérito por questionário, e perante as respostas dadas pelos participantes, percebeu-se que de uma maneira geral, os temas focados com suporte do RED são importantes. Os temas mais salientados estão de acordo com as vivências de Cidadania e de cosmopolitismo no mundo atual. Esta 3.^a pergunta é de resposta aberta, revelando uma pluralidade de temas focados pelos docentes sistematizados na tabela seguinte:

Tabela 1 - Temas do RED para abordar na disciplina que leciona

5 participantes	• Paz e construção da Paz
4 participantes	• Democracia - Paz e Direitos Humanos
4 participantes	• Cidadania Global
4 participantes	• Justiça Social
4 participantes	• Desenvolvimento Sustentável
2 participantes	• Participação e corresponsabilidade
2 participantes	• Pobreza e desigualdades
1 participante	• Interdependências e globalização
1 participante	• Economia Global
1 participante	• Insegurança, violência, guerra e ausência de paz
1 participante	• Regras de conduta e de convivência em sociedade

As respostas dadas mostram o reflexo e a preocupação das vivências dos docentes engajados com os acontecimentos que vão ocorrendo na sociedade e no mundo, nomeadamente no que concerne à vivência em Democracia, à preocupação pela existência de Paz, ao exercício e cumprimento da Justiça Social, ao fenómeno sentido da Globalização, entre outros.

Só vivenciando todos estes aspetos poder-se-á transmitir aos jovens alunos do 3.º CEB e do Ensino Secundário/Ensino Profissional, a importância destes temas de Cidadania e de Cosmopolitismo, capacitando-os da sua posição como cidadãos de uma comunidade/país/mundo.

Sistematizando algumas respostas dadas pelos participantes, existem vários aspetos a frisar consonante com o que foi acima mencionado. Assim:

- Um participante da área disciplinar de Português, afirma que “considera os Temas de 3 a 6 mais relevantes”. Refere que “sempre que é oportuno e adequado aos conteúdos temáticos e a situações criadas em sala de aula, e não só, são os abordados mais frequentemente”. Também da mesma área disciplinar, outro professor reforça a importância do Tema 3 - Pobreza e Desigualdades por ser uma “temática muito abordada nas obras em estudo”;
- Um participante da área disciplinar de Inglês destaca o Tema 5 – Cidadania Global, precisamente por lecionar uma língua estrangeira. Um outro docente desta mesma área curricular, considera importante o Tema 2 – Interdependências e Globalização, dado que o mesmo “faz parte do programa”;
- Um participante da área disciplinar de Matemática destaca igualmente o Tema 5 – Cidadania Global, mais especificamente o 3.º subtema - “Participação e corresponsabilidade”, uma vez que “os jovens têm de saber, o mais cedo possível que somos todos responsáveis pelo futuro da humanidade”. Da mesma área disciplinar, um outro professor subscreve o mesmo Tema 5, frisando a importância dos “debates sobre regras de conduta e de convivência em sociedade”;
- um participante da área disciplinar de Física e Química considera importante não só o Tema 4 – Justiça Social, mas também o Tema 6 – Paz por ser “muito atual”. Da mesma área disciplinar, outro docente destaca de igual

modo o Tema 5 por contribuir para a “construção de uma sociedade mundial justa e sustentável. A parte da sustentabilidade pode ser enquadrada nos conteúdos de FQ”. Da mesma área disciplinar, ainda um outro professor salienta a preocupação em tratar “visões de futuro, alternativas e transformação social, na medida em que a ciência e tecnologia podem contribuir para traçar outros caminhos para o desenvolvimento.”;

- um outro participante da área disciplinar de Economia e Contabilidade, salienta o Tema 5, fazendo referência à “Economia Global”. Afirma que “a economia é importante à escala global porque se caracteriza pela interdependência de bens e produtos”;

- outro participante da área disciplinar de Educação Especial destaca o Tema 4 – “Justiça Social [para] abordar o tema da inclusão”. Na mesma área, outro docente salienta a importância de temas relacionados com o Ambiente;

Com base nos dados obtidos na 3.^a pergunta, pôde-se aferir que os participantes se preocupam em lecionar as aulas, articulando o programa da sua área curricular com a planificação de CeD, tendo presente o RED e a frequência dos alunos relativamente ao nível de ensino existente na escola: 3.º CEB e/ou Ensino Secundário/Ensino Profissional. De referir também uma clara evidência dada pelos docentes no que concerne aos temas focados com o suporte do RED: a maioria valoriza o Tema 5 - Cidadania Global.

- ***Cidadania na Escola em articulação com a BE***

O III e último grupo do questionário, contendo 8 perguntas, visa aferir as opiniões dos participantes no que diz respeito às atividades curriculares desenvolvidas nos diferentes departamentos curriculares em CeD em articulação com a BE.

Com as duas primeiras perguntas pretendemos recolher informações sobre o trabalho dos professores das diferentes áreas disciplinares com a BE, em duas vertentes: participando em atividades de EC promovidas pela BE (gráfico 15) e/ou promovendo a articulação de atividades com a BE nesse domínio (gráfico 16). Percebemos que os docentes se dividem de forma quase

equitativa pelas duas opções em ambas as perguntas de acordo com os gráficos apresentados:

Gráfico 15 – Participação em atividades de Cidadania promovidas pela BE

35 respostas

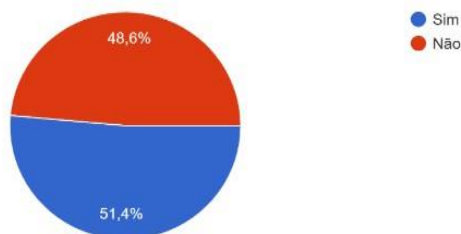
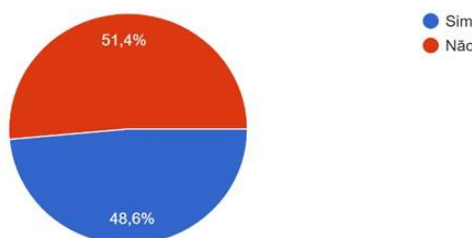


Gráfico 16 – Articulação com a BE na realização de atividades de EC

35 respostas



No primeiro caso (gráfico 15), apontando para uma situação exclusivamente da responsabilidade da BE, nota-se uma ligeira vantagem para o grupo que menciona que participa em atividades de EC promovidas pela BE com 18 participantes (51,4%), nomeadamente das áreas disciplinares de:

- Educação Especial (5 participantes – 14,2%);
- Física e Química (3 participantes - 8,6%);
- Inglês (2 participantes – 5,7%);
- História e Geografia de Portugal (2 participantes – 5,7%);
- Cidadania e Desenvolvimento (2 participantes – 5,7%).
- Português; Informática; Educação Física e Matemática (1 docente – 2,9%), respetivamente.

Contudo, também será de salientar o número expressivo de 17 respondentes (48,6%) que não participam em atividades de EC promovidas pela BE. A saber:

- Português (7 participantes – 20,3%);
- Matemática (2 participantes – 5,7%);
- Física e Química (2 participantes – 5,7%);
- Inglês; Filosofia; Geometria Descritiva; Ciências Naturais; Informática e Cidadania e Desenvolvimento (1 participante – 2,9%), respetivamente.

A 2.^a pergunta (gráfico 16) aponta para uma situação colaborativa, portanto envolvendo grau de iniciativa de ambas as partes, e percebeu-se novamente que as respostas estão numa percentagem de valor muito aproximadas. A diferença entre estas duas perguntas situava-se exatamente na distinção entre “participação” e “colaboração”.

Embora sem valores estatisticamente relevantes, verifica-se uma ligeira inversão, com menos um docente (17 participantes – 48,6%) a responder que colaboraram com a BE, face aos 18 participantes (51,4%) que mencionaram anteriormente participar em atividades de EC promovidas pela BE.

Relativamente aos 17 docentes (48,6%) que colaboraram em atividades de CeD em articulação com a BE registam-se em:

- Educação Especial (5 participantes - 14,2%);
- Cidadania e Desenvolvimento (3 participantes - 8,6%);
- Física e Química (3 participantes - 8,6%);
- História e Geografia de Portugal (2 participantes – 5,7%);
- Português; Inglês; Informática e Educação Física (1 participante – 2,9%), respetivamente.

Em relação, aos docentes que não colaboraram em atividades de CeD em articulação com a BE são os seguintes:

- Português (7 participantes – 20%);
- Matemática (3 participantes - 8,6%);
- Inglês (2 participantes – 5,7%);
- Física e Química (2 participantes – 5,7%);
- Filosofia, Geometria Descritiva; Ciências Naturais e Informática (1 participante – 2,9%), respetivamente.

Desta forma, pelos dados muito diversificados atrás explanados, percebemos que depende, exclusivamente de cada docente, a opção de colaborar e/ou participar em articulação com as atividades propostas pela BE. Necessariamente que o factor motivação, adequação e pertinência dos temas terão relevância para o participante na adesão às atividades propostas pela BE e a turma de alunos a que os mesmos se destinam.

Os temas que suscitam mais interesse dos docentes para concretização de atividades de CeD em articulação com a BE, mostram uma diversidade de interesses por parte dos mesmos em torno de diferentes temas de EC, apresentada na sistematização das respostas:

- 6 participantes (17,2%) - Direitos Humanos;
- 2 participantes (5,8%) – Igualdade de Género;
- 2 participantes (5,8%) - Calendarização das atividades a desenvolver de CeD;
- 1 participante (2,9%) - Apresentação do RED;
- 1 participante (2,9%) - Cidadania Global;
- 1 participante (2,9%) - Debate sobre Inclusão;
- 1 participante (2,9%) - Desigualdades sociais, poupança de recursos;
- 1 participante (2,9%) - Dia Internacional dos Direitos Humanos;
- 1 participante (2,9%) - Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável;
- 1 participante (2,9%) – Justiça Social;
- 1 participante (2,9%) – Média;
- 1 participante (2,9%) – Perspetivas e conceitos essenciais associados ao Desenvolvimento;
- 1 participante (2,9%) – Respeito pelo outro;
- 1 participante (2,9%) – Sustentabilidade do Planeta.

Desta forma, tendo presente o RED e analisando os dados recolhidos, o Tema 5 – Cidadania Global com a abordagem aos Direitos Humanos é o mais centralizador e de relevância para a vivência da Cidadania, fazendo este parte dos conteúdos programáticos de várias áreas curriculares, quer do 3.º CEB quer do Ensino Secundário. Daí a alusão e o recurso aos mesmos por parte dos docentes na concretização de atividades de CeD em articulação com a BE.

Na 3.^a pergunta, é interessante percebermos que numa escala de relevância de parâmetros de “nada importante” até “muito importante”, a maior parte dos respondentes consideraram “muito importante” a participação em atividades promovidas pela BE no âmbito de EC.

Na pergunta foram listadas várias propostas de atividades relacionadas com EC que habitualmente a BE costuma promover e desenvolver em articulação com os professores de diferentes áreas disciplinares. Embora com esta pergunta se pretenda aferir a opinião dos professores referente às atividades escolares de CeD em articulação com a BE, as mesmas podem ser mais abrangentes, inclusive envolvendo a comunidade escolar.

A pergunta usava uma escala de Likert para aferir o nível de satisfação dos participantes, em que 1 significa “nada importante” e 5 “muito importante”.

Tabela 2 – Papel da BE no âmbito de EC e a sua importância

Atividades da BE	1	2	3	4	5
1. Promover atividades de divulgação para as turmas	0	1	5	11	18
2. Apoiar os professores na realização de projetos nessa área	0	1	7	7	20
3. Organizar exposições documentais sobre temas de cidadania	0	1	7	7	20
4. Realizar sessões de leitura relacionadas com EC	0	1	6	9	19
5. Organizar e disponibilizar recursos sobre os temas de EC	0	1	7	7	20
6. Desenvolver projetos comuns com os professores e turmas	0	0	5	11	19
7. Promover o convite a individualidades ou entidades para abordagem de temas relacionados com a cidadania, contando com a participação de alunos e professores	0	0	4	6	25

Analisando os dados da tabela 2 concluiu-se que a maioria dos docentes participantes consideram muito importantes as atividades que são promovidas pela BE no âmbito de EC. A opção 1 - “Nada importante” não teve respondentes. Também apenas um respondente assinalou a opção 2, ainda no quadrante de resposta negativa. A resposta 3, que representa uma opinião mediana ou neutra, teve alguma expressão, sobretudo nos itens 2, 3 e 5. Nestes casos, temos de estranhar alguma desvalorização do apoio que a BE pode proporcionar aos professores, na área da EC.

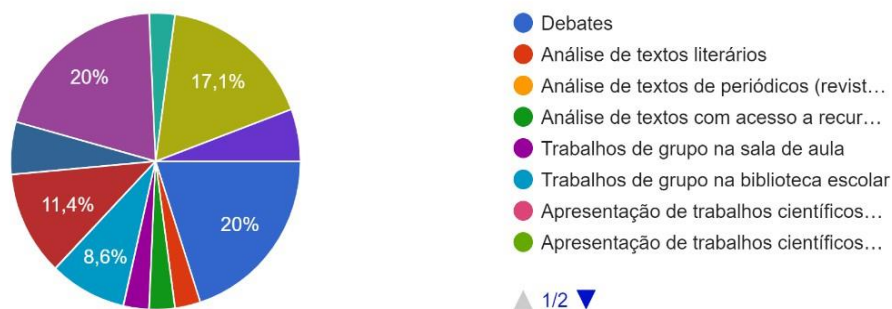
Na posição 4 verifica-se uma escolha por um número razoável de respondentes, mas é de facto a posição 5 – “Muito Importante” que regista o maior número de escolhas. Neste parâmetro, o número de participantes mais elevado (25) verificou-se na atividade: “Promover o convite a individualidades ou entidades para abordagem de temas relacionados com a cidadania, contando com a participação de alunos e professores”. O número de participantes mais baixo (18) registou-se na atividade: “Promover atividades de divulgação para as turmas”.

Desta forma podemos concluir que a maioria dos docentes participantes consideram muito importante as atividades propostas pela BE em articulação com as diferentes áreas curriculares e com a dinâmica da própria escola no âmbito de EC.

Na 4.^a pergunta (gráfico 17) procurou-se aferir que tipo de atividades valorizam mais os docentes para abordar temas de EC em contexto de sala de aula em articulação com a BE.

Gráfico 17 - Importância da promoção de aprendizagens de Cidadania em contexto de sala de aula e/ou em articulação com a BE

35 respostas



A maioria dos respondentes selecionaram apenas uma atividade, embora a questão indicasse que se podiam assinalar até três atividades de acordo com o nível de relevância para cada participante. As respostas são apresentadas numa tabela para facilitar a leitura:

Tabela 3 – Atividades para promoção de aprendizagens de Cidadania em contexto de sala de aula e/ou articulação com a BE

7 participantes (20%)	• Trabalho colaborativo com a BE
7 participantes (20%)	• Debates
6 participantes (17,1%)	• Trabalhos de projeto
4 participantes (11,4%)	• Pesquisa e apresentação de trabalhos individuais por parte dos alunos
3 participantes (8,6%)	• Trabalhos de grupo na BE
2 participantes (5,7%)	• Pesquisa e apresentação de trabalhos em grupo por parte dos alunos
2 participantes (5,7%)	• Outra
1 participante (2,9%)	• Análise de textos literários
1 participante (2,9%)	• Análise de textos com o recurso a tecnologias digitais
1 participante (2,9%)	• Trabalhos de grupo na sala de aula
1 participante (2,9%)	• Diálogos individuais com os alunos

Analisando os dados explanados na tabela 3 verificou-se que pela percentagem apresentada existem dois grupos de 7 docentes, respetivamente (20%), que concretizam debates e trabalho colaborativo com a BE; outro grupo de 6 docentes (17,1%) com uma diferença de percentagem de valor menor que a anterior participa em trabalhos de projeto; outro grupo de 4 docentes também com uma diferença de percentagem ainda de menor valor (11,4%) promovem a pesquisa e apresentação de trabalhos pelos alunos; outro grupo de 3 docentes com percentagem de valor novamente inferior à anterior (8,6%) optam por promover trabalhos de grupo a concretizar na BE; outro grupo de 2 docentes com percentagem de valor novamente inferior (5,7%) preferem a pesquisa e a apresentação de trabalhos individuais por parte dos alunos.

Por último, 4 participantes em igual percentagem de valor promovem a análise de textos literários (1 docente - 2,9%); análise de textos com o recurso a tecnologias digitais (1 professor - 2,9%); trabalhos de grupo na sala de aula (1 participante - 2,9%) e diálogos individuais com os alunos (1 participante - 2,9%).

No parâmetro “outras atividades” de CeD em articulação com a BE houve 2 docentes (5,7%) que escolheram estas opções que passaremos a analisar:

- 1 docente (2,9%) dá preferência à análise de textos de periódicos (jornais, revistas...), à análise de textos com recursos a tecnologias digitais e a trabalhos de grupo em sala de aula, selecionando desta forma, até 3 atividades tal como era pedido na pergunta;

- 1 outro participante (2,9%) mostra relevância pelos trabalhos de grupo em sala de aula e/ou em colaboração com a BE, optando de seguida pela apresentação e debate dos mesmos. Porém, a conclusão das atividades promovidas pelo docente com o recurso “à apresentação e debate” dos trabalhos de grupo são uma escolha pessoal do mesmo, não constando no conjunto de atividades apresentadas na pergunta. Tal facto revela iniciativa própria e interesse por esta área por parte deste docente.

De registar que houve 3 docentes que selecionaram duas atividades, expostas na tabela seguinte para mais fácil leitura. Assim:

Tabela 4 – Opção de 2.ª atividade escolhida pelos participantes para promoção de aprendizagens de Cidadania em contexto de sala de aula e/ou articulação com a BE

Área disciplinar	2.ª Atividade
1 participante de Português	• Análise de textos literários
1 participante de EC	• Diálogo Ecuménico
1 participante de Informática	• Cartazes

Procedendo à análise dos dados constantes da tabela 4 registamos que 1 docente da área disciplinar de Português escolheu “pesquisa e apresentação de trabalhos de individuais por parte dos alunos” e como segunda atividade, “a análise de textos literários”, constando nas opções dadas na pergunta.

Por outro lado, 2 docentes, respetivamente das áreas de Educação para a Cidadania e de Informática, escolheram uma segunda atividade não constante nas opções dadas: diálogo ecuménico e cartazes.

Por fim, apenas 1 docente da área curricular de Física e Química (2,9%) escolheu três atividades como sugerido na pergunta, nomeadamente debates, trabalhos de grupo na BE e trabalhos de grupo na sala de aula.

Em conclusão, com base nas respostas dadas percebemos que existem professores que trabalham temas de EC em colaboração e em articulação com

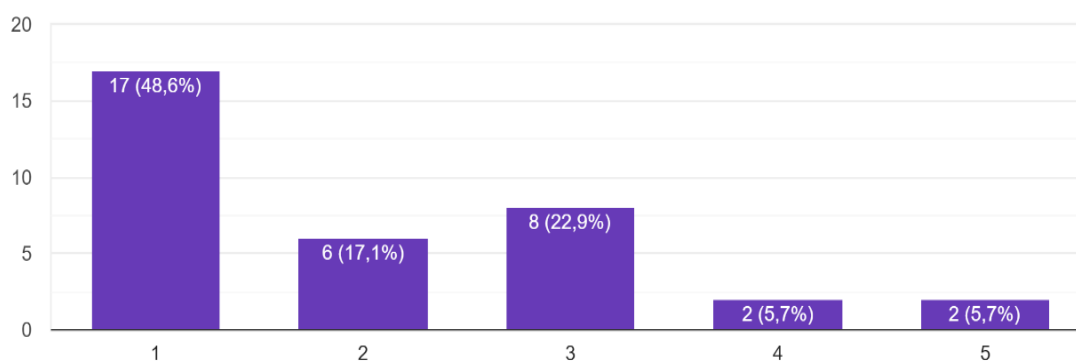
o PB e a BE. A maioria faz opção apenas por uma atividade específica das que foram enumeradas provavelmente por ser a que mais se adequa ao trabalho pedagógico a realizar no âmbito de CeD em contexto de sala de aula e/ou em articulação com a BE. Há um grupo bastante reduzido que opta por concretizar outras atividades, algumas não constantes das opções dadas. Apenas 1 docente seleciona 3 atividades. Pelo exposto, podemos aferir que embora os participantes considerem importantes as atividades de CeD em articulação com a BE, o trabalho em torno das mesmas é muito limitado e pouco expressivo, circunscrevendo-se apenas por opção a 1 único tipo de atividade.

Relativamente à 5.ª pergunta (gráfico 18) procura-se avaliar o nível de dificuldade dos docentes na concretização de atividades das diferentes áreas curriculares em articulação com a BE.

O parâmetro 1 – Baixa dificuldade regista a maioria dos participantes (17 docentes - 48,6%), o parâmetro 3 – Alguma dificuldade mostra 8 participantes (22, 9%) e o parâmetro 5 – Alta dificuldade assinala poucos participantes (2 docentes - 5,7%), tal como mostra o gráfico.

Gráfico 18 – Relevância do grau de dificuldade do docente em concretizar atividades de Cidadania em articulação com a BE

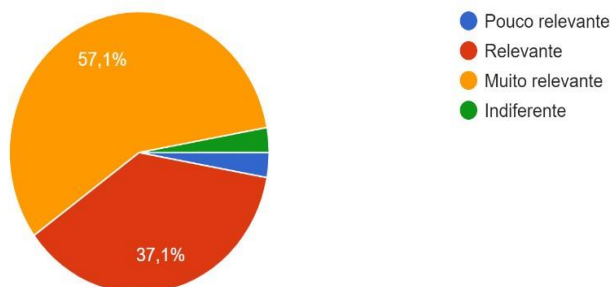
35 respostas



Com a 6.ª pergunta (gráfico 19) pretendemos saber se os participantes consideravam importante aprendizagens de valores e princípios, deveres e direitos de Cidadania por parte dos alunos.

Gráfico 19 – Importância atribuída pelos alunos a aprendizagens de Cidadania

35 respostas



Uma maioria expressiva de 20 docentes participantes (57,1%) considera muito relevante as aprendizagens no âmbito da Cidadania, por parte dos alunos, sendo que outro grupo de 13 participantes com percentagem igualmente expressiva (37,1%) considera que é relevante.

De notar, no entanto, que os parâmetros de “indiferente” (2,9%) e de “pouco relevante” (2,9%) foram preenchidos com a resposta de 1 docente em cada caso: em relação ao 1.º parâmetro, foi registado um docente de Geometria Descritiva; relativamente ao 2.º, foi preenchida por 1 professor de Física e Química. No parâmetro muito relevante temos os seguintes docentes: 5 participantes de Educação Especial (14,2%); 3 professores de Português (8,6%); 2 docentes de Matemática, Física e Química, Cidadania e Desenvolvimento, respetivamente (5,7%); e 1 docente de História, Geografia, Filosofia, Inglês, Informática, Educação Física, respetivamente (2,9%). No parâmetro relevante consideramos os participantes: 5 professores de Português (14,2%); 2 docentes de Física e Química e de Inglês respetivamente (5,7%); 1 docente de Matemática, Ciências Naturais, Informática e Cidadania e Desenvolvimento, respetivamente (2,9%).

Contudo, a Cidadania é uma área agregadora e importante para todos. “Ser cidadão!” é a assunção plena do indivíduo enquanto pessoa e como cidadão de um Estado, do Mundo, cabendo ao professor contribuir e fomentar para essa formação do aluno enquanto ser individual.

Na 7.ª pergunta (gráfico 20) questionámos sobre a importância de se proceder à avaliação de atividades concretizadas de CeD em contexto de sala de aula e/ou em articulação com a BE.

Também a análise deste gráfico mostra grande variação nas percentagens de valor das premissas por se considerar um conjunto alargado de processos de avaliação das atividades em contexto de sala de aula e/ou em articulação com a BE.

Gráfico 20 – Avaliação das atividades de EC em contexto de sala de aula, em articulação com a BE e na Escola

35 respostas



A maioria de docentes (14 participantes - 40%) costuma fazer avaliação com a participação dos alunos. Outro grupo de 6 docentes (17,1%) procede à avaliação das atividades em articulação com a BE em reunião de departamento. Existe ainda um outro grupo de 3 docentes (8,6%) que só faz autoavaliação.

Depois deste número expressivo de participantes que fazem avaliação das atividades de CeD em articulação com a BE, regista-se um grupo de 5 participantes (14,3%) que afirma não ter por hábito fazer avaliação das atividades específicas nesta área. Em seguida, surge um outro grupo com 4 participantes (11,4%) que se enquadram em outra situação, que afirmam que não fazem avaliação por diferentes motivos como: não lecionam CeD; participam em projetos que decorrem na escola sujeitos a uma avaliação específica e adequada aos mesmos, entre outros.

Também um outro grupo com 2 participantes (5,7%) afirma que não procede à avaliação de atividades no âmbito da Cidadania desenvolvidas na Escola/BE. 1 participante (2,9%) afirma que não faz avaliação de atividades de Cidadania nas reuniões de departamento.

Procedendo a uma breve conclusão desta III parte do inquérito por questionário “Ser Cidadão!”, podemos afirmar que existe articulação de atividades de CeD com a BE, mas não de forma muito expressiva.

Percebendo que os docentes participantes no questionário consideram importante esta área curricular de CeD, a mesma ainda não é tida totalmente em conta.

Contudo CeD é uma área disciplinar muito importante para auxiliar o indivíduo/aluno na sua consciencialização e estruturação enquanto cidadão do mundo, contribuindo para o seu posicionamento em relação a este e a todos os outros indivíduos que dele fazem parte. CeD auxilia a fomentar as relações interpessoais e de interculturalidade entre indivíduos de diferentes proveniências, culturas e Estados.

- ***Conclusão da análise de dados do inquérito por questionário***

De forma sumária para conclusão desta parte do estudo, correspondente à análise dos dados obtidos através do inquérito por questionário “Ser cidadão!”, com as respostas dadas pelos participantes, pode-se aferir que existem docentes interessados em integrar, em focar, em trabalhar temas de Educação para a Cidadania na sua prática pedagógica. Ainda que a amostra não tenha um número muito expressivo de participantes (35 respondentes - 31,8%), houve a possibilidade de perceber que o corpo docente da escola é estável. Daí que o trabalho pedagógico a desenvolver junto dos alunos possa de alguma forma ser facilitado pelo conhecimento que todos têm dos membros da comunidade educativa.

A organização do trabalho pedagógico a concretizar, tendo em conta a relação de conhecimento mútuo entre todos, pode igualmente facilitar o trabalho colaborativo entre docentes, propiciar a interação com a dinâmica da própria escola e uma adequada conexão com a direção, possibilitando, entre outros aspetos, a articulação de atividades curriculares com a BE. Contudo também será de notar, a idade avançada e os muitos anos de serviço docente dos participantes, alguns a atingir idade de reforma. Pelo que poderão não estar muito recetivos ao preenchimento deste tipo de inquéritos por questionário.

Será de referir que se procurava aferir a opinião dos docentes das diferentes áreas curriculares sobre a relevância da disciplina de CeD com o suporte do RED. Algumas áreas curriculares não registaram participantes no inquérito por questionário.

Uma minoria de docentes não valoriza sobremaneira as atividades de CeD, nomeadamente não dando relevância a determinados temas e subtemas do RED que registaram parâmetros de nulidade de resposta (0%) pela análise dos gráficos apresentados.

Neste sentido, existem temas e subtemas que suscitam maior interesse do que outros na abordagem por parte dos docentes, quer em contexto de sala de aula quer em articulação com a BE. A transversalidade da disciplina de CeD é consensual por serem explanados temas de vida em sociedade que a todos interessa e diz respeito. Daí também a relevância na articulação com as atividades da BE.

Um outro aspeto a considerar é que a maioria dos docentes ressalva a importância da vivência da Cidadania e do Cosmopolitismo, bem como as aprendizagens conseguidas pelos alunos com as atividades de CeD.

No entanto, a maioria dos docentes participantes não fizeram formação específica nesta área que lhes proporciona as ferramentas necessárias para os preparar da melhor maneira possível para o efeito. Desta forma, sendo a Cidadania e o Cosmopolitismo uma área importante e de grande atualidade, envolvendo a maioria dos participantes no inquérito por questionário, ainda não é agregadora para todos.

3.2. Análise das Entrevistas

Com base nas áreas temáticas formuladas no inquérito por questionário intitulado “Ser Cidadão!” e proposto a professores de diferentes áreas disciplinares, elaborou-se o guião de uma entrevista semiestruturada. As entrevistas foram feitas ao PB, também professora coordenadora de CeD na escola, e à professora coordenadora de CeD para o 3.º CEB.

As entrevistas seguiram o mesmo roteiro, com algumas ligeiras diferenças a considerar para estarem em consonância com o trabalho desenvolvido por cada uma das entrevistadas na área curricular de CeD. Para o efeito foi tido em conta as funções que cada uma desempenha não só como docente, mas também nos cargos que ocupam nas estruturas intermédias da escola. O roteiro é comum, nomeadamente no que concerne aos seguintes grupos de perguntas:

- Grupo I – Apresentação/Informações sociodemográficas;
- Grupo II - Práticas docentes na área de Cidadania;
- Grupo III - Cidadania na Escola em articulação com a BE.

- ***Apresentação da Professora-Bibliotecária e da Professora de Cidadania e Desenvolvimento***

Referente ao grupo I – Apresentação: as entrevistas começam com a apresentação da PB (P1) e da professora coordenadora de CeD para o 3.º CEB na escola (P2).

A P1 exerce funções de PB na escola desde 2000, ou seja, há 23 anos. É igualmente docente de CeD de uma turma do 7.º ano do 3.º CEB, para além de ser a coordenadora da referida área curricular na escola. É licenciada em Física e Química e com pós-graduação em Gestão de Informação e Bibliotecas Escolares (Apêndice 6).

Tem formação específica para exercer as funções de PB na BE da escola, requisito constante aquando da criação da RBE (Veiga *et al.*, 2001, p.18). No decurso das funções como PB foi continuando a fazer formação, nomeadamente na área da saúde e posteriormente na área da sexualidade, dos média, entre outros. Tal facto tem permitido desenvolver projetos na escola nas áreas já referidas e no âmbito de CeD, promovendo a articulação de atividades da BE com as diferentes áreas curriculares e de forma transversal na escola.

A P2 leciona a área curricular de Geografia, sendo relevante referir que no próximo ano letivo de 2023/2024 irá entrar na aposentação, contando mais de 35 anos de serviço (Apêndice 7). Leciona também a disciplina curricular de CeD já há 6 anos na escola, sendo coordenadora desta área para o 3.º CEB. Não fez formação específica na área curricular de EC, mas por formação pessoal e como profissional é muito atenta e preocupada com a mesma.

- ***Perspetivas da BE na área de Cidadania e Desenvolvimento***

No grupo II das entrevistas pretende-se saber a importância do RED no desempenho de funções da P1 e da P2 na área de CeD e a sua utilização “para preparar atividades, escolher recursos”, entre outros aspetos em contexto de sala de aula e/ou em articulação com a BE.

Perguntou-se somente à P1 o motivo pelo qual CeD faz parte do programa da BE, respondendo a mesma que não era somente este o foco de interesse do mencionado espaço. Reforçou esta ideia, afirmando que “um dos domínios abordados [na BE tem a ver com] a “Educação para os Média”, uma vez que a BE procede à gestão e ao tratamento da documentação e da informação.

Na 2.^a pergunta, relacionada com o conhecimento e utilização do RED. Tanto a P1 como a P2 afirmam conhecer o documento em questão.

A P1 disse fazer a abordagem dos temas constantes no RED. Acrescenta que desde que é coordenadora da BE, antes mesmo de existir o referido documento, já abordava esses temas “em parceria com os serviços de psicologia e orientação”. A BE procura trabalhar em parceria com o corpo docente da escola, preocupando-se sobretudo com o Tema 3 – Pobreza e Desigualdades.

Nesse sentido vem desenvolvendo “atividades que vão mais ao encontro do referencial sobre a erradicação da pobreza”. Para o efeito, promove atividades de animação da BE, onde estão incluídas a concretização de projetos de solidariedade que envolveram a participação dos pais/encarregados de educação e a comunidade educativa em alturas específicas do ano letivo como Natal e Páscoa.

Segundo a P2, o RED foi disponibilizado pela P1 enquanto PB e coordenadora de CeD na escola. Desta forma, a P1 afirma que o RED assume valor e importância como documento orientador para a articulação de atividades das diferentes áreas curriculares com a BE, sobretudo quando relacionados com o Tema 1 – Desenvolvimento e o subtema - Desenvolvimento Sustentável, e o Tema 4 – Justiça Social e o subtema - Direitos Humanos: “São temas agregadores de prática pedagógica com enfoque em vários aspetos e assuntos nas diferentes áreas curriculares”.

A 3.^a pergunta foi igualmente comum para P1 e para P2, procurando-se aferir se a BE dispõe de recursos para tratar temas relacionados com o RED no âmbito de CeD, com as diferentes áreas curriculares.

A P1 afirmou que a BE “possui, material livro e não livro, nomeadamente DVD’s que abordam essas temáticas. Tem um catálogo que está *online* que pode

ser consultado e está atualizado”. Todo o acervo bibliográfico está catalogado, mas só parte deste está indexado “por demorar mais tempo”. A P1 afirma fazer a abordagem de todos os domínios do RED, sobretudo no 3.º CEB, nomeadamente pelo caráter obrigatório. Contudo, salienta que não sendo obrigatório o tema da “sexualidade, é também abordada por fazer parte do programa “«Educação para a saúde», um projeto desenvolvido pela escola”.

A P2 complementou o que foi acima dito por P1. Assim, afirmou que a articulação de atividades de CeD é promovida pela PB para desenvolver capacidades e regras de trabalho em grupo, nomeadamente na concretização de trabalho científico: saber pesquisar, como fazer e como tratar a informação pesquisada.

A P2 confirmou que no início do ano letivo, a PB promove na BE uma atividade de articulação com as diferentes áreas curriculares, nomeadamente para disponibilizar os recursos existentes; prover nos alunos capacidades de pesquisa e de utilização dos meios informáticos; levar os alunos a tratar a informação obtida para aplicação em trabalhos académicos; e dotar os alunos do domínio de regras de permanência na BE.

Outra ação de articulação com a BE e com as diferentes áreas curriculares surge no início do ano letivo, em que a PB participa na 1.ª reunião de cada departamento, divulgando uma atividade temática agregadora a concretizar ao longo do ano letivo, bem como os documentos estruturantes para CeD.

A PB disponibiliza-se ainda para conjuntamente com os docentes das diferentes áreas curriculares fazer a planificação das atividades de articulação de CeD com a BE.

- ***Cidadania na Escola em articulação com a Biblioteca Escolar***

No grupo III de perguntas procurou-se saber se no âmbito de EC houve participação nas iniciativas/atividades promovidas pela BE. Foram solicitados exemplos de atividades de animação e outras promovidas pela BE no âmbito de CeD em articulação com as diferentes áreas curriculares. Foi de novo uma pergunta em que P1 e a P2 foram consonantes e complementares nas respostas.

A P1 começa por afirmar preparar “recursos dentro dos diferentes domínios” do RED. Para cada domínio, faz sempre uma planificação, preenchendo um campo com os materiais a utilizar, qual a utilidade que os mesmos vão ter e como vão ser utilizados com vista à concretização de atividades com os alunos. No final de cada período, coincidente com a finalização da concretização do domínio escolhido, constante no RED, os alunos devem apresentar os seus trabalhos. Geralmente esta exposição de trabalhos é feita utilizando a BE ou o átrio da escola.

Já a P2 afirmou que não valorizaria “uns [projetos/atividades] mais do que outros” por todos serem importantes. Contudo diferencia e valoriza o empenho dos alunos na concretização dos mesmos.

Numa outra pergunta procurou-se determinar quem tomava a iniciativa e sugestões de atividades. Pretende-se saber se partem sobretudo da iniciativa da BE para a área de CeD ou se o processo se faz precisamente no sentido inverso, isto é, partindo da docente de CeD que solicita o apoio da BE.

A P1 afirma que a BE/equipa da BE tomam a iniciativa de procurar ajudar na formação dos alunos, sobretudo no que respeita ao tratamento da informação.

Para tal dispõe a BE de “modelos para apresentar trabalhos, no caso de ser um trabalho de pesquisa ou se for um *powerpoint*”. Os alunos têm que saber “fazer as referências bibliográficas e construir a bibliografia: têm que saber fazer citações; têm que saber fazer as legendas das imagens, das figuras que utilizam, tudo de acordo com as normas APA já da 7.ª edição”.

No início do ano letivo, os alunos têm formação nesse sentido, mesmo os que estão pela primeira vez na escola ou que venham transferidos de outro estabelecimento de ensino (tal como já acima tinha sido referido). Todo este material é disponibilizado em vários guias e na página da escola, podendo ser usado por qualquer pessoa. Todas as iniciativas da BE são partilhadas com os outros docentes “na *drive* do *google*”. Neste momento a PB está a criar um sítio *online* de CeD para “colocação de diferentes materiais sobretudo pequenos vídeos”. Todo este trabalho tem sido feito por “uma equipa ao longo dos anos, procurando a PB que haja exatamente este trabalho colaborativo e que as pessoas partilhem com a BE os materiais que preparam”.

A P2 complementa o que foi dito pela PB, afirmando que a articulação é tão evidente e bem trabalhada que já está inerente ao bom funcionamento da

escola, sendo adequada entre todos os intervenientes do processo educativo. Recorre à BE sempre que considera necessário, sendo o espaço disponibilizado para o efeito. A docente afirma que “se precisar em função de um tema, a aula de Cidadania é dada na biblioteca. Marcamos com a devida antecedência e a aula é feita lá. Até para termos acesso a um ou a outro meio” de que a mesma dispõe.

Formulou-se uma outra pergunta sobre a forma como são concretizadas as atividades planeadas com a BE no âmbito de CeD.

A P1 refere que a realização de atividades dependia essencialmente do nível escolar dos alunos e dos projetos que são desenvolvidos no âmbito de CeD na escola. Salienta a importância de todas as atividades que são feitas na BE e de forma transversal na escola.

A P2 reforça que a concretização de atividades depende da relevância das mesmas e sempre que forem tidas por pertinentes. Salienta em particular um projeto: Comemoração da Promulgação da Declaração dos Direitos Humanos, relacionado com o Tema 4 – Justiça Social. Foi muito vivenciada na escola com atividades e trabalhos concretizados pelos alunos. O trabalho transversal que é feito na escola no âmbito da CeD, é dado a conhecer à comunidade educativa com a divulgação dos trabalhos dos alunos no átrio por um meio audiovisual coordenado pela BE com a supervisão da PB.

No final do 3.º período do ano letivo do estudo, serão expostos trabalhos relacionados com o desenvolvimento sustentável concretizados pelos alunos do 9.º ano no âmbito de CeD. Estes trabalhos dão por concluída a abordagem nesta área curricular do Tema 1 – Desenvolvimento do RED e mais concretamente relacionando-os com o 4.º subtema – “Visões de futuro, alternativas e transformação social”.

Numa outra pergunta procura-se aferir se existe promoção de iniciativas e atividades pela BE no âmbito da EC com as diferentes áreas curriculares para prover as aprendizagens dos alunos (ex.: debates, análise de textos literários,...). Também nesta pergunta, as duas docentes nomearam a preferência pelo mesmo tipo de atividades.

A P1 destaca o recurso a debates e encontros com especialistas em determinados assuntos, valorizando sobretudo nesta última preferência,

nomeadamente o convite endereçado a escritores para virem à escola.

Igualmente a P2 valoriza os debates, mas com base em notícias da atualidade visionadas em vídeo ou através de uma pequena notícia trazida pelos próprios alunos com o recurso retirado de uma rede social. Através da concretização de debates em grupo percebe-se a postura do aluno enquanto indivíduo e cidadão.

Ainda dentro do âmbito das atividades de CeD em articulação com a BE procura-se aferir a importância da concretização de trabalho como PB (P1) e PC (P2) para as aprendizagens dos alunos de forma transversal na escola. As docentes focam a concretização de projetos que envolvem não só a área curricular de CeD em articulação com a BE, mas também a complementaridade com toda a escola.

Assim, a P1 afirma que para a concretização de projetos/atividades são relevantes a abordagem de todos os domínios do RED, contribuindo para “a formação de qualquer cidadão”. Considera mais relevante o Tema 5 – Cidadania Global, abrangendo os subtemas dos Direitos Humanos, das relações interpessoais, da literacia financeira. No presente ano letivo foi criado na escola um projeto no âmbito de CeD com a articulação da BE de “literacia financeira, em que os alunos do 10.º e 12.º ano de economia vão dar aulas aos colegas do 8.º e 9.º ano, valorizando o trabalho entre pares, contribuindo “para a formação dos alunos enquanto cidadãos responsáveis”. Pretende-se conseguir “determinadas competências ao nível dos valores, das atitudes, do conhecimento, da compreensão.”

Também a P2 valoriza a importância de projetos concretizados na escola com a supervisão da BE, salientando a participação de parceiros sociais da comunidade local. Enfoca a interdisciplinaridade entre a sua área curricular, Geografia e CeD porque existem temas que se correlacionam uns com os outros. Igualmente cita o Tema 5 – Cidadania Global, relacionando-o com o envelhecimento da população.

Para terminar, com a última pergunta procura-se saber o impacto da avaliação na área curricular de CeD. Desta forma, aferiu-se que as docentes procedem à avaliação do trabalho concretizado pelos alunos.

A P1 faz a avaliação sobretudo de valores e atitudes, nomeadamente na forma como o aluno procede na escola e na BE. Tudo conta para avaliação por estar em causa a formação pessoal e como cidadão do aluno. Também quando os alunos fazem trabalho de pesquisa na BE, procede à avaliação, bem como na área curricular de CeD. Já para a P2, a avaliação é feita sobretudo com o recurso a debates em contexto de sala de aula ou em trabalho de grupo, posteriormente submetido a debate envolvendo todos os alunos da turma.

- ***Balanço dos dados das entrevistas***

De forma sumária, pode-se concluir que existe uma boa articulação entre o trabalho pedagógico desenvolvido no âmbito de CeD em articulação com a BE com o empenho do PB e da PC, procurando ainda envolver toda a escola de forma transversal, em algumas atividades.

Possivelmente, por o corpo docente da escola ser estável e a PB coordenar a BE já há muito anos, tendo para o efeito formação específica na área, afere-se que existe uma boa cooperação e coordenação de trabalho nesta escola. Como tal, a escola promove e desenvolve projetos relacionados com a área de CeD, envolvendo pontualmente a comunidade educativa e contando para o efeito com o apoio e a divulgação por parte da BE. O trabalho desenvolvido e concretizado no âmbito da BE abrange ocasionalmente a comunidade educativa em algumas ações: para além de alunos, docentes, direção, funcionários, também pais/encarregados de educação, Associação de Pais, entidades e instituições circundantes à escola pertencentes à comunidade local. Este envolvimento da comunidade realiza-se sobretudo em ações pontuais (ex.: Natal, Páscoa,...), mas que devem notadas e ficar registadas. A BE acaba por desempenhar mais um papel de coordenador de atividades do que promotor das mesmas.

Considerando a missão da BE, existe preocupação, nomeadamente na preservação e atualização do acervo bibliográfico; na utilização e adequação das TIC para assegurar a divulgação e a pesquisa de informação pelos alunos.

Fundamentando: a P2 preocupa-se em recorrer ao apoio da BE sempre que necessita, reconhecendo o conjunto de materiais que a mesma dispõe

para suprir qualquer insuficiência que possa denotar no exercício das suas funções pedagógicas.

Embora se veja o papel dinâmico da BE na promoção e participação de projetos, não ficou claro que atividades de animação da BE são promovidas pela mesma no espaço a ela consignado, que atividades de animação se destinam aos alunos, nomeadamente relacionadas com o RED. Sabemos que os alunos concretizam trabalhos no âmbito de CeD e que os mesmos são expostos na BE, mas, eventualmente por falha nossa na condução das entrevistas, não ficou claro que tipo de articulação existe entre a BE e as restantes áreas disciplinares da escola, no domínio da Cidadania.

Foi mencionado a realização de atividades mais de caráter coletivo – encontros com convidados, dinamização de certas datas propícias para um cruzamento com a EC – mas não temos dados concretos de articulação entre a BE e outros professores que não a professora de CeD.

Assim sendo, podemos concluir que existe alguma adesão por parte dos docentes a este tipo de trabalho que vem sendo concretizado pela BE. Desde a sua criação até ao momento presente, a RBE tem desenvolvido um trabalho promotor de projetos diversos, nomeadamente no âmbito da cidadania. Esta BE procura corresponder, dentro da sua esfera de ação, e estando integrada na RBE, a orientações que a rede divulga e promove.

CONCLUSÕES

As constantes mudanças e evoluções que se têm feito sentir, com maior ou menor intensidade, ao nível da sociedade e do mundo, têm originado várias modificações, nomeadamente ao nível da educação e na organização escola. Sensível a toda esta problemática de mudança, motivada pela evolução permanente das Tecnologias de Informação e de Comunicação, bem como pelo surgimento e incremento dos fenómenos da globalização e das migrações de povos pelo mundo, a escola tem procurado acompanhar estas mudanças, evoluindo para propiciar o sucesso escolar de todos os alunos.

Para o efeito, a escola tem procurado implementar um conjunto de estratégias e de meios no intuito de mostrar permeabilidade, aceitação e a adaptação às referidas mudanças. Nomeadamente, tem procurado que a família, pais/encarregados de educação, como primeiros e principais educadores da criança/jovem, se envolvam cada vez mais e acompanhem de forma efetiva o percurso escolar dos filhos/educandos focando a procura de uma participação democrática, uma participação ativa, persistente e empenhada na comunidade educativa. A escola tem igualmente desenvolvido meios e estratégias que procurem enriquecer, dinamizar, potenciar o percurso escolar dos alunos pela consciência que tem de ser fundamental para os mesmos, bem como para a edificação da sociedade futura, a melhor e mais adequada formação possível, quer em termos pessoais quer em termos profissionais dos indivíduos.

A escola tem procurado adaptar-se e evidenciar melhorias no âmbito da educação, nomeadamente com a criação da Rede de Bibliotecas Escolares (RBE). Esta veio potenciar a estruturação e a dinamização da Biblioteca Escolar na escola.

Como procurámos demonstrar na parte de enquadramento teórico deste trabalho, a BE assume-se na atualidade como um espaço central e integrador da escola, que procura desenvolver um trabalho efetivo e colaborativo de articulação com as diferentes áreas curriculares, visando o desenvolvimento do aluno no que concerne ao conhecimento dos saberes convencionais, mas também para melhoria, diferenciação e motivação das aprendizagens e domínio de competências várias, com foco na leitura e a na literacia de informação.

Importa que os alunos tenham conhecimento de aprendizagens várias, mas que ao mesmo tempo vão acompanhando a evolução das novas literacias, capacitando-os como indivíduos integrantes, desde logo, de uma comunidade social.

A construção da comunidade/sociedade à escala mundial faz-se em permanência, de forma concreta e objetiva, visível para todos. Por isso, importa que os indivíduos que nela se vão integrando por processos de socialização, tenham cada vez mais consciência da importância da assunção da Cidadania e da vivência do cosmopolitismo. Tem a escola papel preponderante nesta área ao integrar no currículo a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento (CeD), desde a Educação Pré-Escolar, Ensinos Básico e Secundário e, mesmo, ao longo de toda a vida com a atualização dos ensinos técnico e profissional. Todos estão conscientes que só desta forma teremos uma sociedade cada vez mais justa e equilibrada, onde se possam minorizar situações que a todos preocupam, como a exclusão e pobreza social, a falta de empregabilidade e de habitação, as situações preocupantes e desoladoras de guerra e de violência a todos os níveis (física, psíquica e moral).

“Ser cidadão!”, ter consciência de princípios e valores, deveres e direitos de Cidadania e de vivência do cosmopolitismo, pela aceitação de culturas e formas de ser e estar na vida de quem por motivos vários teve que migrar e integrar-se num outro país que não o seu de origem, leva a que a escola e, concretamente no âmbito deste estudo, também a BE, tenham um papel fundamental no que diz respeito à promoção da interculturalidade.

Todos estes aspetos foram focados neste estudo de caso denominado “Biblioteca Escolar espaço de Cidadania”. Partindo da abordagem dos conceitos de Cidadania e de BE, na parte do enquadramento empírico, analisando os documentos estruturantes de gestão da escola (PE; PAA; PAA da BE, etc.), elaborou-se um estudo assente numa investigação de carácter misto. Pretendeu-se aferir a relevância da Cidadania e a vivência do cosmopolitismo numa escola pelos docentes das diferentes áreas curriculares.

Procuraremos em seguida responder às três questões centrais e orientadoras do percurso investigativo que realizámos e que formulámos na introdução.

- “De que modo os professores de diferentes áreas curriculares relacionam temas de EC com o trabalho que desenvolvem?”

Respondendo a esta questão, verificámos que apesar da amostra não ter números muito expressivos quanto aos participantes (35 participantes - 31,8%), conseguimos, porém, tirar algumas conclusões. Para este facto pudemos apontar uma escola com uma classe docente estável e muitos anos de serviço, possivelmente com algum desgaste causado pela longevidade da profissão. Por este facto, podem ter sido pouco recetivos ao pedido de colaboração para responder ao inquérito por questionário, sendo que o tema abordado, Cidadania, é de importância para todos e a todos deve implicar.

A maioria dos participantes pertence essencialmente ao departamento de Português, possivelmente por maior facilidade de abordagem de textos literários em diferentes suportes extensíveis à análise dos mesmos no âmbito de EC. De notar que não conseguimos ter respondentes de todas as áreas curriculares e em várias disciplinas só contámos com 1 participante (2,9%), nomeadamente de EC e de CeD. Pensámos, no início deste trabalho, que se teria maior recetividade dos docentes para participarem no estudo, nomeadamente nesta área da Cidadania, o que não se veio a verificar. No entanto, percebeu-se claramente pelas respostas que são os docentes das áreas de Ciências (ex.: Informática, Geometria Descritiva,...) que mostraram ter mais dificuldades em abordar temas de EC em contexto de sala de aula e em articulação com a BE, nunca o fazendo ou raramente concretizando as mesmas. Naturalmente que o programa destas áreas disciplinares é muito específico e possivelmente por este facto os docentes participantes do estudo não consigam focar outras temáticas.

De salientar que os participantes afirmaram conhecer o documento orientador para melhor concretizar atividades no âmbito de EC. O RED foca temas de Cidadania com vários subtemas agregados aos mesmos.

A maioria dos participantes dá maior relevância ao Tema 5 – Cidadania Global. Contudo, todos os outros temas são conhecidos e focados pelos respondentes.

Igualmente é importante referir que, por vezes, a abordagem de temáticas e assuntos no âmbito da área curricular de CeD ocorre de forma espontânea na sequência de matéria curricular dada em contexto de sala de aula, de acordo

com o programa para cada disciplina (exemplo dado por uma professora de Geografia).

Embora todos os participantes mostrem interesse e reconheçam a importância da Cidadania para o desenvolvimento dos alunos, concretizam poucas atividades neste âmbito. Os participantes mostraram que escolhem apenas uma forma/maneira de concretizar atividades de CeD, ou seja, imprimem pouca dinâmica e alternância na realização das mesmas.

- “Como podem os valores de Cidadania serem trabalhados a partir de atividades na BE, em articulação com as diferentes disciplinas curriculares?”

Relativamente a esta pergunta, os respondentes reconheceram a importância em concretizar atividades em articulação com a BE, pelo acesso a recursos variados de que a mesma dispõe, nomeadamente de EC. Apesar dos participantes mostrarem sensibilização para a importância da articulação e da promoção do trabalho colaborativo entre os docentes das diferentes áreas curriculares e a BE, só pontualmente e aquando da concretização de projetos que envolvem toda a escola, esta associação se torna mais visível.

Todos os participantes salientaram a importância dos valores e dos princípios, dos direitos e dos deveres de Cidadania, procurando que os mesmos sejam vividos na Escola, notadamente no âmbito da área disciplinar de CeD. A Escola dá importância e valoriza a Cidadania, desenvolvendo projetos neste âmbito, procurando envolver a comunidade educativa (alunos, professores, funcionários, BE,...). Pelas respostas dos participantes ao longo da 2.^a pergunta do questionário, percebemos que temas como a Paz, a Sustentabilidade do Planeta, a Pobreza e as Desigualdades Sociais, o enriquecimento e a exclusão social, as regras de conduta e de convivência em sociedade, o Cosmopolitismo, os Direitos do Homem são aspetos e valores abordados em contexto de sala de aula e/ou na BE, contribuindo para a valorização dos alunos como cidadãos. Foi solicitado aos participantes para justificarem a sua visão pessoal em tratar determinados temas envolvendo princípios e valores de Cidadania em consonância com a sua área disciplinar.

Destaca-se de todas as respostas fundamentadas, uma que parece mais relevante e interessante sobre o Tema 6 – Paz, dada a justificação concludente

de um docente da área de Física e Química. Sendo um docente da área de Ciências, com um programa específico que não foca em concreto este Tema de CeD, acaba por o destacar por “ser muito atual”. Tendo em conta esta perspetiva do respondente, ao analisarmos o momento atual, temos um conflito armado na Europa/Ásia, envolvendo dois países, mas que dada a dimensão do mesmo já abrangeu de alguma forma praticamente todas as nações do mundo. Este conflito tem gerado mudanças assinaláveis no mundo em vários domínios (económico, político, social, cultural,...), que nem a diplomacia tem conseguido ultrapassar. Apesar de desenvolver um papel muito ativo e preponderante com vista à solução do mesmo, não se vislumbra o dia em que haja a possibilidade de assinar um Acordo de Paz entre os países envolvidos.

- “De que modo podem o PB e o professor da disciplina de CeD concretizar trabalho colaborativo neste âmbito na BE?”

A partir das respostas a esta pergunta aferimos que com a constituição da RBE (2017) ficou clara e fundamentada a importância das atividades de animação a desenvolver pela BE com o empenho do PB, como forma de contribuir para o sucesso das aprendizagens dos alunos em articulação com as diferentes áreas curriculares. A BE é, ao mesmo tempo, promotora de atividades e serviços, bem como provedora de recursos que contribuam para cumprir a sua missão de desenvolvimento da literacia de informação. Desta forma, a BE contribui para o desenvolvimento dos seus principais utilizadores: os alunos. Todos estes aspetos foram focados pelo PB no decurso da entrevista que deu para a concretização deste estudo de caso e reforçado com exemplos práticos também decorrentes da entrevista dada pela professora coordenadora de CeD para o 3.º CEB.

Pelo exposto e tendo também em conta as respostas dos participantes ao inquérito por questionário, foram focadas uma diversidade de atividades passíveis de serem concretizadas em contexto de sala de aula e/ou em articulação com a BE. Mas só pontualmente algumas atividades são promovidas e concretizadas pela BE.

Estas estão sobretudo relacionadas com a literacia de informação: ensinar os alunos como pesquisar, utilizar e reutilizar a informação com o suporte das

TIC para poderem concretizar um trabalho escolar bem estruturado. Outra atividade promovida pela BE são os debates com convidados. A BE envolve-se igualmente em projetos que são concretizados de forma transversal pela escola. Pelos dados recolhidos aferiu-se também que a BE é conhecedora e procura trabalhar os temas constantes no RED, apoiando-se na orientação conferida pelo mesmo para elaboração da planificação de atividades neste âmbito a ser concretizadas nas aulas de CeD na escola. Mais uma vez, o trabalho colaborativo entre o PB e os docentes se faz notar neste domínio.

Contudo, tal como mostra o estudo de caso, nem todos os professores dão relevância ao RED e à Cidadania em contexto de sala de aula/BE.

Um dos aspetos mais notórios e de alguma forma preocupante percecionado pela concretização deste estudo de caso, é que valorizando os docentes a área de CeD, focando a importância que a mesma tem na construção do aluno/cidadão, conhecedor de princípios e valores, direitos e deveres de Cidadania e de vivência do Cosmopolitismo, praticamente não fizeram formação na área. Contudo há muito que este conceito tem vindo a ser focado, sobretudo na área de Recursos Humanos composta na escola sobretudo pelos docentes, mas também pelos funcionários, inclusive os que fazem parte da equipa da BE. Assim: “Antes de ser um bom profissional, é necessário que sejamos bons seres humanos”. Como tal, a área de Educação para a Cidadania na escola e na BE assumem relevância: “Conheça todas as teorias, domine todas as técnicas, mas, ao tocar uma alma humana, seja apenas outra alma humana” (Jung).

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, J. F. (1995). Metodologia da pesquisa empírica. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Universidade Aberta, 193-213.
- Álvares, M. (2020). *Introdução à Investigação Quantitativa e análise SPSS*. Lisboa: Universidade Aberta. Acedido em:
https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/10529/1/E_book_Quantitativos%20%281%29.pdf
- Antunes, L. M. (2015). *A Biblioteca Escolar e os Professores: Trabalho colaborativo*. Dissertação de Mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares. Lisboa: Universidade Aberta. Acedido em:
https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/4882/1/TMGIBE_Lu%c3%adsaAntunes.pdf
- Araújo, S. A. (2008). *Contributos para uma educação para a cidadania: professores e alunos em contexto intercultural*. Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais. Lisboa: Universidade Aberta.
- Banks, J. A. (2011). Educating citizens in diverse societies. *Intercultural Education*, 22(4), 243-251.
- Banks, J. A. (2004). Introduction: Democratic citizenship education in multicultural societies. *Diversity and citizenship education: Global perspectives*, ed. J.A. Banks. São Francisco, CA: Jossey-Bass, 3-15.
- Bastos, G. (2017). *Atividades de Animação da BE – dos princípios à prática*. Lisboa: Universidade Aberta. Acedido em:
<https://elearning.uab.pt/mod/page/view.php?id=510345>
- Bhola, H. L. (1997). Literacy. *International Encyclopaedia of Information and Library Science*. Feather, J. & Sturges, P. (eds.). Londres: Routledge. 277-280.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Byram, M. (2010). Linguistic and cultural education for bildung and citizenship. *Modern Language Journal*, 94(2), 317–321. Acedido em:
<https://www.jstor.org/stable/40856134>

- Calixto, J. A. (2001). *Literacia da informação: um desafio para as bibliotecas*. 1-13. Acedido em:
<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo5551.PDF>
- Carmo, H. & Ferreira, M. (2008). *Metodologia de Investigação: Guia de autoaprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Carvalho, M. C. L. D. (2014). *Estudo da mediação e do uso da informação nos Arquivos Distritais*. Tese de doutoramento, Coimbra: Universidade de Coimbra – Faculdade de Letras.
- Clayton, P. & Gorman, G.E. (2001). *Managing Information Resources in Libraries: collection management in theory and practice*. Londres: Library Association Publishing.
- Concelho da Europa (2000). Recomendação (2002) 12.º Comité de Ministros aos Estados-Membros do Conselho da Europa sobre Educação para a Cidadania Democrática. Acedido em:
<https://cutt.ly/foubldr>
- Coutinho, C. (2019). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas*. Coimbra: Edições Almedina.
- Coutinho, C & Lisboa, E. (2011). Sociedade da Informação, do conhecimento e da aprendizagem: desafios para a educação no século XXI. *Revista de Educação*, XVIII(1), 5-22.
- Delors, J. et al. (1996). *Educação, um tesouro a descobrir*. Porto: Asa.
- Duarte, L. R. (2023). Entrevista: Jorge Cárion. Lisboa. *Visão*, XXX(1573), 10-12.
- Eisenberg, M. & Miller, D. (2002). This Man Wants to Change Your Job. *School Library Journal*. 46-50. Acedido em:
<https://www.libraryjournal.com/story/this-man-wants-to-change-your-job>
- Elliott, J. (2005). *La investigación-acción en educación*. Madrid: Ediciones Morata.
- Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias - IFLA (2015). *Diretrizes da IFLA para a Biblioteca Escolar*. Acedido em:
https://www.rbe.mec.pt/np4/file/1853/guide_lines_2016.pdf
- Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias - IFLA/Organização das Nações Unidas para a Educação, a Cultura e a Ciência - UNESCO (2000). *Manifesto IFLA/UNESCO para a Biblioteca Escolar*. São Paulo. Acedido em:

<https://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>

Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias - IFLA/
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Cultura e a Ciência -
UNESCO (1994). *Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Biblioteca Públicas*
1994. Acedido em:

<https://www.ifla.org/files/assets/publiclibraries/publications/PLmanifesto/pl-manifesto-pt.pdf>

Freitas, C. V., Sousa, P. B., Ferros, L. M., & Ferreira, M. (2015). Integração de sistemas de informação de arquivos, bibliotecas e museus: estudo de caso do Município de Ponte de Lima. *Actas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*, 12. Acedido em:

https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/1328/pdf_11

Galvão, R.M. (s./d.). *O UNIMARC num contexto de cooperação: evolução do formato*. Lisboa: Biblioteca Nacional. Acedido em:

<https://shre.ink/9gcw>

Godoy, A. S. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, 35(2), 57-63. Acedido em:

<https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?lang=pt>

Gomes, I. Z. (2001). *Terra & subjetividade. A recriação da vida no limite do caos*. Curitiba: Criar Edições.

Johnson, S., Evensen, O. G., Gelfand, J., Lammers, G., Sipe, L. & Zilper, N. (2012). *Questões chave para o desenvolvimento de coleções de recursos eletrónicos: um guia para bibliotecas*. Países Baixos: IFLA/ Comité de Aquisições e Desenvolvimento de Coleções. Acedido em:

https://elearning.uab.pt/pluginfile.php/967632/mod_resource/content/1/IFLA%20electronic-resource-guide-pt.pdf

Jorge, A. M. O. S. (2020). *A Biblioteca Escolar e o trabalho colaborativo: o caso de uma Escola Secundária na área metropolitana do Porto*. Dissertação de Mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares, Lisboa: Universidade Aberta. Acedido em:

https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/9859/1/TMGIBE_AnaJorge.pdf

- Leitner, G., Pérez-Salmerón, G., Garrido, M., Fellows, M., & Norlander, B., (2019). *Desenvolvimento e acesso à informação 2019*. Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias – IFLA/Grupo de Tecnologia e Mudança Social. Washington: Universidade de Washington. Acedido em:
<https://da2i.ifla.org/wp-content/uploads/da2i-2019-full-report-pt.pdf>
- Lopes, A. & Vicente, M. J. (2014). *Guia para facilitadores/as sobre Direitos Humanos e Cidadania*. Porto: EPAN – Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal.
- Lunardi, L. P. F. & Del’ Olmo, F. S. (2012). As Bases para pensar uma Cidadania Cosmopolita. *Direitos Culturais*, 7(12), 199-210. Acedido em:
<https://core.ac.uk/download/pdf/322640255.pdf>
- Marshall, T. H. (1967). *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Mucheroni, M. L. & Modesto, F. (2011). A interoperabilidade dos sistemas de informação sob o enfoque da análise sintática e semântica de dados na WEB. *Ponto de Acesso*. 5(1), 3-18. Acedido em:
<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3622/3661>
- Nogueira, C. & Silva, I. (2001). *Cidadania – Construção de novas práticas em contexto educativo*. Porto: Edições Asa.
- Novo, A. (2020). *Questões em torno da Gestão da BE. Modelos e práticas de gestão*. Lisboa: Universidade Aberta. Acedido em:
<https://elearning.uab.pt/mod/page/view.php?id=528665>
- Nunes, M. B. (2018). *Bibliotecas escolares: gestão, desenvolvimento e curadoria de coleções na era digital*. Lisboa: Rede de Bibliotecas Escolares – Ministério da Educação. Acedido em:
[https://www.rbe.mec.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=682&fileName=978_989_8795_11_3.pdf](https://www.rbe.mec.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=682&fileName=978_989_8795_11_3.pdf)
- Oliveira Martins, G. (1999). Cultivar a experiência Cívica da Escola. In Praia, M., *Educação para a Cidadania – Teorias e Práticas*. Porto: Ed. Asa.
- Oliveira Martins, G. (1993). *Escola de Cidadãos*. Lisboa: Editorial Fragmentos
- Organização Mundial das Nações Unidas - ONU (1948). *Declaração Universal dos Direitos do Homem*. Washington.
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO. (2012). Declaração REA de Paris 2012. *Congresso Mundial*

sobre Recursos Educacionais Abertos (REA). Paris. Acedido em:

http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/WPFD2009/Portuguese_Declaration.html

Osler, A. (2020). Education, migration and citizenship in Europe: untangling policy initiatives for human rights and racial justice. *Intercultural Education*, 31(5), 562–577. Acedido em:

<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14675986.2020.1794231>

Osler, A. & Sparkey, H. (2018). Extending the theory and practice of education for cosmopolitan citizenship. *Educational Review*, 70(1) Acedido em:

<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00131911.2018.1388616>

Osler, A. & Sparkey, H. (2015). Education for cosmopolitan citizenship: A framework for language learning. *Argentinian Journal of Applied Linguistics*. 3(2), 30-39. Acedido em:

https://www.researchgate.net/publication/289127683_Osler_A_Sparkey_H_2015_Education_for_cosmopolitan_citizenship_A_framework_for_language_learning_Argentinian_Journal_of_Applied_Linguistics_32_30-39

Ponte, J. P. (1994). *Estudo de caso na investigação em Educação Matemática. Quadrante*, 3(1), 3-18. Acedido em:

<https://quadrante.apm.pt/article/view/22652>

Praia, M. (1999). *Educação para a Cidadania – Teorias e práticas*. Porto: Edições Asa.

Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (1998). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

RBE (2017). *Aprender com a Biblioteca Escolar*. Rede de Bibliotecas Escolares. Research Foundation Paper – NCLIS (2008). *School Libraries Work! Scholastic, Research and Results*. Acedido em:

http://www.scholastic.com/content/collateralresources/pdf/s/slw3_2008.pdf

Rocher, G. (1989). *Sociologia Geral – A Ação Social – vol. I*. Lisboa: Editorial Presença.

Rodrigues, A. C. A. (2010). *A importância da Biblioteca Escolar para a literacia da Informação. As Bibliotecas Escolares do 2.º e 3.º ciclos do Distrito de Bragança*. Dissertação de Mestrado. Porto: Universidade Fernando Pessoa. Acedido em:

https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/1682/2/DM_10263.pdf

Rodrigues, E. & Carvalho, J. (2013). *Gestão e organização da coleção digital*. Lisboa: Rede de Bibliotecas Escolares - Ministério da Educação e Ciência. Acedido em:

https://www.rbe.mec.pt/np4/file/871/be_rbe_3.pdf

Romão, A.P.N.S. (2020). *Educar para a Cidadania – um novo olhar?*. Dissertação de Mestrado, Porto: Universidade Católica Portuguesa. Acedido em:

https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/33735/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Ana%20Romao_maio%202020.pdf

Santos, B. S. (2004). *Reconhecer para libertar - Os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Porto: Edições Afrontamento.

Santos, M. M.V. & Gonçalves, M. N. L. (2005). A Educação para a Cidadania em Portugal. O acto de Educar para a Cidadania – A evolução e (Re)Construção do Conceito – Do Vintismo à atualidade. *Actas do VIII Congresso Galaico-Português de Psicopedagogia*. 1441-1456. Acedido em:

<https://www.educacion.udc.es/grupos/gipdae/documentos/congreso/viiiicongreso/pdfs/184.pdf>

Sérgio, A. (1984). *Educação Cívica*. Instituto da Cultura e Língua Portuguesa. Ministério da Educação (1.^a ed. 1915). Lisboa: Ministério da Educação.

Sousa, F. J. F. (2022). *A relação entre o envelhecimento e a ação educativa dos professores/as*. Dissertação de Mestrado. Porto: Politécnico do Porto - Escola Superior de Educação. Acedido em:

https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/21397/1/DM_Faustino%20Sousa_2022.pdf

Stripling, B. (1996). Quality in School Library Media Programs: Focus on Learning. *Library Trends*, 44(3), 631-656. Acedido em:

http://findarticles.com/p/articles/mi_m1387/is_n3_v44/ai_18015827/

Terrén, E. (2001), A educação face aos desafios da pós-modernidade. In Teresa Ambrósio et al., *O século da escola. Entre a utopia e a burocracia*, Porto: Asa Editores, 9-39.

- Torres, A. et al. (2016). *Referencial de Educação para o Desenvolvimento – Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Vasconcelos, A. I. (s./d.). *Introdução à problemática geral do “Desenvolvimento e Gestão de Coleções”: clarificação de conceitos*. Lisboa: Universidade Aberta. Acedido em:
<https://elearning.uab.pt/course/view.php?id=10871>
- Veiga, I., Barroso, C., Calixto, J. A., Calçada, T. & Gaspar, T. (1996). *Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares*. Lisboa: Ministério da Educação. Acedido em:
https://www.rbe.mec.pt/np4/file/94/lancar_rbe.pdf
- Viegas de Abreu, M. (1998). Comentário: Valores e educação numa sociedade em mudança. *Educação e Sociedade*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 3, 55-62.
- Wolkmer, M. F. S. (2003). *Cidadania Cosmopolita, Ética Intercultural e Globalização Neoliberal*. Dissertação de Mestrado. Brasil: Universidade Federal de Santa Catarina. Acedido em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15290>
- Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso: planeamento e métodos*. (1.^a ed. 1994). Porto Alegre: Bookman.

Quadro legal

Portugal. Constituição da República Portuguesa (1976). Acedido em:

<https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>

Portugal. Ministério da Economia/Emprego/Educação/Ciência. Instituto do Emprego e Formação Profissional. Portaria n.º 283/2011, 24 de outubro de 2011. Acedido em:

<https://dre.tretas.org/dre/287163/portaria-283-2011-de-24-de-outubro>

Portugal. Ministério da Educação/Ministério da Cultura. Programa da Rede de Bibliotecas Escolares. Despacho Conjunto n.º 43/ME/MC/95, 29 de dezembro de 1995. Acedido em:

<https://dre.tretas.org/dre/72624/despacho-conjunto-43-ME-MC-95-de-30-de-janeiro>

Portugal. Ministério da Educação. Lei Constitucional 1/97, 20 de setembro de 1997. Diário da República n.º 218/1997, Série I-A. Acedido em:

<https://dre.tretas.org/dre/86145/lei-constitucional-1-97-de-20-de-setembro>

Portugal. Ministério da Educação. Lei de Bases do Sistema Educativo: Lei n.º 46/86, 14 de outubro de 1986. Diário da República N.º 273/1986 – Série I, 3067-3081. Acedido em:

<https://files.dre.pt/1s/1986/10/23700/30673081.pdf>

Portugal. Ministério da Educação e Ciência. Decreto-Lei n.º 139/2012, 5 de julho de 2012. Diário da República n.º 129/2012 – Série I. Acedido em:

<https://dre.tretas.org/dre/302191/decreto-lei-139-2012-de-5-de-julho>

Portugal. Ministério da Educação/Ciência. Decreto-Lei n.º 91/2013, 10 de julho de 2013. Diário da República n.º 131/2013 – Série I. Acedido em:

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/91-2013-497860>

Portugal. Ministério da Educação/Ciência. Direção Geral de Educação. Educação para a Cidadania – linhas orientadoras. (2013). Acedido em:

https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/educacao_para_cidadania_linhas_orientadoras_nov2013.pdf

Portugal. Ministério da Educação. Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania. Despacho n.º 6173/ 2016, 10 de maio de 2016. Diário da

República n.º 90/ 2016 – Série II. Acedido em:

<https://dre.tretas.org/dre/2595637/despacho-6173-2016-de-10-de-maio>

Portugal. Ministério da Educação. Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória. Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho de 2017. Diário da República n.º 143/2017 – Série II. Acedido em:

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho/6478-2017-107752620>

Portugal. Ministério da Educação. Flexibilização Curricular. Decreto-lei n.º 55/2018, 6 de julho 2018. Diário da República n.º 129/2018 – Série I. Acedido em:

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/55-2018-115652962>

Portugal. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Comissão Nacional da UNESCO. (2020). Acedido em:

<https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/temas/educacao-para-o-seculo-xxi/aprendizagem-ao-longo-da-vida>

APÊNDICES

Apêndice n.º 1 – Email para pedido de recolha de dados para a investigação

Email enviado ao Diretor da escola para passagem de inquérito por questionário “Ser cidadão!” aos docentes das diferentes áreas curriculares.

Gabriela Jesus< basilioteles@97gmail.com

Exmo. Senhor Diretor Escola 3.º CEB e E.S.:

Boa noite. O meu nome é Gabriela Estêvão de Jesus. Sou educadora de infância e encontro-me a frequentar o Mestrado em Gestão de Informação e Bibliotecas Escolares na Universidade Aberta.

Dada a importância e atualidade para a dissertação de Mestrado irei concretizar um estudo de caso relacionado com a Educação para e pela Cidadania. É um tema de grande atualidade e abrangência envolvendo também um novo conceito: Cidadania Cosmopolita.

Com este estudo de caso pretende-se aferir que importância tem para professores de diferentes disciplinas curriculares em exercício de funções no 3.º CEB e Ensino Secundário debater princípios e valores de Cidadania, não só em contexto de sala de aula, mas também em trabalho colaborativo com a Biblioteca Escolar.

Vou ter de fazer um inquérito por questionário anónimo aos docentes e com base nas suas respostas, uma entrevista ao professor bibliotecário e professor de cidadania para o 3.º CEB. O preenchimento dos questionários por parte dos professores demora aproximadamente 10 minutos. As entrevistas poderão demorar cerca de 20 minutos. Será relevante que o maior número de professores possa responder ao inquérito.

A minha orientadora de dissertação considerou interessante este estudo ser concretizado na escola que dirige, sendo a mesma de referência a nível nacional e preocupada com a Cidadania.

Muito obrigada, desde já pela sua disponibilidade.

Deixo aqui o link de acesso ao questionário feito através do Google Forms:

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScbK20Zmklu8X2eGOslcMxUEmakmFr8yjcOyyI7QzXq3cnnkQ/viewform>

Apêndice 2 – Matriz do Questionário

Bloco	Objetivos	Questões
I – Dados de Caracterização dos inquiridos	1. Identificar a idade e género 2. Identificar Habilitações Académicas 3. Identificar nível de docência, situação profissional, anos de serviço docente e a disciplina que leciona 4. Referir se fez formação em EC e identificar os temas abordados	1 e 2 3 4, 5, 6 e 7 8 e 8.1
II – Perspetivas da Biblioteca Escolar na área de Cidadania e Desenvolvimento	5. Mostrar conhecimento pelo RED 6. Identificar temas e subtemas do RED relacionados com CeD	1 2 e 3
III – Cidadania na Escola em articulação com a Biblioteca Escolar (BE)	7. Identificar iniciativas da BE na área de CeD 8. Identificar atividades colaborativas entre a BE e as áreas curriculares. 9. Identificar as práticas de avaliação em CeD na BE	1, 2, 2.1 e 3 4 5, 6 e 7

Apêndice 3 - Inquérito por questionário “Ser Cidadão!”

O presente questionário faz parte de um trabalho de investigação no âmbito do mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares da Universidade Aberta. O objetivo é recolher informação para aferir a importância da abordagem de temas de Cidadania e Desenvolvimento pelo professor bibliotecário e pelos professores das diferentes disciplinas curriculares.

A sua participação é muito importante. Agradecemos a sua estimada colaboração.

☐ Consentimento informado

Declaro que participo de forma voluntária neste estudo e dou o meu consentimento para uso dos dados recolhidos anonimizados para fins de investigação.

I – Informações sociodemográficas

1. Idade (em anos)

☐ Menos de 25

☐ 26 – 35

☐ 36 – 45

☐ 45 – 55

☐ 56 – 65

☐ Mais de 66

2. Género

☐ Homem

☐ Mulher

☐ Outro

☐ Prefiro não dizer

3. Habilitações Académicas

☐ Licenciatura ou equivalente

☐ Pós-graduação

☐ Mestrado

☐ Doutoramento

☐ Outro

4. Nível de docência

☐ Professor do 3.º ciclo do ensino básico

☐ Professor do ensino secundário

5. Situação profissional

☐ Quadro de agrupamento

☐ Quadro de Zona Pedagógica

☐ Contratado

6. Anos de serviço docente

☐ Até 10 anos

☐ 11 a 20 anos

☐ 21 a 30 anos

☐ Mais de 31 anos

7. Disciplina(s) que leciona:

8. Já teve formação relacionada com a área de Educação para a Cidadania?

☐ Sim

☐ Não

8.1. Se respondeu SIM, indique, p.f., os temas abordados na formação frequentada.

II – Práticas docentes na área de Cidadania

Na área de Educação para a Cidadania são identificados vários domínios, que podem ser trabalhados na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, mas também de forma transversal na escola. Vamos focar aqui especificamente o domínio de Educação

para o Desenvolvimento, cujo referencial identifica 6 temas, cada um com vários subtemas.

1. Conhece o Referencial de Educação para o Desenvolvimento?

☐ Sim ☐ Não

2. Dos seguintes temas e subtemas do referencial de Educação para o Desenvolvimento, quais já abordou nas suas aulas e com que frequência?

Escala - Muito frequente / Frequente / Ocasionalmente / Raramente / Nunca

Tema 1 - Desenvolvimento

- ☐ Perspetivas e conceitos essenciais associados ao desenvolvimento
- ☐ Cooperação internacional
- ☐ Diversidade cultural e visões do mundo
- ☐ Visões de futuro, alternativas e transformação social

Tema 2 - Interdependências e Globalização

- ☐ Interdependências e relação dialética entre o global e o local
- ☐ Globalização e crescente complexidade das sociedades humanas
- ☐ Transnacionalização e governação à escala global

Tema 3 - Pobreza e Desigualdades

- ☐ Enriquecimento e empobrecimento
- ☐ Desigualdades, pobreza e exclusão social
- ☐ Luta contra as desigualdades, a pobreza e a exclusão social

Tema 4 - Justiça Social

- ☐ Direitos, deveres e responsabilidades
- ☐ Bem comum e coesão social e territorial
- ☐ Construção da justiça social

Tema 5 - Cidadania Global

- ☐ A comunidade planetária

☐ Construção de uma sociedade mundial justa e sustentável

☐ Participação e corresponsabilidade

Tema 6 - Paz

☐ Construção da paz

☐ Situações de insegurança, violência, guerra e ausência de paz

☐ Paz, direitos humanos, democracia e desenvolvimento

3. Dos temas do referencial de Educação e Desenvolvimento, selecione um que considera relevante para abordar na disciplina que leciona e refira porquê.

III – Cidadania na Escola em articulação com a Biblioteca Escolar (BE)

1. Já participou em atividades de Educação para a Cidadania promovidas pela BE?

☐ Sim ☐ Não

2. Já colaborou com a BE na realização de atividades relacionadas com a Educação para a Cidadania?

☐ Sim ☐ Não

2.1. Se respondeu SIM, indique um tema em que se tenha verificado essa colaboração.

3. Que papel poderá ter a BE no âmbito da Educação para a Cidadania e qual a sua importância?

1 2 3 4 5

Nada importante

Muito importante

☐ Promover atividades de divulgação para as turmas.

☐ Apoiar os professores na realização de projetos nessa área.

☐ Organizar exposições documentais sobre temas de cidadania.

☐ Realizar sessões de leitura relacionadas com a Educação para a Cidadania.

- ☐ Organizar e disponibilizar recursos sobre os temas de Educação para a Cidadania.
- ☐ Desenvolver projetos conjuntos com os professores e turmas.
- ☐ Promover o convite a individualidades ou entidades para a abordagem de temas relacionados com a cidadania, contando com a participação de alunos e professores

4. Que atividades valoriza para promover aprendizagens em torno da Cidadania em contexto de sala de aula e/ou em articulação com a BE? (Assinale as 3 atividades mais importantes para si)

- ☐ Debates
- ☐ Análise de textos literários
- ☐ Análise de textos de periódicos (revistas, jornais...)
- ☐ Análise de textos com acesso a recursos de tecnologias digitais
- ☐ Trabalhos de grupo na sala de aula
- ☐ Trabalhos de grupo na biblioteca escolar
- ☐ Apresentação de trabalhos científicos por parte do professor
- ☐ Apresentação de trabalhos científicos por parte do professor bibliotecário
- ☐ Pesquisa e apresentação de trabalhos individuais por parte dos alunos
- ☐ Pesquisa e apresentação de trabalhos em grupo por parte dos alunos
- ☐ Trabalho colaborativo com a BE
- ☐ Diálogos individuais com os alunos
- ☐ Trabalhos de projeto
- ☐ Outra. Indique qual _____

5. Qual o grau de dificuldade que tem neste momento em concretizar atividades de Cidadania em articulação com a BE?

	1	2	3	4	5	
Baixa dificuldade	☐	☐	☐	☐	☐	Alta dificuldade

6. Considera relevante saber a importância atribuída pelos alunos a aprendizagens de princípios e valores de Cidadania?

☐ Pouco relevante

☐ Relevante

☐ Muito relevante

☐ Indiferente

7. É habitual proceder à avaliação das atividades concretizadas no âmbito da Educação para a Cidadania em contexto de sala de aula, em articulação com a BE e na Escola?

☐ Sim. Só faço autoavaliação.

☐ Sim, costumo fazer avaliação com a participação dos alunos.

☐ Sim, é habitual fazer avaliação também nas reuniões de departamento.

☐ Não tenho por hábito fazer avaliação das atividades específicas nessa área.

☐ Não faço avaliação de atividades de cidadania nas reuniões de departamento.

☐ Não se procede à avaliação de atividades no âmbito da cidadania desenvolvidas na Escola/BE.

☐ Outra situação. Indique qual. _____

Obrigada.

Apêndice n.º 4 – Matriz das Entrevistas

Bloco	Objetivos	Questões
I – Dados de Caracterização dos inquiridos	7. Identificar n.º de anos de serviço docente 8. Identificar disciplinas lecionadas 9. Identificar formação específica	1 e 2 3 4
II – Perspetivas da Biblioteca Escolar na área de Cidadania e Desenvolvimento	10. Verificar relações entre a BE e a área de CeD 11. Identificar temas de CeD mais trabalhados na BE	1 e 2 3 e 4
III – Cidadania na Escola em articulação com a Biblioteca Escolar (BE)	12. Identificar iniciativas da BE na área de CeD 13. Identificar atividades colaborativas entre a BE e as áreas curriculares. 14. Identificar as práticas de avaliação em CeD na BE	1 [a); b); c)] 2, 3 e 4 5

Apêndice 5 - Guião das Entrevistas

Com base nas questões temáticas formuladas no inquérito por questionário intitulado “Ser Cidadão!” proposto a professores de diferentes disciplinares curriculares, elaborou-se a presente entrevista a fazer ao PB para aferir a opinião do mesmo sobre a área de Cidadania e Desenvolvimento concretizada na Escola em articulação com a BE.

- ***Entrevista ao Professor-Bibliotecário (PB)***

I - Apresentação

1 - Que disciplina leciona?

Há quanto tempo é PB na escola?

2 - Tem formação específica na área das BE? Que tipo de formação (referir a formação que já fez)

3 - Fez alguma formação sobre temas de Educação para a Cidadania? Pode especificar quais?

II – Perspetivas da BE na área de Cidadania e Desenvolvimento

1 – Qual a razão do programa da BE ter como foco Cidadania e Desenvolvimento?

2 – O referencial de Educação para o Desenvolvimento apresenta 6 temas orientadores do trabalho nessa área. Conhece esse referencial? Se conhece, ao elaborar o programa para a BE teve como referência esses temas?

3 - Desses temas (mesmo se só neste momento toma contacto com eles), quais considera serem mais relevantes para serem abordados na BE? E há algum tema em especial que destacaria, porquê?

4 - A BE dispõe de recursos para tratar temas relacionados com o Referencial de Educação para o Desenvolvimento?

III – Cidadania na Escola em articulação com a Biblioteca Escolar (BE)

1 – No âmbito da EC que iniciativas/atividades têm sido promovidas pela BE? Gostaria que distinguisse:

- a) as iniciativas/atividades que são da responsabilidade da BE – dê exemplos;
 - b) as iniciativas/atividades que resultam da articulação entre a BE e a escola – dê exemplos;
 - c) as atividades realizadas em colaboração com as diferentes disciplinas curriculares – dê exemplos. Neste caso o que é mais frequente em termos de tomada de iniciativa? As sugestões partem sobretudo da BE para os professores ou são os professores que procuram primeiro o apoio da BE? Em que áreas disciplinares/disciplinas é mais frequente o trabalho colaborativo na área de Educação para a Cidadania?
- 2 – No domínio da literacia que projetos e atividades planeadas já foram desenvolvidos e concretizados pela BE no âmbito de EC com a participação da disciplina curricular de Cidadania e Desenvolvimento?
- 3 – Que tipo de atividades mais valoriza para promover aprendizagens nos alunos sobre Cidadania na BE? (Ex: debates, análise de textos literários...)
- 4 - De acordo com a sua experiência de trabalho como PB considera relevante para as aprendizagens dos alunos focar na temática de EC?

- ***Entrevista semi-estruturada ao professor de CeD do 3.º CEB, coordenador desta área curricular para o mesmo nível de ensino***

I - Apresentação

Que disciplina leciona?

Há quanto tempo leciona também a disciplina curricular de Desenvolvimento e Cidadania na escola?

Fez alguma formação sobre temas de Educação para a Cidadania? Pode especificar quais?

II – Perspetivas da BE na área de Cidadania e Desenvolvimento

1 – O referencial de Educação para o Desenvolvimento apresenta 6 temas orientadores do trabalho nessa área. Conhece esse referencial? Se sim, como

costuma usá-lo (por exemplo: para preparar atividades, escolher recursos, etc.)

2 - Desses temas (mesmo se só neste momento toma contacto com eles), quais considera serem mais relevantes para serem abordados em articulação com a BE? E há algum tema em especial que destacaria, porquê?

3 – Considera que a BE dispõe de recursos para tratar temas relacionados com o Referencial de Educação para o Desenvolvimento? Que tipo de recursos da BE usa com mais frequência? E que fragilidades aponta à BE, em termos de recursos que poderia ter para a área de CeD?

III – Cidadania na Escola em articulação com a Biblioteca Escolar (BE)

1 – No âmbito da EC tem participado nas iniciativas/atividades que têm sido promovidas pela BE?

a) as iniciativas/atividades que são da responsabilidade da BE – dê exemplos;

b) O que é mais frequente em termos de tomada de iniciativa? As sugestões partem sobretudo da BE para a área de ED ou é a colega de CeD que procura primeiro o apoio da BE?

2 – Que projetos e atividades planeadas já foram desenvolvidos e concretizados em articulação com a BE de EC com a participação da disciplina curricular de Cidadania e Desenvolvimento?

3 – Que tipo de atividades mais valoriza para promover aprendizagens nos alunos sobre Cidadania na disciplina curricular de Cidadania e Desenvolvimento? (Ex: debates, análise de textos literários...)

4 - De acordo com a sua experiência de trabalho como PC considera relevante para as aprendizagens dos alunos focar na temática de EC também de uma forma transversal? Pode justificar?

5 – Qual o seu processo de avaliação do impacto da abordagem de temas, valores e princípios de Cidadania na disciplina curricular de Cidadania e Desenvolvimento?

Apêndice n.º 6 – Entrevista ao Professor-Bibliotecário (PB)

I - Apresentação

Que disciplina leciona?

Cidadania e Desenvolvimento a uma turma do 7.º CEB.

Há quanto tempo é PB na escola?

Desde 2000. Há 23 anos.

Tem formação específica na área das BE? Que tipo de formação (referir a formação que já fez)

Tenho pós-graduação em Gestão de Informação e Bibliotecas Escolares.

Fez alguma formação sobre temas de Educação para a Cidadania? Pode especificar quais?

Sim. Na área da saúde e mais recentemente em sexualidade, sobre Media e outras.

Tenho sempre feito formação.

II – Perspetivas da BE na área de Cidadania e Desenvolvimento

1 – Qual a razão do programa da BE ter como foco Cidadania e Desenvolvimento?

“Não tem só esse foco. Mas tem muito a ver com CeD porque também sou a coordenadora da estratégia de EC na escola e um dos domínios abordados [neste âmbito tem a ver com] a «Educação para os Média» e como na biblioteca se faz a gestão e o tratamento da documentação e o tratamento da informação, demos muito ênfase a essa parte”.

2 – O referencial de Educação para o Desenvolvimento apresenta 6 temas orientadores do trabalho nessa área. Conhece esse referencial? Se conhece, ao elaborar o programa para a BE teve como referência esses temas?

“Conheço o RED. Os temas são abordados. Não é preciso ir consultar o referencial para abordar esses temas porque esses temas já eram abordados antes. Nós já trabalhamos, eu já trabalho em parceria com os serviços de psicologia e orientação, desde que eu estou na biblioteca a coordenar. Não foi preciso vir o referencial para se abordar isso.”

3- Desses temas (mesmo se só neste momento toma contacto com eles), quais considera serem mais relevantes para serem abordados na BE? E há algum tema em especial que destacaria, porquê?

“A biblioteca trabalha em parceria com os colegas, com o corpo docente da escola. O que nós trabalhamos e acabamos por trabalhar mais e que há atividades que vão mais de encontro ao referencial é sobre a erradicação da pobreza. É o que eu destaco.

Nós temos campanhas de solidariedade no Natal, o nosso projeto é mais «Natal igual a mais partilha» que também é feito em colaboração com a Associação de Pais. Este ano, além do natal, temos também a Páscoa: «Para uma Páscoa mais doce», em que acaba por estar envolvida toda a comunidade escolar e não só a comunidade educativa porque estão envolvidos os pais e encarregados de educação e neste caso, uma presidente”.

4 - A BE dispõe de recursos para tratar temas relacionados com o Referencial de Educação para o Desenvolvimento?

“Possui, material livro e não livro, nomeadamente DVD's que abordam essas temáticas. Tem um catálogo que está *online* que pode ser consultado que está atualizado. Uma parte do material está indexado, mas não está todo. Catalogado temos tudo. Tudo não que houve uma oferta hoje que não está catalogada. Eu é que faço a catalogação. Não é ninguém de fora, nem da biblioteca municipal. Há escolas que o fazem, mas aqui não. A indexação é que demora mais tempo”.

III – Cidadania na Escola em articulação com a Biblioteca Escolar (BE)

1 – No âmbito da EC que iniciativas/atividades têm sido promovidas pela BE? Gostaria que distinguisse:

a) as iniciativas/atividades que são da responsabilidade da BE – dê exemplos;

“Dentro de cada tema, melhor dizendo, dentro dos diferentes domínios que são abordados, nós temos os domínios obrigatórios que são distribuídos pelos 3 anos: 7.º, 8.º e 9.º ano e são todos abordados os obrigatórios. Não é obrigatório a sexualidade, mas também é abordada porque está introduzida no programa «Educação para a saúde». Não existe diferença!”

b) as iniciativas/atividades que resultam da articulação entre a BE e a escola – dê exemplos;

“Eu preparo recursos dentro dos diferentes domínios. Para cada domínio, eu faço sempre uma planificação. Nessa planificação, eu já coloco os materiais que vão ser utilizados, o que é que se pretende com esses materiais e como vão ser utilizados e o que é que os alunos devem apresentar no final do período porque normalmente o final de cada período coincide com um domínio.”

c) as atividades realizadas em colaboração com as diferentes disciplinas curriculares – dê exemplos. Neste caso o que é mais frequente em termos de tomada de iniciativa? As sugestões partem sobretudo da BE para os professores ou são os professores que procuram primeiro o apoio da BE? Em que áreas

disciplinares/disciplinas é mais frequente o trabalho colaborativo na área de Educação para a Cidadania?

“A biblioteca, a equipa da biblioteca ajuda os alunos a tratar a informação. Nós temos modelos para apresentar trabalhos, no caso de ser um trabalho de pesquisa, se for um *powerpoint* e os alunos têm que fazer as referências bibliográficas e construir a bibliografia: têm que fazer citações; têm que fazer as legendas das imagens, das figuras que utilização, tudo de acordo com as normas APA já da 7.^a edição. Os alunos têm formação no início do ano letivo, os que estão pela primeira vez na escola ou se alguém que mude de escola, toda a gente tem formação. Está tudo em vários guias e está tudo disponível na página da escola: qualquer pessoa pode usar. Não é só da escola. De outro sítio qualquer podem utilizar à vontade e a biblioteca apoia exatamente os alunos no tratamento da informação. E materiais, eu também preparo. O que é que faço? Partilho com os colegas na *drive* do *google*. Agora até estou a criar uma página de CeD, onde estou a colocar os materiais de domínios sobretudo em relação a pequenos vídeos. Porquê? Porque nós passamos um vídeo relacionado com um determinado tema: quanto tempo dura o vídeo? É para quem? A quem se destina? Agora como é que eu vou trabalhar o vídeo? Temos guiões já para os filmes. Mas isto foi feito, não fui eu sozinha, tem sido uma equipa ao longo destes anos e eu procuro que haja exatamente este trabalho colaborativo e que as pessoas partilhem connosco os materiais que preparam. Depois fazemos exposições. Na biblioteca está neste momento uma exposição do 7.º ano que eles fizeram no âmbito dos Direitos da Criança: uns fizeram maquetes, outros fizeram cartolinas. Eu como gosto muito das ferramentas digitais, eu acabo por levar os miúdos a utilizarem determinadas ferramentas. Portanto, os meus fizeram um vídeo no 1.º período; neste 2.º período, o trabalho que eles tiveram que fazer sobre os média, tiveram que utilizar o *canva*. E também vou dando às turmas, dos diferentes anos a quem solicita como é que se deve utilizar as novas ferramentas e aplicações. É assim nós trabalhamos!”

2 – No domínio da literacia que projetos e atividades planeadas já foram desenvolvidos e concretizados pela BE no âmbito de EC com a participação da disciplina curricular de Cidadania e Desenvolvimento?

“Nós temos o projeto «Viajar pelo Futuro» que é do domínio do mundo do trabalho que iniciámos este ano. Em colaboração com os serviços de psicologia e orientação é um projeto novo que implementámos este ano em colaboração com a Associação de Pais. Os Pais que têm determinadas profissões, virão à escola, sendo facultativo, vão-se inscrever para determinadas horas pós-laboral em princípio no final das atividades

letivas que vêm falar sobre determinadas profissões.

3 – Que tipo de atividades mais valoriza para promover aprendizagens nos alunos sobre Cidadania na BE? (Ex: debates, análise de textos literários,...)

“Debates e encontros com especialistas em determinados assuntos. Isso é o que eu valorizo mais. Fazemos convites...vêm escritores à escola. Para a semana será a Semana da Liberdade e teremos cá o escritor, também docente da escola, António Tavares que virá fazer um encontro com os alunos sobre liberdade. Será na BE.”

4 - De acordo com a sua experiência de trabalho como PB considera relevante para as aprendizagens dos alunos focar na temática de EC?

“É importante porque os domínios abordados fazem parte da formação de qualquer cidadão. Eu acho que é muito importante a parte dos Direitos Humanos, das relações interpessoais, da literacia financeira. É extremamente importante porque as pessoas não sabem gerir o dinheiro. Isso é um problema que se vê hoje em dia com o aumento das taxas de juro, os créditos à habitação que as pessoas não têm noção e não tiveram essa formação. Por isso, foi criado um projeto de literacia financeira na escola, em que os alunos do 10.º e 12.º ano de Economia é que vão dar aulas aos colegas do 8.º e 9.º ano, valorizando o trabalho entre pares. Como eles gostam de Economia pretende-se assim motivá-los para determinadas áreas. E até sobre profissões! Estas atividades desenvolvidas entre pares são muito importantes para a formação dos alunos enquanto cidadãos responsáveis. Que é o que se pretende! Tem que se conseguir determinadas competências ao nível dos valores, das atitudes, do conhecimento, da compreensão, mas acima de tudo são muito importantes as atitudes e os valores.”

5 – Qual o seu processo de avaliação do impacto da abordagem de temas, valores e princípios de Cidadania na BE?

“Quando os alunos fazem trabalho na BE, eu avalio. Tudo o que os alunos fazem em CeD é para avaliação. Quando vão à BE fazer um trabalho de pesquisa sobre um determinado tema, estão ali a trabalhar com os professores sobre um determinado tema, avalia-se sempre o que os alunos fazem.

Sempre que entram na escola, os alunos estão a ser avaliados. Preencham-se grelhas ou não, as atitudes e os valores, nas atitudes e valores estão sempre os alunos a ser avaliados. Estamos sempre a chamar a atenção nesse sentido”.

Obrigada.

Apêndice n.º 7 – Entrevista ao professor de CeD do 3.º CEB, coordenador desta área curricular para o mesmo nível de ensino

I - Apresentação

Que disciplina leciona?

Geografia ao 7.º ano – 3.º CEB.

Há quanto tempo leciona também a disciplina curricular de Desenvolvimento e Cidadania na escola?

Há 6 anos nesta escola.

Fez alguma formação sobre temas de Educação para a Cidadania? Pode especificar quais?

Especificamente na área de EC não fiz.

II – Perspetivas da BE na área de Cidadania e Desenvolvimento

1 – O referencial de Educação para o Desenvolvimento apresenta 6 temas orientadores do trabalho nessa área. Conhece esse referencial? Se sim, como costuma usá-lo (por exemplo: para preparar atividades, escolher recursos, etc.)

“Sim, a PB (e coordenadora de CeD na escola) disponibilizou o RED”.

2 - Desses temas (mesmo se só neste momento toma contacto com eles), quais considera serem mais relevantes para serem abordados em articulação com a BE? E há algum tema em especial que destacaria, porquê?

“Eu acho muito importante a questão relacionada com os Direitos Humanos e com Desenvolvimento Sustentável. São áreas que eu dou privilégio, talvez pela minha área de formação, mas ao mesmo tempo elas têm uma abertura, uma amplitude bastante grande que me permite tratar diversos aspetos e há uma interdisciplinaridade com a Geografia, mas também com outras ciências e, portanto, eu acho que isso é importante. Daí essa minha preferência”.

3 – Considera que a BE dispõe de recursos para tratar temas relacionados com o Referencial de Educação para o Desenvolvimento? Que tipo de recursos da BE usa com mais frequência? E que fragilidades aponta à BE, em termos de recursos que poderia ter para a área de CeD?

“Nesta situação, qualquer um deles [Temas do RED] e aqui a PB e coordenadora de CeD na escola tem feito uma coisa muito boa que é: em especial começando logo no 7.º ano, em que nós desenvolvemos muito estes temas [de Cidadania] à base de trabalhos de grupo. E os miúdos, nestas idades, ainda não têm muito bem o

conhecimento das regras, e de como apresentar um trabalho, como se faz a pesquisa da informação e como é que se trata. Pronto! E, aqui a coordenadora da biblioteca tem o cuidado de nomeadamente no 7.º ano ou mesmo que seja num outro ano qualquer em que se esteja a verificar esses problemas, fazer uma sessão para os miúdos. Marca-se com ela e numa sessão, a PB acaba por explicar e dizer onde estão os documentos e como é que os miúdos podem fazer um trabalho, cumprindo regras, certo? Pronto! E isso é logo um ponto de partida. Aliás a coordenadora da biblioteca costuma ir à primeira reunião de diretores de turma para apresentar exatamente toda a temática e todos os documentos da Cidadania e disponibilizar-se para fazer a planificação; e disponibilizar-se para organizar os trabalhos. Portanto há esse cuidado da parte da coordenadora da biblioteca. A biblioteca dá a orientação e muitas vezes, o professor que está à frente em função da sua área de formação encaminha o assunto mais para um lado ou para o outro, valoriza mais um aspeto ou outro, mas eu penso que nós temos dado conta desse recado, da aplicação do Referencial. Por exemplo, no final do ano letivo e tendo em vista a preparação do ano letivo seguinte, no Conselho Pedagógico ficou determinado que CeD fosse no 9.º ano abordada pela professora de geografia porque os domínios se enquadram no âmbito da temática das aprendizagens essenciais de geografia e partindo do RED preparar as atividades de CeD.”.

III – Cidadania na Escola em articulação com a Biblioteca Escolar (BE)

1 – No âmbito da EC tem participado nas iniciativas/atividades que têm sido promovidas pela BE?

a) as iniciativas/atividades que são da responsabilidade da BE – dê exemplos;

“[Sobre as iniciativas/atividades da BE], eu não valorizaria uns [projetos] mais do que outros. Eu acho que todos eles são importantes. Se calhar alguns, em termos estéticos, os miúdos são capazes de fazer assim uma apresentação mais bonita ou apelativa; outros menos, mas eu não faria assim uma grande diferença e um destaque em especial”.

b) O que é mais frequente em termos de tomada de iniciativa? As sugestões partem sobretudo da BE para a área de ED ou é a colega de CeD que procura primeiro o apoio da BE?

“Se eu precisar em função de um tema, a aula de Cidadania é dada na biblioteca. Marcamos com a devida antecedência e a aula é feita lá. Até para termos acesso a um ou a outro meio que esteja ali e fazemos lá a aula”.

2 – Que projetos e atividades planejadas já foram desenvolvidos e concretizados em articulação com a BE de EC com a participação da disciplina curricular de Cidadania e Desenvolvimento?

“Pontualmente tenho feito isso [articulação com a BE]. Não quer dizer que se faça, que se participe em todas as atividades da biblioteca escolar, como será evidente, mas pontualmente vai-se fazendo. Por exemplo, houve um ano em que se fez a comemoração dos Direitos Humanos e todos nós participámos com muito empenho com a apresentação de trabalhos. Foram feitos pequenos vídeos que foram passados...nós temos ali à entrada uma forma de fazer toda essa divulgação. Agora por exemplo, o 9.º ano, falando do desenvolvimento sustentável, estamos já aí a fazer uma ligação, pegando nos trabalhos que os meninos fizeram, eles vão ser divulgados à comunidade educativa, ali. Quem coordena muitas vezes esse assunto é a coordenadora da biblioteca e há, portanto, divulgação do trabalho. No início do ano é feita pela coordenadora da biblioteca uma reunião entre os departamentos: a coordenadora vai às reuniões de departamento com o Referencial que foi aprovado em Conselho Pedagógico e as diferentes disciplinas vão dizer em que medida é que a sua disciplina pode dar um contributo para todo esse trabalho CeD e, portanto, nós acabamos por ter presente e feita essa articulação. Inclusivamente é a própria coordenadora de biblioteca que costuma fazer todo o trabalho de compilação. Faz-se habitualmente uma reunião entre a coordenadora e os professores por ano de escolaridade no início do ano e no final de cada período em que a coordenadora tem acesso a tudo aquilo que nós fazemos em CeD”.

3 – Que tipo de atividades mais valoriza para promover aprendizagens nos alunos sobre Cidadania na disciplina curricular de Cidadania e Desenvolvimento? (Ex: debates, análise de textos literários...)

“Eu acho que há algumas atividades que eu valorizo bastante e uma dessas atividades com análise adequado ao respetivo grupo etário, é o debate sobre problemas do mundo atual, às vezes baseado numa notícia do dia anterior e depois no debate e vê-se a postura do aluno perante aquela notícia e, portanto, a sua postura tem a ver com a sua posição enquanto cidadão. É sobretudo essa parte que valorizo. A leitura de textos não tem sido assim, na minha aula tão valorizada porque sei que eles aderem muito mais depressa a um pequeno vídeo, um pequeno texto, da televisão ou das redes sociais trazida por eles próprios para se perceber de que modo eles estão ali a ver a sua postura

enquanto cidadãos e a criticar positiva ou negativamente determinados comportamentos perante a própria notícia em si”.

4 - De acordo com a sua experiência de trabalho como PC considera relevante para as aprendizagens dos alunos focar na temática de EC também de uma forma transversal? Pode justificar?

“Neste domínio, a biblioteca é quem coordena e faz contactos externos à escola para serem dinamizadas sessões no âmbito, por exemplo, do projeto para a saúde, onde se inclui o projeto da questão da sexualidade. Temos aqui entidades a colaborar muito próximas de nós; pontualmente outras associações a colaborar e tudo isso é articulado e faz parte do nosso trabalho na área da Cidadania. Isso é coordenado pela biblioteca, os contatos são efetuados pela biblioteca e conta depois com a aderência de todos os departamentos, nomeadamente o de CeD.

Já agora: pela minha formação, e há exceção do 7.º ano de escolaridade, praticamente 8.º ano e 9.º ano têm conteúdos que na minha área, na minha formação de geógrafa, depois entram muito no campo da cidadania e, portanto, não consigo fazer essa separação tão grande entre [área curricular e EC].

Mesmo em termos de projetos, eu dou-me conta disso. A minha participação de um projeto de 7.º ano não é a mesma de um de 8.º e de 9.º ano. Não é só pelo nível etário, mas é sobretudo pelos conteúdos. E quer dizer, eu não consigo muito desligar [as duas áreas curriculares]. Por exemplo: no 8.º ano, quando se fala na população, no envelhecimento da população tem que se debater a Cidadania e ao termos noção do mundo que nos rodeia, estamos a ser e a ter uma atitude de cidadania, não é? Daí que eu não consiga muito bem desligar uma área da outra por defeito de formação, acredito! Os temas acabam por se interligar...é essa a grande questão e mesmo quando se debate um assunto, ou na aula de geografia ou na aula de cidadania, vai-se buscar sistematicamente aqueles conceitos, aquela perspetiva que se teve numa outra aula. Portanto, a interdisciplinaridade aqui é fundamental e eu não consigo muito bem desligar. Eu reconheço que não consigo desligar. Não sei se é bom ou mau, mas não consigo desligar uma área da outra.”

5 – Qual o seu processo de avaliação do impacto da abordagem de temas, valores e princípios de Cidadania na disciplina curricular de Cidadania e Desenvolvimento?

“Então o processo de avaliação é feito com base nos debates que são feitos em sala de

aula e no trabalho de grupo que é feito. Esse trabalho de grupo é sempre apresentado pelos alunos, também ele gerador de um debate porque os colegas vão falar ou vão dizer a sua opinião sobre este ou aquele tema que o grupo ao lado tratou. Há aqui um trabalho de grupo que depois é trabalhado com os restantes elementos da turma e que todos apresentam o seu trabalho e, portanto, muitas vezes, dando até a sua opinião e achegas áquele trabalho, fazendo um avaliação muito positiva ou complementado. Mas todo o processo de avaliação é feito com base nisso: no trabalho de grupo, nos debates que se fazem em sala de aula no âmbito de um trabalho de grupo ou no âmbito do debate no grupo/turma”.

Obrigada.